

FEVEREIRO ■ MARÇO ■ ABRIL/2004 Nº72 R\$8,00

# Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

Jô Moraes  
Dilemas do Feminismo

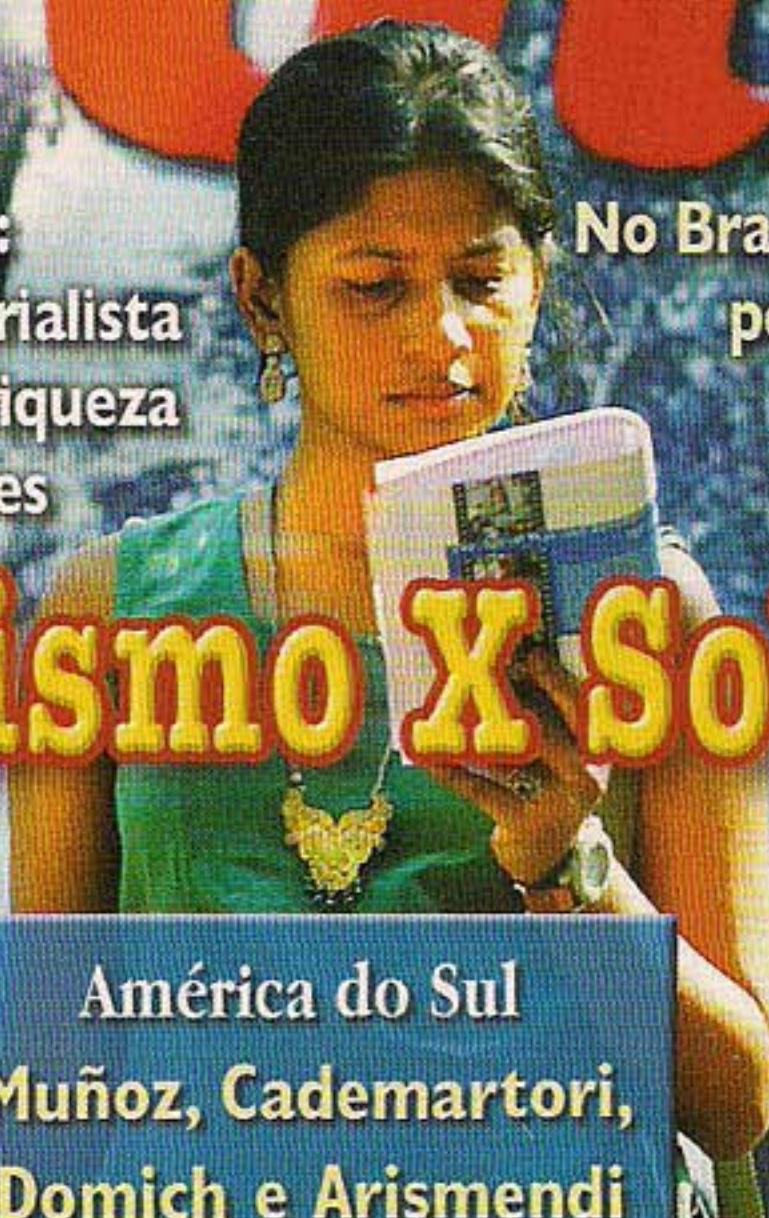
# MOT

# FORSALE

**Fórum Social Mundial, Índia:**  
povos rejeitam guerra imperialista  
e dizem não à pilhagem da riqueza  
material e cultural das nações

**No Brasil, na América do Sul e  
por todo o mundo países  
buscam alternativas ao  
neoliberalismo**

## Imperialismo X Soberania



O Fórum Social  
Mundial  
Ricardo Abreu

América do Sul  
Muñoz, Cademartori,  
Domich e Arismendi

Governo Lula:  
Momento Decisivo  
Luiz G. Belluzzo



**DEU NO  
FINANCIAL  
TIMES.  
COPEL.  
3ª EMPRESA  
PÚBLICA MAIS  
RESPEITADA  
DO MUNDO E  
1ª DO BRASIL.**

A primeira é francesa, a segunda é alemã

e a terceira é paranaense. Copel, terceira

empresa pública mais respeitada

do mundo e 1ª do Brasil, na pesquisa

"World's Most Respected Companies",

realizada pela empresa de auditoria

Price Waterhouse e pelo jornal inglês

Financial Times. Energia e excelência.

É assim que a Copel responde aos

desafios do mercado e dos novos tempos.

É gerando energia e empregos que

o Paraná dá exemplos para o Brasil.



# AO SUL DO EQUADOR EMERGE A **luta** PELA **soberania**

**M**il vezes saqueados pelas diferentes fases do colonialismo e do imperialismo, os povos da América Latina sempre se rebelaram contra a dominação estrangeira, o autoritarismo e a miséria. O combate travado contra o neoliberalismo, ao longo da década de 90 e nos dias atuais, constitui-se no capítulo mais recente da jornada dos países latino-americanos por soberania, democracia e vida digna para os seus povos.

Do fracasso neoliberal e da resistência empreendida por frentes políticas amplas, com destacado papel de liderança da esquerda, emergiu um vigoroso movimento progressista e popular, em especial, na América do Sul. Os governos de Lula no Brasil; de Chávez na Venezuela; e de Kirchner na Argentina, deram concretude institucional a esse movimento, descortinando possibilidades de se inaugurar um novo tempo nesta parte sul do continente.

Além disso, destacam-se as lutas do povo uruguaio, lideradas pela Frente Ampla que agora, em 2004, disputa com chances de vitória o governo da República. Dos países andinos ressalta-se uma persistente turbulência social e política. Instabilidade que indica a busca tenaz dos povos da Cordilheira por governos que estejam à altura de seus anseios. Prova disso é a recente insurreição popular boliviana que levou à renúncia um presidente entreguista. Na Colômbia prossegue uma jornada guerrilheira de décadas por bandeiras patrióticas sem que se vislumbre solução em curto prazo. Neste país conflagrado, houve, como fato novo, a vitória eleitoral em Bogotá de um prefeito de perfil progressista.

Todavia, como entre outras partes do mundo, a travessia do neoliberalismo a um novo modelo de desenvolvimento, assentado na soberania, na democracia e distribuição de renda, tem sido um processo complexo. A herança perversa recebida, a oposição do imperialismo norte-americano e de fortes segmentos das classes dominantes, as limitações das frentes políticas que estão no comando de cada um desses processos, tudo isso concorre para o surgimento de dificuldades e dilemas.

Há, todavia, neste processo de transição – que está longe de se concluir – vários avanços. Temos como exemplo o esforço empreendido pela integração da América do Sul; a verdadeira guerra diplomática e política que se trava nos fóruns de negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) contra as ambições neocoloniais dos Estados Unidos; de igual modo as batalhas travadas na Organização Mundial do Comércio (OMC); a movimentação no sentido de se estabelecer alianças e grupos de cooperação entre o Mercosul e países da África e da Ásia.

Esse conjunto de iniciativas é fruto em grande medida da política externa ativa do governo Lula. O Brasil chamou para si a responsabilidade de exercer um papel de liderança na região e, em parceria com seus vizinhos, vem travando uma luta dura para que cada país construa sua soberania e seu desenvolvimento.

Da Argentina vem o exemplo patriótico do governo Kirchner de renegociação da dívida pública – condição indispensável para esse país voltar a crescer e enfrentar o quadro de calamidade social. Da Venezuela realça-se a consciência e a bravura do povo venezuelano que assumiu a defesa da democracia e as conquistas do governo Chávez.

A América do Sul luta para reger o seu próprio destino, sem a tutela do imperialismo e livre da subalternidade e da dependência. Por experiência de séculos sabe que não será fácil, mas está determinada a fazê-lo.

## Brasil

**É hora de concretizar o compromisso com o desenvolvimento e o emprego**

*Entrevista com Renato Rabelo.*

Por Adalberto Monteiro

pág. 6

**Brasil 2004: desafios e perspectivas**

*As forças progressistas, com ineditismo, conduzem o governo da República.*

Haroldo Lima

pág. 11

**Há espaço para uma política econômica diferente**

*Entrevista com Luiz Gonzaga Belluzzo.*

Por A. Sérgio Barroso, José Carlos Ruy e Edvar Bonotto

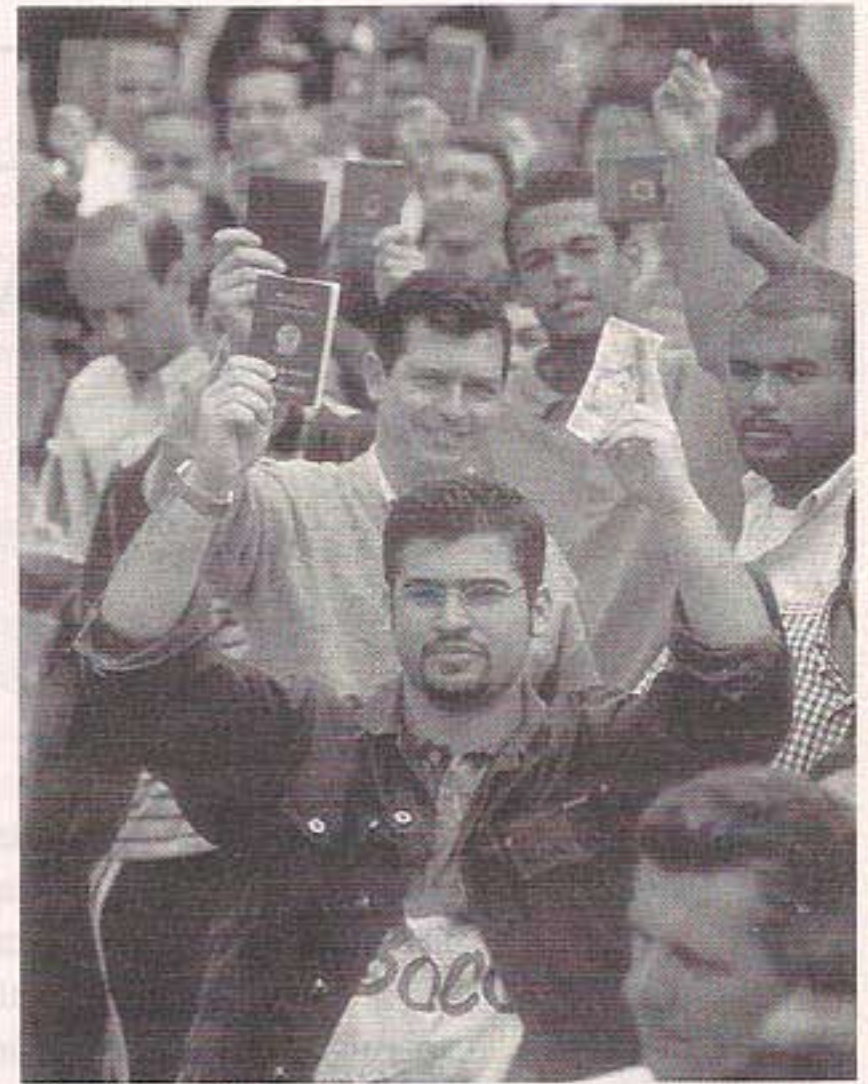
pág. 16

**Zona Franca de Manaus: combate às desigualdades regionais**

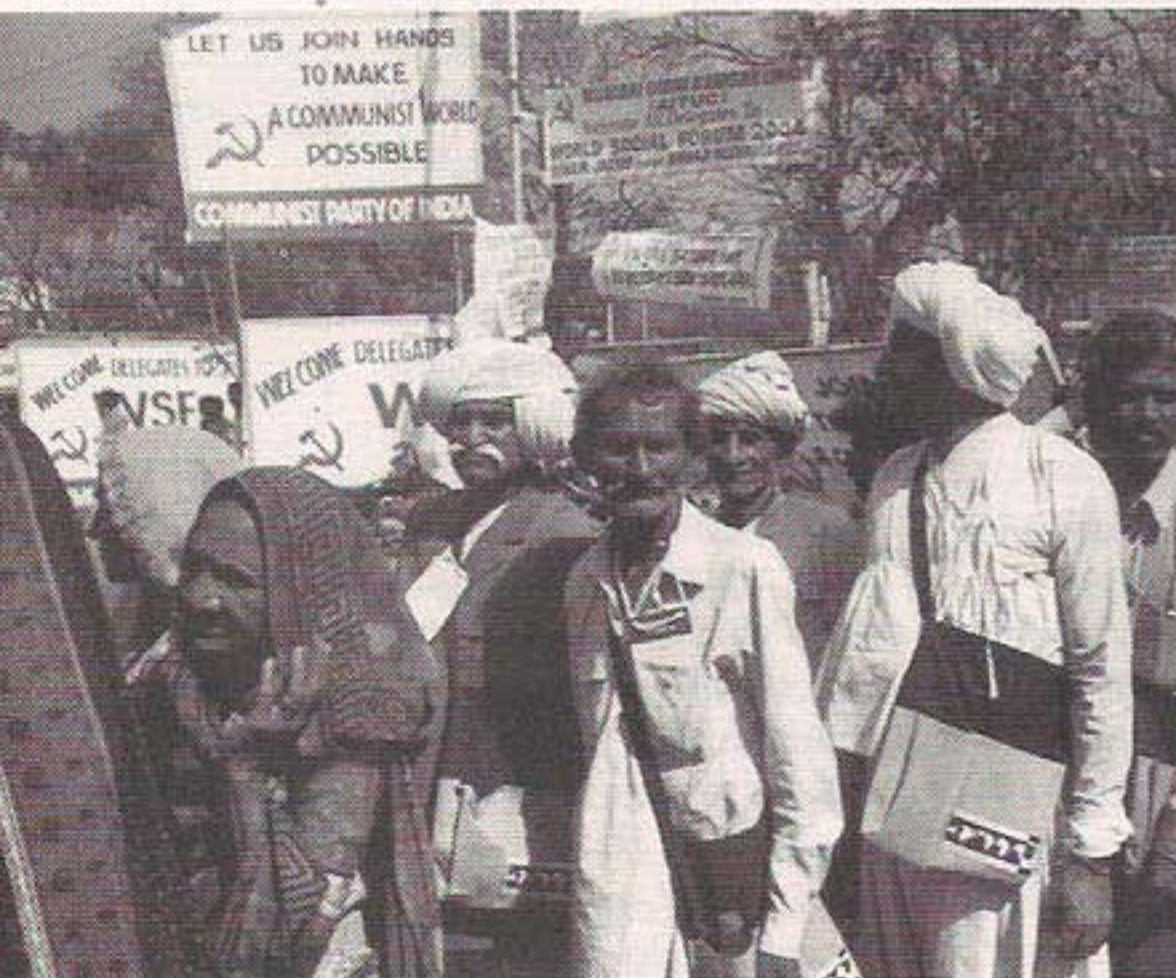
*O pólo constitui exemplo para o desenvolvimento sustentado da Amazônia.*

Vanessa Grazziotin

pág. 23



Manifestação por empregos.



Indianos no Fórum Social Mundial.

## Internacional

**A China e seus investimentos em infra-estrutura**

*O país asiático investe na constituição de um poderoso mercado interno.*

Elias Jabbour

pág. 28

**Fórum Social Mundial: unidade na luta e luta de idéias**

*Após sua realização na Índia, o FSM se fortalece como articulação de movimentos sociais progressistas.*

Ricardo Abreu

pág. 34

**Mariátegui: sujeito revolucionário e movimento indígena**

*O marxista peruano foi pioneiro no tratamento teórico das camadas oprimidas locais.*

Renan Raffo Muñoz

pág. 40

**O Tratado de Livre Comércio entre Chile e EUA**

*As elites chilenas conduzem o país a uma armadilha.*

José Cademartori

pág. 49

# Internacional

## Uruguai – agora é a vez do povo

*As perspectivas das forças progressistas no país vizinho.*

Marina Arismendi

pág. 53

## Bolívia: lições da insurreição popular de outubro

*O povo teve conquistas, além de ter derrubado um presidente entreguista.*

Marcos Domich

pág. 56

## Sobre a situação na União Européia

*Para onde caminha o Velho Continente?*

Pedro Guerreiro

pág. 60

## História

### Lênin: anotações sobre a gênese da inteligência revolucionária de nossa época

*Sua teoria alterou o rumo dos acontecimentos históricos.*

A. Sérgio Barroso

pág. 63



## Teoria

### A crítica de Marx à naturalização do histórico – final

*O mercado superficializa as necessidades intelectuais humanas.*

Newton Duarte

pág. 69

## Mulher

### Novos passos na luta emancipacionista

*O debate sobre os impasses do feminismo ultrapassa seus marcos de organização.*

Jô Moraes

pág. 75

### Resenhas

pág. 79

### Cartas

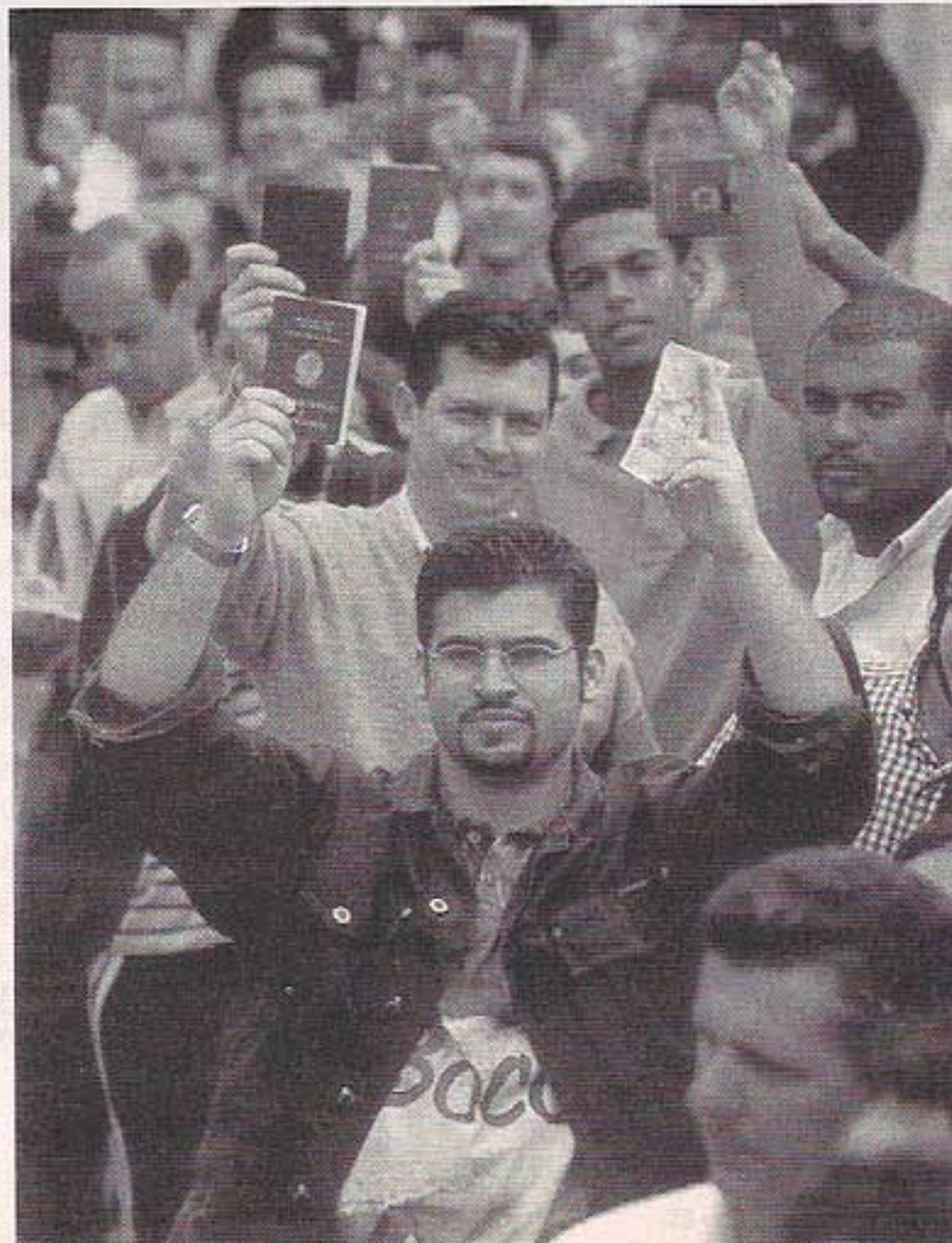
pág. 82

Capa: Flávio Nigro sobre imagem de Arko Datta/Reuters Newmedia Inc/Corbis

# É HORA DE concretizar o compromisso com o DESENVOLVIMENTO e o EMPREGO

Entrevista com Renato Rabelo

Por Adalberto Monteiro



## *O presidente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) fala à Princípios sobre algumas questões políticas do início de 2004 – dentre elas as conseqüências da reforma ministerial no governo Lula, os impasses e desafios ao desenvolvimento econômico e as lições da recente investida da oposição conservadora*

***Junto com o novo ano o governo apareceu de cara nova com a reforma ministerial, que foi mais ampla do que se previa. Que avaliação se pode fazer dessa reforma, em especial sobre a inclusão do PMDB no governo?***

**Renato Rabelo** – Consideramos que a reforma ministerial representa um avanço a partir da própria experiência de um ano de governo – uma experiência muito positiva.

Em primeiro lugar porque o novo governo compreendeu a necessidade cada vez maior de construir um governo de coalizão, constituído por amplas e representativas forças políticas do país. Em segundo, destaca-se o esforço do governo para tornar mais eficiente, consistente e racional a administração pública, a exemplo da área social em que se unificou em um ministério as ações antes fragmentadas em três pastas.

Um terceiro aspecto é a participação do PMDB no governo Lula – trata-se de um aliado importante para o núcleo do governo. O PMDB é um partido representativo, com grande presença no Senado e na Câmara dos Deputados, e tem tido, após o fim do regime militar, uma trajetória parecida com a de um “fiel da balança”. Ou seja, pode pender para o lado de setores mais à direita ou para o de setores da esquerda. Mas por sua origem e trajetória, pode compor um leque de aliança de centro-esquerda. É também um partido heterogêneo, constituído de muitas lideranças regionais representativas; muitas delas desempenhando um papel democrático e progressista na vida nacional. Por isso, no atual quadro de forças do país, governar sem o PMDB é muito difícil – quase impossível. Não haveria condições de se aprovar importantes matérias no Congresso Nacional. A sua inclusão no governo é uma importante vitória também porque esse partido poderia, ao contrário, estar se organizando junto com a oposição conservadora, o que seria um grande entrave para as mudanças pretendidas. Foi essa, portanto, uma importante e sábia conquista do novo governo.

Nesse âmbito da participação de aliados, na reforma

ministerial destacamos a presença do nosso Partido, o PCdoB, no núcleo do governo, na esfera da Casa Civil. Esta pasta concentrava uma série de tarefas fundamentais – desde a coordenação do governo à coordenação política do mesmo. Essas duas funções fundamentais foram divididas e parte dessas funções, a coordenação política do governo, foi entregue a uma liderança do PCdoB, Aldo Rebelo.

Por tudo isso, consideramos a reforma ministerial bastante positiva e valiosa na atual fase – tanto do ponto de vista político, que é o fundamental, quanto administrativo –, porque o governo retirou importantes lições do ano que passou, levando em conta a constituição de uma aliança mais representativa e a busca de mais eficiência.

***Como você analisa a participação mais elevada do Partido Comunista do Brasil no governo Lula, com essa incorporação do deputado Aldo Rebelo à Secretaria da Coordenação Política e Assuntos Institucionais?***

**Renato Rabelo** – Tal participação mostra, da parte do presidente da República, uma relação de maior confiança com o PCdoB, que já vem de longa data, pois fomos o único partido a manter aliança com o PT em todas as eleições presidenciais desde 1989. E essa aliança sedimentada plasmou esse tipo de aproximação e elevou a relação de confiança.

Nesta atitude, o presidente da República leva em conta isso. Assim entendemos essa questão. Não só porque, ao montar o governo, foi o presidente que fez o apelo para que o PCdoB cedesse Aldo Rebelo para ser seu líder na Câmara, demonstrando já um vínculo avançado de confiança, como também agora, mais ainda, na reforma ministerial – quando o próprio presidente propôs, nessa divisão de tarefas que cabiam à Casa Civil, que parte fundamental dela fosse ocupada por Aldo Rebelo. O presidente também convidou Aldo para participar do núcleo de coordenação do governo.

Concluo, portanto, que tudo isso não cabe apenas ao mérito de Aldo Rebelo, sobretudo no desempenho de sua tarefa como líder do governo que contribuiu bastante para a formação da nova maioria política do governo e teve um proveitoso relacionamento com o PMDB e todos os partidos da base aliada, mas também ao fato de advir, como pano de fundo, dessa relação de confiança que o presidente já tinha com o PCdoB nessa trajetória que já passa de uma década.

***Em recente artigo você alertou para o fato de que é hora de o governo fazer uma opção política clara pela adoção de um novo projeto de desenvolvimento. O governo está demorando em demasia para fazer esta sinalização?***

**Renato Rabelo** – O governo tem quatro anos de mandato. Acredito ser este um tempo curto para se realizarem as mudanças que o país requer. Em quatro anos o governo teria, pelo tempo exíguo e pela realidade tão adversa, condições de apenas abrir caminho ou lançar as bases para um projeto de desenvolvimento soberano e demo-

crático, que leve em conta a distribuição de renda. Por isso, para o governo, ao começar o segundo ano de mandato, este momento passa a ser importante para o começo da construção das bases do novo projeto. Essa passa a ser, então, uma fase primordial.

As dificuldades ainda residem sobre a política macroeconômica adotada, que limita em demasia a possibilidade de um desenvolvimento mais amplo para o Brasil. Constitui um tipo de política que, ao conseguir certo desenvolvimento este é sempre muito contido porque a lógica de tal política macroeconômica visa a sempre controlar e conter os investimentos, tanto públicos quanto privados. O objetivo primordial dessa lógica é atingir uma meta inflacionária muito estreita para as reais condições do país, ao mesmo tempo, impor pesado ajuste fiscal, na busca da “credibilidade do mercado” – por-

tanto, uma nítida escolha política. Isso está sempre a exigir um controle muito rígido da inflação. Os investimentos são então controlados porque eles, segundo os defensores dessa lógica, poderiam conduzir a um aquecimento maior da economia e, conseqüentemente, levar à perda do controle dessas metas de inflação.

Essa lógica absolutiza a necessidade da confiança dos grandes agentes financeiros. Não permite um desenvolvimento amplo e em ritmo mais acelerado – justamente o que o Brasil precisa na atualidade. E nosso desenvolvimento precisa atingir o nível histórico do país. Sem esse padrão de desenvolvimento não conseguiremos resolver nossos problemas principais, como o desemprego e renda do trabalhador, nem mesmo a possibilidade de voltar à reconstrução de nossa infra-estrutura brasileira – que praticamente ficou sucateada nestes últimos dez anos. Por isso dizemos que este é o momento primordial para se redirecionar a política macroeconômica. De sairmos dessa lógica de manter a estabilidade à custa de um desenvolvimento contido, que consiste em travar investimentos e reduzir a renda dos assalariados, que é na realidade insustentável pelo que já atravessamos nos últimos anos. Em 2003, por exemplo, tal visão associada aos efeitos da herança perversa levou o PIB brasileiro a sofrer um recuo de 0,2%, além do que a renda dos trabalhadores caiu e o desemprego cresceu.

Essa atual diretriz que freia o desenvolvimento passa a ser hoje um debate político essencial e não simplesmente econômico. Isso porque sem um desenvolvimento mais amplo e sustentado o novo governo não conseguirá cumprir seus compromissos mais importantes. Nesse contexto, afirmamos que o redirecionamento da política macroeconômica também é, antes de tudo, uma escolha política.

***Em sua mensagem de ano novo, o presidente Lula anunciou que 2004 seria o ano do crescimento e do desenvolvimento. Por sua vez o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), nas duas primeiras reuniões do ano, manteve a mesma taxa de juros que encerrou 2003, alegando haver oscilação nos índices inflacionários. Como analisar essa diferença entre o propósito do presidente da República e a continuidade da política de juros altos?***

**Renato Rabelo** – O Copom se baseia na atual política macroeconômica que, como dissemos, segue a lógica de uma excessiva austeridade fiscal e monetária.

As dificuldades ainda residem sobre a política macroeconômica adotada, que limita em demasia a possibilidade de um desenvolvimento mais amplo para o Brasil.





Esse tipo de rigor não permite um desenvolvimento mais amplo e isso se choca – aqui está a questão central – com a realidade de um país como o Brasil.

Nosso país, diferentemente dos países capitalistas desenvolvidos, exige um desenvolvimento mais alargado. Para países centrais talvez um desenvolvimento de 2% ou 3% permita um crescimento suficiente para atender às necessidades daquelas sociedades – já estabelecidas, estruturadas, com avançado nível de tecnologia etc. Não é este o caso brasileiro. Por aqui temos de recompor infra-estrutura, ampliar a indústria – levando em conta por exemplo o nível do valor agregado e a tecnologia mais avançada – etc. E tudo isso requer grandes investimentos. Por sua vez, um desenvolvimento pífio, que se aproxima de uma quase-estagnação, não permite tais volumes de aportes. É exatamente esta questão que criticamos com maior veemência, e o Banco Central tem sido o centro dessa lógica que precisa ser mudada.

Diversos economistas têm dito que se for estabelecida uma meta tão baixa de inflação, a mesma seria irreal para as condições brasileiras. Isso cria uma relação de rigidez muito forte, e artificial. Para este ano, por exemplo, a meta de inflação foi estabelecida em 5,5% (com uma pequena variação). Para quem estuda a história da economia brasileira, não dá para deixar de notar que se trata de uma meta inflacionária irreal para nossas condições concretas. A sustentação de uma meta desse porte leva inevitavelmente a um desenvolvimento contido! Qualquer aquecimento da economia pode conduzir para além desses 5,5% estabelecidos e, nesse caso, o instrumento único sempre adotado por tal política macroeconômica, com sua rigidez fiscal e monetária, tem sido a utilização de altas taxas de juros. E isso para conter qualquer possibilidade de saída dessa marca inflacionária – irreal.

Tem sido esta a lógica do antidesenvolvimento! Por isso consideramos que tal política cria uma contradição com o que pretende o presidente da República e com seus compromissos essenciais.

Contudo, mais dia, menos dia essa contradição vai ter de ser resolvida. E nós acreditamos que deva ser resolvida em favor da opção pelo desenvolvimento.

***O novo projeto de desenvolvimento para o Brasil depende de fatores internos, até aqui mencionados, mas também depende de fatores externos. Como podemos analisar sinteticamente a atual situação mundial, em especial em nosso continente – particularmente na América***

***do Sul –, e a política do governo brasileiro?***

**Renato Rabelo** – Esta é uma questão importante. Não é possível entender que um novo projeto para o país seja resolvido apenas com a adoção de uma política macroeconômica voltada para o desenvolvimento e o emprego e que atenda a necessidade nacional. Há uma outra componente fundamental, exatamente a frente externa. Essa frente externa leva em conta a relação de um país como o Brasil com as grandes potências capitalistas. Isso porque, nesse relacionamento, vale a força – comercial e da hegemonia – desses países. Nesse campo não há espaço para moral ou amizade, o que vale são os desdobramentos dos grandes interesses em cena.

Para um país como o Brasil, para enfrentar em melhores condições esse hegemonismo econômico e de força torna-se necessário compor com outros países dependentes – isso tem ocorrido em diversos momentos, como foi a experiência dos países Não-Alinhados há algum tempo. Assim, a tentativa de o Brasil construir parcerias estratégicas com países do seu porte conforma uma correta ação que vai ao encontro da sustentação de uma política de desenvolvimento. Enfrentar o hegemonismo das potências capitalistas, hoje, não é tarefa para um único país.

A iniciativa de formação do G-20 no âmbito da Organização Mundial do Comércio; o fortalecimento do Mercosul, em nosso subcontinente; a procura de afinidades com a África do Sul e a Índia para a formação do G-3; o reavivamento do G-15 em recente encontro na Venezuela; todas essas iniciativas para aglutinar países em desenvolvimento são justas e vão contribuir, no plano externo, para que possamos moldar nossa política interna de desenvolvimento. É a única possibilidade para abriremos caminho a uma inserção em relações comerciais mais amplas e diversificadas, e não ficarmos à mercê só de uma ou outra potência hegemônica.

É nessa perspectiva que devemos ver o caso da Área



**A tentativa de o Brasil construir parcerias estratégicas com países do seu porte conforma uma correta ação que vai ao encontro da sustentação de uma política de desenvolvimento.**

## A oposição conservadora usou o episódio Waldomiro Diniz para tentar pressionar o governo, torná-lo refém, no sentido de manter as políticas continuístas.

de Livre Comércio das Américas (Alca). Os Estados Unidos pretendiam que o Brasil se submetesse a uma limitação de espaço de relações, que ficariam restritas à América Latina e sobretudo com os Estados Unidos e que se dessem além do comércio. Por isso já havíamos caracterizado a Alca como seqüência de objetivos estratégicos norte-americanos. Também nesse caso o governo brasileiro tem se portado de forma independente, levando em conta os interesses nacionais e procurando questionar a formulação original feita pela potência do Norte. O Brasil tem explicitado seus interesses e também os do Mercosul e de

demais países da América Latina.

Tudo isso faz parte da componente externa e suas conseqüências são fundamentais para um projeto de desenvolvimento democrático.

*Esta entrevista se realiza num momento em que toda a poeira da crise decorrente do chamado "caso Waldomiro Diniz" ainda não foi assentada. Com os dados disponíveis, como você analisa esse que pode ser considerado o primeiro grande ataque da oposição conservadora ao governo Lula?*

**Renato Rabelo** – Após um ano de novo governo, precisamos entender os elementos que envolvem esse episódio e deles extrair lições.

Uma primeira lição a considerar é que, à medida que o governo foi se firmando – construindo maioria política, realizando a reforma ministerial para criar melhores condições para cumprir seus objetivos etc –, vem esse tipo de acontecimento, mostrando que a oposição conservadora, apesar de ter sofrido importante derrota, não pode ser subestimada. É certo que o caso é grave, necessitando de rápida e eficaz apuração. Isso é indiscutível. E o governo procurou de pronto tomar as medidas cabíveis. A oposição, sujeita à dominância do capital financeiro, vem se reorganizando e não pode ser considerada apenas pela composição de partidos no âmbito do Congresso – ela envolve setores e grandes interesses que pretendem manter a estrutura montada na década de '90

e têm grande influência na mídia brasileira. Nesse acontecimento, essa oposição procurou, acima de tudo, atingir o governo de forma contundente. Tentou transformar o caso num acontecimento político de peso, com o intuito de golpear uma peça fundamental do atual governo, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu e o PT. O alvo dos ataques foi este ministro, chegando essa oposição e parte da mídia a exigirem o seu afastamento.

Mas por que esse ministro está no alvo do ataque desses setores? É por acaso uma questão centralizada na ética política? Não. Isso tem aparecido apenas como uma forma retórica para forjar uma certa opinião. O alvo mesmo, a exigência, o fato real em foco tem sido o seu afastamento e o desgaste do PT. É, portanto, uma posição política muito explícita de atingir o governo naquilo que é, na sua estrutura, uma parte fundamental. O objetivo é desestabilizar o governo, desgastando uma de suas peças importantes.

Por trás desses ataques – é bom percebermos isso também – essa oposição conservadora foi compreendendo que o governo foi se firmando, que algumas medidas – como o novo modelo energético e a política externa – e certo questionamento à política macroeconômica, além da postergação da chamada autonomia do Banco central, vinham sendo fortalecidos no governo. No cenário precedente aos ataques, chegaram a correr boatos sobre a saída de Meirelles do BC. Isso passou a ser questionado por aqueles setores retrógrados e eles procuraram colocar o novo governo numa situação mais frágil. Usaram então esse momento para procurar colocá-lo numa situação de refém desses interesses, para pressioná-lo no sentido de manter as políticas continuístas. Todo seu esforço tem procurado impedir o governo de adotar um novo plano. Por isso o alvo tem se localizado no chefe da Casa Civil, pois ele aparece como o ministro que persegue a construção do novo projeto de desenvolvimento, que vinha se chocando de certa forma com a manutenção dessa política macroeconômica por mais tempo.

Com o desenrolar da crise, essas verdadeiras intenções dos setores conservadores e continuístas se tornaram mais claras, tendo sido, inclusive, explicitadas em editoriais de jornais conservadores. Esse quadro impôs como primeira necessidade a defesa do governo e a sustentação do ministro. Mas é fundamental a adoção de uma pauta positiva de ação que responda ao compromisso do desenvolvimento e do emprego. ●

**Adalberto Monteiro** é editor de *Princípios*.

# BRASIL 2004

## desafios e perspectivas

Haroldo Lima

*Em rica experiência histórica, forças progressistas e de esquerda participam hoje da administração federal do Estado – de onde sempre foram alijadas*

O ano de 2003 começou no Brasil sob o signo da esperança. Em toda a história do país, jamais ocorrera alteração tão profunda na composição do seu Governo central quanto aquela, em que um operário, fundador e dirigente de um partido de esquerda, o PT, com a participação aberta dos comunistas do PCdoB, chegara à Presidência da República. Um acontecimento de transcendência mundial.

Passado um ano, a esperança não se desfez, setores populares chegam a pensar que agora é a hora de o prometido acontecer; mas o governo da mudança não se apresentou como se esperava. Sua orientação foi objeto de disputa. Mudanças ocorreram, é verdade, mas em aspectos importantes prevaleceu a continuidade da política do governo passado. Daí é que ganha relevo examinar os desafios e perspectivas de 2004.

Circunstâncias especiais compuseram o quadro em que se deu a vitória de Luiz Inácio em 2002. O modelo neoliberal perdia força no mundo. Na América Latina provocara um cortejo de fracassos. O Brasil, estagnado, vivia sob a ameaça de uma crise institucional, que poderia levá-lo à insolvência, o que certamente ocorreria, segundo grupos dominantes, se Lula fosse eleito presidente.

A campanha de Lula embandeirou-se da idéia da mudança, com a qual galvanizou o povo. No quadro existente, entendeu corretamente ser necessário ampliar o espectro das forças aliadas e buscou o apoio de setores ao centro e ao centro-esquerda, como o PL. O PT, partido-

líder da campanha, sentiu a necessidade de assumir compromissos com a ordem econômica dominante, e o fez unilateralmente, declarando-se disposto a cumprir os contratos feitos sob a égide do FMI.

Quando as urnas foram abertas, configurou-se resultado disforme. Estrondosa vitória teve o candidato mudancista à presidência, Lula, mas as forças que o apoiaram ficaram longe de ganhar a maior parte dos governos estaduais: não conseguiram vitória em estado algum dos mais importantes e nem elegeram a maioria no Congresso. Tornou-se irrecusável a busca de entendimentos para se formar maioria no Parlamento e na sociedade – sem o que não se governaria. Nessa situação, os defensores da linha do “cumprir os contratos” ganharam força.

O Governo Lula surgiu, assim, com um duplo compromisso: com o povo, onde a ênfase era por mudanças, desenvolvimento, emprego, afastamento da linha neoliberal e resgate da soberania nacional; e com os setores dominantes, onde o acento estava na estabilização, no respeito ao sistema imperante, no cumprimento dos contratos vigentes.

A atividade governamental esteve desde seu início, marcada pela disputa, tensionada por políticas diferentes. Fatos, medidas, caminhos e opiniões apareciam ligados a dois processos contraditórios, que se desenvolviam entrelaçados, mas distintos.

Uma mudança de logo aconteceu, e importante: as privatizações foram suspensas, o desmonte do Estado brasileiro, nesse aspecto fundamental, foi contido. O espectro da venda

e entrega das estatais estratégicas, das que restaram, e que eram as maiores, deixou de existir. Entretanto, na definição do rumo para enfrentar o endividamento externo e supostamente retomar o desenvolvimento do país, o Banco Central e o Ministério da Fazenda transformaram-se em pólos de decisão e definiram uma política macro-econômica que, com variações, continuava a linha do governo passado. Persistiram as políticas monetária e fiscal recessivas e os grandes superávites primários, obtidos com drásticos cortes de investimentos e despesas e com enorme esforço exportador – tudo para garantir pagamento de juros e dívidas.

Resultou que os investimentos no país foram os menores dos últimos anos, enquanto a balança comercial registrou saldo recorde. Os compromissos internacionais foram “honrados”, chegaram fartos elogios do FMI e 2003 findou-se com o Brasil crescendo, aproximadamente, zero.

No plano externo o Brasil passou a praticar outra política, de corte soberano, independente, definida em função dos interesses nacionais. Em questão central e simbólica, como a da guerra ao Iraque, rompeu com a política de subalternidade que em geral teve no passado frente aos EUA e tomou posição contrária à agressão americana. Perfilou-se em posição igualmente oposta à do governo Bush em várias outras oportunidades, como na postura de amizade a Cuba, na solidariedade ativa à Argentina e no apoio à legalidade na Venezuela, ameaçada por agências americanas especializadas em desestabilizar governos não subalternos.

Um novo quadro de aliados o Brasil procura formar. Prioriza suas relações com a América do Sul, empenhando-se pelo fortalecimento do Mercosul e procurando estender sua atuação a outros países hemisféricos, como os do Pacto Andino. Amplia horizontes, aprofundando relações com China, Índia, Rússia e África do Sul, aproximando-se de outros países da África e do Oriente Médio, não deixando de entender-se com Nações européias e mantendo atitude de respeito e reciprocidade com os Estados Unidos. No concerto internacional, toma iniciativa de organizar, junto com a China e a Índia, o G-21, que apareceu pela primeira vez em setembro de 2003, em Cancun, em reunião da Organização Mundial do Comércio, quando impediu que acordos leoninos fossem selados no âmbito da OMC. Embora sem romper com a Alca, consegue esmaecer o ímpeto americano por fundá-la rapidamente, repondo-a em discussão, reexaminando-a, subordinando-a a outras iniciativas.

A movimentação de Lula no círculo internacional tem sido um fator de fortalecimento da multilateralidade no mundo e tem colocado o Presidente do Brasil como um político de projeção intercontinental, que participa, lide-

ra e articula blocos de força e toma posição independente frente aos grandes temas da atualidade.

Os resultados da política econômica não foram bons. As taxas de juros foram mantidas entre as mais elevadas do mundo, por vezes a mais elevada. Em juros, desembolsamos R\$145,18 bilhões em 2003, um pouco mais que 27% do montante despendido em 2002, que foi de R\$114 bilhões, e 68,8% a mais que o pago em 2001, que foi R\$86 bilhões. <sup>(1)</sup> O país continuou estagnado, as grandes estatais, mesmo com dinheiro em caixa, continuaram sem poder fazer os investimentos que podiam e precisavam, por conta de acordo com o FMI, que conta seus investimentos como despesas a serem cerceadas. A formação bruta do capital fixo caiu 7% relativamente a 2002. E o crescimento zero, ou um pouco mais que isso, fez a economia brasileira cravar 25 anos seguidos sem crescimento, ou crescimento pífilo. Uma lástima.

As conseqüências sociais da continuidade desse quadro recessivo não foram pequenas. O espectro dos serviços básicos prestados à população – deteriorado sob Fernando Henrique –, em geral assim permaneceu, ou mudou pouco. O poder aquisitivo da população continuou caindo – com a extraordinária exceção dos banqueiros, situados entre os mais bem aquinhoados do mundo. A classe média não se recuperou, segue extorquida, sofrendo as conseqüências de uma reforma previdenciária que lhe tirou direitos, pagando alta e crescente carga tributária e injusta tabela de imposto de renda não atualizada. O desemprego brutal, herdado do governo passado, aumentou, no registro mais pungente dos problemas não resolvidos, mormente porque Lula, durante a campanha eleitoral, se comprometeu com a criação de dez milhões de empregos.

À política econômica continuísta credita-se, em geral, a relativa estabilidade da moeda, a queda do risco-Brasil, o crédito internacional reaberto e, sobretudo, a inflação contida e baixa. São indicadores inequivocamente positivos, mas que não devem ser superestimados. Tampouco devem ser menosprezados – tanto mais que setores dominantes alardearam na campanha de 2002 que o país cairia no caos se Lula fosse eleito Presidente. O caos não veio e o Governo Lula demonstrou capacidade em manter a situação sob controle. Mas os indicadores referidos, positivos que são, carecem de maior significado se examinados na sua relação com a retomada do desenvolvimento do país, que não se deu. E a retomada do desenvolvimento é o desafio maior à frente do Governo Lula, a perspectiva mais acalentada por todos. E é um anseio que tem raízes em nossa história.

Desde o fim da II Guerra Mundial até a década de 70,

nosso país foi dos que mais cresceram no mundo – foi o que mais cresceu, em diversos anos. Naquelas três décadas, crescemos mais que o Japão, mais que os Estados Unidos. E de repente deixou de crescer, ou passou a índices de crescimento absolutamente deploráveis. Em 1977, foi iniciada uma trajetória de declínio que até hoje não parou. A década de oitenta foi toda perdida, a de noventa, também. E terminou o terceiro ano do século XXI com a economia praticamente estagnada. Analistas da cena internacional são mais ou menos unânimes em apontar que nas próximas três ou quatro décadas os países do chamado Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) terão um lugar proeminente no mundo. A Rússia, depois de amargar grave crise, cresceu agora em 2003, em torno de 7%. A Índia, da mesma forma. A China, seguindo caminho próprio e desconsiderando recomendações do FMI, em 2003 cresceu a 9,1% de seu PIB, percorrendo 24 anos consecutivos de crescimento, à espantosa média de 8 a 9% ao ano. E o Brasil, o outro país do Bric, é o único que não cresce, há 25 anos. Por onde se vê que a retomada do desenvolvimento é nosso desafio central. Recomeçar a crescer, significa irmos ao encontro da nossa identidade, da nossa tradição de Nação que trabalha, mas que quer desfrutar dos frutos de seu trabalho. Daí por que um governo como o de Lula, tem que pôr em tensão suas forças para promover a retomada do desenvolvimento, com criação de emprego e inclusão social. O ano de 2004 aparece como aquele em que ocorrerá essa retomada.

No âmbito governamental, todos aparentemente expressam acordo com a importância e urgência desse crescimento, mas as forças da dualidade tensionam-se, ao apresentarem proposições diferentes no seu encaminhamento prático.

A política emanada do Ministério da Fazenda e do Banco Central prega o ajuste fiscal e o controle das dívidas como fatores que criariam as condições de estabilidade no país e de risco baixo, a partir do que o mercado teria confiança em investir e promover o desenvolvimento. O Estado entraria com participação complementar.

Raciocínio diverso formulam setores desenvolvimentistas, dentro e fora do governo, tendo mais visibilidade os que se situam no BNDES, no Ministério de Minas e Energia, no Itamarati. Para esses, não será o controle do endividamento que propiciará o desenvolvimento, mas o desenvolvimento que levará ao controle da dívida. E a lição que os desenvolvimentistas sustentam, e que emana da experiência dos que crescem, é a de que, para crescer é absolutamente indispensável destravar os investimentos. E os nossos estão trava-

dos. O risco-Brasil caiu sistematicamente nesse primeiro ano do Governo Lula; mas, apesar disso, o Investimento Externo Direto também caiu – a tal ponto que em 2003 ficou por volta de US\$10,4 bilhões, abaixo dos US\$14,1 bilhões de 2002 e bem abaixo dos US\$24,7 bilhões de 2001.

Situam-se como animadoras as perspectivas de 2004, no que diz respeito às possibilidades da retomada do desenvolvimento. O BNDES, que sob o Governo Lula voltou a ser um banco financiador de desenvolvimento brasilei-

## A tônica dos discursos do Presidente Lula tem sido a de que 2003 foi o ano de plantar e 2004 será o de colher.

ro, está armado de um orçamento de R\$47,3 bilhões para investir em setores produtivos. Da reunião da Cúpula das Américas, em Monterrey, no México, neste início de ano, vem a informação, com a qual se comprometeu o Diretor-Gerente do FMI, Horst Kohler, de que investimentos estatais em infra-estrutura serão de agora em diante excluídos das contas de déficit público dos países da América Latina. Na verdade, computar como despesas os investimentos das estatais, como faz o FMI, é uma punição clamorosa para com os países em desenvolvimento. A nova postura, quando se concretizar, pode ajudar a desencadear o processo de investimentos entre nós, a partir da iniciativa estatal, que poderá despertar mais investimentos da iniciativa privada.

O Instituto de Finanças Internacionais, em Washington, informou que os investidores ali organizados planejam colocar no Brasil US\$21,5 bilhões, 106% a mais que o efetuado em 2003. Embora quase a metade desse total seja de capital financeiro, US\$11 bilhões serão destinados ao setor produtivo, 37,5% a mais que em 2003. Por outro lado, o IBGE já revela crescimento dos investimentos a partir do terceiro trimestre do ano passado. Na construção civil, em setembro de 2003, esse acréscimo foi de 5,1%, relativamente a agosto do mesmo ano. E, mais expressivo ainda, foi o aumento da absorção doméstica de bens de capital (produção, mais importação, menos exportação de bens de capital), que chegou a 11,4% em setembro, relativamente a agosto. A tônica dos discursos do Presidente Lula tem sido a de que 2003 foi o ano de plantar e 2004 será o de colher. Na verdade, há razões para se acreditar que em 2004 poderemos reencontrar a senda do desenvolvimento. Entretanto, questões importantes ainda serão objeto de disputas, algumas das quais devem ser realçadas.

**E**m primeiro lugar, o Acordo com o FMI. A prorrogação do dito acordo pegou o próprio Lula de surpresa, quando fazia viagem internacional e declarara que decisão sobre o assunto não seria tomada com ele fora do Brasil. E foi. Patenteada ficou a desenvoltura com que o núcleo do Ministério da Fazenda e do Banco Central toca, por conta própria, a política macro-econômica. Como está, o Acordo é compromisso de cunho recessivo, que pode atrapalhar, e muito, o esforço desenvolvimentista.

Em segundo lugar, a implantação de uma política industrial. Esta parece nunca ter contado com o apoio da equipe econômica, que desconfiaria de demasiado intervencionismo estatal em semelhante proposição. Agora, entretanto, já no início de 2004, duas notícias importantes apareceram. O ministro do Desenvolvimento enfatizou a necessidade de uma política industrial e expôs o ponto de vista de seu Ministério a respeito de quatro setores prioritários, onde o Brasil conta com vantagens comparativas para se desenvolver: bens de capital, software, semicondutores e fármacos e medicamentos. E o Ministério da Fazenda aceitou essa posição, admitindo até incentivos fiscais para setores determinados, dentro de uma política que seria lançada a partir de abril.

Em terceiro lugar vem o tratamento da dívida pública. O pagamento dos serviços e das amortizações dessa dívida tem sido gargalo histórico que tem impedido o crescimento brasileiro nas últimas décadas. O tema da dívida tem sido sempre acompanhado por uma ofensiva ideológica tão estridente quanto falsa. Dizem que qualquer ressalva quanto à disposição de “honrar” os compromissos poderia nos retirar o apoio externo, afugentar os investimentos e nos levar à estagnação. Na verdade, a estagnação está aí, há 25 anos. Apesar de todas as medidas que fazemos aos credores dessa dívida, e apesar das montanhas de juros que pagamos em dia, nenhum apoio recebemos para alavancar nosso crescimento. O “desastre” que sucederia a países que decretassem a moratória ou reformulassem sua dívida não sucedeu, por exemplo, com o México, com a Rússia ou com a Argentina, que voltaram a crescer a níveis elevados depois da moratória que tiveram de fazer. No caso brasileiro, o assunto merece exame mais minucioso. Mas não se pode desconsiderar que enquanto alguns defendem, dentro do governo, o compromisso inquestionável com os esquemas das dívidas, forças há que defendem, também dentro do governo, como o PCdoB – e brasileiros há que formulam, apoiando o governo, como Celso Furtado –, que o Brasil deve questionar o esquema atual de pagamento de sua dívida. Celso Furtado chega a dizer ser necessário preparar uma reformulação da dívida e uma moratória, enquanto o ex-presidente José Sarney, também governista, em recente entrevista afirmou

ser preciso “rediscutir os prazos e a estrutura da dívida”, sem o que (...) estamos realmente condenados a renunciar ao destino nacional”.<sup>(2)</sup>

Em quarto lugar, a substituição de importações. O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial calculou que o impacto da substituição de importações em nossa balança comercial, feita em duas rodadas – em 1999 e depois em 2002 e 2003 –, foi de US\$10 bilhões, US\$5 bilhões em cada uma. No período, as importações caíram de US\$58 bilhões, em 1998, para US\$48 bilhões, em 2003. A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) informa que a importação de veículos saiu de 22,6%, em 1998, e passou a 5,3%, em 2003.<sup>(3)</sup>

Estudos mostram, contudo, que semelhante substituição de importações deu-se por conta exclusivamente do câmbio, configurando o que os analistas chamam de “substituição fácil”. Com a economia crescendo em 2004, seguramente haverá aumento da importação, mas especialistas assinalam que a substituição ocorrida foi ainda “muito restrita” e que “o requisito básico para substituição de importações é investimento”.<sup>(4)</sup>

Em quinto lugar, o estímulo à construção civil. Entre os quatro setores prioritários apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento como estratégicos, e já vistos acima, não está o da construção civil. Pela capacidade de incorporar mão-de-obra e pela enorme demanda que tem o país na construção de moradias, a construção civil não pode ficar fora dos setores prioritários para receber investimentos. A Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte, fez levantamento sobre o déficit de residências no Brasil, chegando ao número de 6,7 milhões. A região de maior carência é o Nordeste, que precisa de 40% do total, sendo que o Sudeste, a mais rica, necessita de 35% do mesmo montante. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo realizou um evento no final do ano passado onde apresentou um plano para construção de 4,5 milhões de moradias, a ser realizado em cinco anos, a um custo de R\$88 bilhões, que geraria 3,6 milhões de empregos diretos. Entre 1998 e 2000, a participação média da construção civil no PIB brasileiro foi de 13,2% – igual à de uma região como o Nordeste. Ademais, a agilização da construção civil pode ser feita sem incremento de importação, vez que o setor importa apenas 7,1% do que usa.<sup>(5)</sup>

Em sexto lugar, a continuidade do fomento à exportação. Esta, apesar dos índices que conseguiu recentemente, não pode ser considerada como elevada e comparada com a de países semelhantes no resto do mundo, como tem observado, com insistência, Delfim Neto.

Por último, o debate no plano das idéias. Aspecto curioso que se observa nas disputas dentro do Governo Lula é certa

tendência dos que seguem a política macroeconômica passada de resgatarem também o “pensamento único” no qual o Governo de FHC se esmerou. Para eles não há outro caminho para o país senão o que defendem e fazem predominar. Não se dão conta de que adotaram critérios controversos, de baixa confiabilidade, como o risco-Brasil, definidos pelos setores financeiros estrangeiros, especificamente pelo Banco JP Morgan, para orientar investimentos financeiros de curto prazo, não para tratar de desenvolvimento econômico de qualquer país. O risco-Brasil baixo pode sinalizar o despertar dos investimentos, mas de forma alguma é um indicativo seguro. Tanto assim que entre julho de 2002 e dezembro do mesmo ano o risco-Brasil chegou ao recorde de 2.440 e, apesar disso, o Investimento Externo Direto (IED) cresceu. Por outro lado, enquanto entre dezembro de 2002 e outubro de 2003 o risco-Brasil caiu sistematicamente, o IED também caiu, a tal ponto que em 2003 ficou por volta de US\$ 8 bilhões, bem abaixo dos US\$ 13 bilhões estimados no início do ano, e muito abaixo do registrado nos últimos dois anos (US\$24,7 bilhões em 2001 e US\$14,1 bilhões em 2002).

O “pensamento único” freqüentemente se choca com a realidade. O desempenho da Argentina no período recente é outro ponto que deixa embaraçados os que defendem essa política econômica. Porque a Argentina, seguindo os ditames do FMI, foi à insolvência e viu sua produção cair 20%. Em 2003 seguiu uma política própria, a partir da moratória a que foi obrigada a fazer. Sem pagar a dívida externa há dois anos, conseguiu controlar a inflação no patamar de 4%, terminou 2003 com um crescimento de 7,3%, projeta 5% de crescimento para 2004, fez o desemprego cair, a arrecadação subir e as exportações e importações aumentarem. Não tem aceito os altos superávites primários que o FMI tenta – e não consegue impor por lá –, tenta e consegue impor por aqui.

Mas, se há indícios concretos de que o Brasil poderá encontrar o caminho dos investimentos e, portanto, do desenvolvimento neste ano de 2004, essa possibilidade poderá se frustrar caso não haja alterações na política macroeconômica do governo. E essas não advirão sem o contributo das pressões sociais, variadas e amplas. Isto nos remete à posição das forças populares e da esquerda frente ao governo Lula.

Sem dúvida há setores do espectro da esquerda brasileira que já não apóiam o governo Lula. Os setores organizados mais expressivos, entre os quais PT, PCdoB e PSB, naturalmente o apóiam, e manifestam, em variados graus, críticas a aspectos de sua atuação. Digno de nota é o entendimento que o PCdoB tem dessa questão.

Estando, desde 1989, há 23 anos, nas campanhas e na eleição de Lula, o PCdoB sente-se engajado no maior projeto de inspiração popular que já apareceu em nosso país, de

enorme significado – caso seja vitorioso ou derrotado –, para os brasileiros e as forças progressistas e de esquerda, no Brasil, na América Latina e no mundo. Por mais que sejam duras as críticas a políticas recessivas de governo, como as feitas acima, o PCdoB vê o sentido estratégico de apoiar esse projeto que levou um operário à presidência da República, outro operário à presidência da Câmara dos Deputados, comunistas e lideranças sindicais a altos cargos, como nunca aconteceu na história do Brasil e da América do Sul. De fato, as forças de esquerda que hoje participam da administração federal dela sempre foram alijadas.

**N**o caso específico do PCdoB, com seus 81 anos de existência, a maior parte na clandestinidade, havia até um ponto de vista, oriundo de fase anterior do movimento comunista internacional, contrário à participação dos comunistas em governos municipais, estaduais, quanto mais federal, visto como forma condenável de administrar máquinas capitalistas. As novas circunstâncias internacionais e o amadurecimento do movimento comunista no mundo e no Brasil levaram a uma mudança de posição, permitindo aos comunistas poderem ajudar decisivamente na jornada pela eleição do Presidente Lula e concordarem com a própria presença de comunistas no governo constituído.

Seria estranho se esses estreantes no exercício de governo central estivessem demonstrando grande experiência e saber gerencial. Estão tendo, sim, oportunidade ímpar de conhecer e enfrentar os problemas do país, não apenas no discurso, único recurso que lhes era possível utilizar, mas na prática da busca de alternativas concretas, para a qual a dureza dos métodos excludentes até então usados, nunca lhes permitiu qualquer aprendizado.

O projeto que levou Lula à Presidência não pode ser enfraquecido, nem contestado, nem muito menos negado por problemas – ainda que verdadeiros, e ainda que graves –, acontecidos no seu primeiro ano de prática governamental, sem que isto signifique cumplicidade objetiva com a direita brasileira e internacional. Deve ser sim, apoiado, o que não significa abrir-mão, inclusive para ajudá-lo, do espírito crítico, do debate no plano das idéias e da promoção de ações de massa para tensioná-lo pelas mudanças. 🍷

**Haroldo Lima** é membro do Comitê Central do PCdoB e exerce as funções de Diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

#### Notas

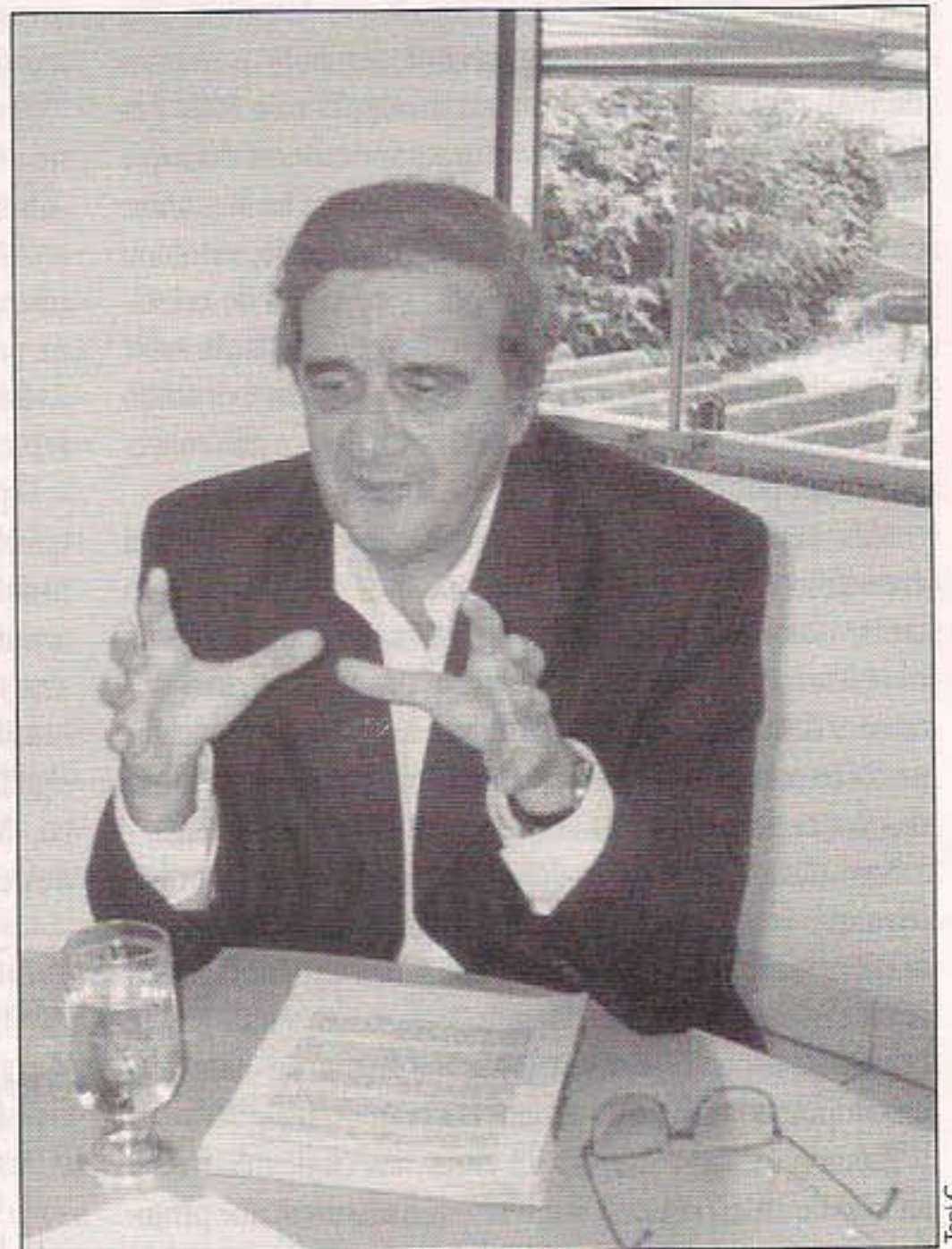
- (1) Dados do Banco Central. Ver *Folha de S. Paulo* 31.01.04 e Vermelho 30.1.04
- (2) *Folha de S. Paulo*, primeira terça de janeiro de 2004.
- (3) *Valor*, 6 de janeiro de 2004, A3.
- (4) *Idem*.
- (5) *Gazeta Mercantil*, 7 de janeiro de 2004.

# Há espaço para uma política econômica diferente

Por A. Sérgio Barroso, José Carlos Ruy e Edvar Bonotto

Entrevista com Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo

*O economista, professor e editor Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo tem se destacado pelas análises sóbrias e profundas da realidade econômica nacional e internacional. Ele falou com a equipe de Princípios sobre algumas questões polêmicas do momento, do que publicamos, aqui, alguns extratos*



Toni C.



*Em entrevista à revista Carta Capital (2000), o sociólogo norte-americano Robert Bellah considerava que os Estados Unidos eram uma “sociedade em colapso”. Como anda atualmente o debate sobre o declínio estadunidense?*

**Belluzzo** – Bellah falou de fato sobre a decadência da sociedade americana em relação aos valores que ela professa. Essa sensação de desconforto que a sociedade americana tem com sua trajetória está ficando cada vez mais acentuada. Há uma perplexidade dos americanos com a derrocada moral da sua sociedade, quando percebem que seu sistema de poder não é compatível com a idéia de democracia que eles têm. Essa percepção já é de muito tempo; vem desde Wright Mills, que escreveu *A Elite do Poder nos anos 60*. Mills, um liberal no sentido clássico americano, mostra como no sistema de poder norte-americano a democracia conta muito pouco – apenas como um sistema eleitoral que substitui dois grupos muito assemelhados no poder. É uma técnica de alternância no poder, um sistema que prescinde, do ponto de vista concreto, até mesmo da qualidade do presidente ou dos parlamentares eleitos. Há uma intrincada rede de relações que se desenvolvem por dentro do Estado. Com a vitória do Bush, revelou-se a relação plutocrática desse sistema de poder com os negócios privados. O gabinete de Bush é formado por gente que veio da grande empresa, basicamente da grande empresa de petróleo. Há agora uma forma indisfarçada de exercício dos interesses privados no governo, ao mesmo tempo em que o poder de manipulação da mídia sobre a opinião pública se tornou muito mais concentrado. Bush manipulou a opinião pública norte-americana na guerra contra o Iraque num grau que talvez não tenha precedentes na história americana.

No desenvolvimento da sua hegemonia econômica os EUA foram obrigados a alguns movimentos que vão tornando cada vez mais complicado seu próprio exercício. No pós-guerra – onde os acordos de Bretton-Woods foram uma espécie de reconhecimento da impossibilidade de se ter uma ordem internacional no capitalismo desenvolvido sem a existência de instituições dentro das quais essa ordem possa se mover –, os EUA reconheceram claramente que era impossível uma ordem liberal como a que existia no século XIX. Ou, pelo menos, que para haver uma expansão do comércio mundial, eram necessárias regras monetárias claras. A proposta de Keynes em Bretton-Woods era de se fazer uma provisão pública de liquidez internacional e de socorro nos casos de desequilíbrios estruturais nos balanços de pagamento. Ele imaginou um banco central dos bancos centrais, que faria essa intervenção de

forma consciente pois deixar esse tipo de ação para o mercado seria desastroso porque o mercado agiria exatamente ao contrário: fugiria de quem estivesse precisando para os países que tinham uma situação externa melhor.

A solução encontrada pelos EUA foi uma espécie de meio termo, que preservou a função de moeda-reserva do dólar. E mesmo assim os EUA aceitaram a vinculação do dólar ao ouro (US\$ 35 por onça de ouro). Todo mundo avisou que esse negócio não daria certo por uma simples razão: na hora em que os EUA estiverem com a balança superavitária, eles vão sugar a liquidez da economia mundial e, portanto, a privarão dos meios de pagamento necessários para o comércio se expandir. E se os EUA mantiverem a balança deficitária o mundo acumularia um excesso de reservas em dólares que colocaria em risco a conversibilidade do dólar. Os EUA saíram do New Deal com uma posição ambígua, pois havia quem, dentro do Estado americano, quisesse que o país tivesse um papel positivo no mundo, coisa que foi morrendo com a guerra fria, cujo primeiro sinal foi dado pelo macarthismo.

Esse conflito acabou se resolvendo a favor da visão mais conservadora. De qualquer maneira, a presença da União Soviética teve um papel muito importante no sentido de permitir, ou de limitar, uma ação mais agressiva e também de permitir que houvesse certas práticas em políticas econômicas que talvez não fossem nem admissíveis em outras circunstâncias. Como, por exemplo, a trajetória japonesa, ou a trajetória coreana, ou a trajetória da Europa com seus sistemas de proteção social, o Estado de bem-estar social, com políticas nacionais de desenvolvimento. Até mesmo na América Latina, se bem que com raio de manobra, sempre foi muito mais estreito.

Mas já nos anos 1960 foi gerado um déficit brutal na balança de pagamentos americana, determinado sobretudo pela conta de capitais e pelas despesas militares, e isso comprometeu a função de moeda-reserva do dólar. Em 1968, o presidente Nixon – quando os europeus, sobretudo os franceses, começaram a trocar os haveres em dólar por ouro e as reservas americanas do Fort Knox caíram muito rapidamente, chegando a US\$ 10 bilhões em 1968 – decretou unilateralmente a inconvertibilidade.

Os anos 1970 representaram grande risco para o papel do dólar como moeda-reserva porque a desvinculação com o ouro e a desvalorização contínua do dólar levaram à inflação alta nos EUA, que chegou a dois dígitos. Havia então, no final dos anos 1970, um forte movimento pelo reordenamento do sistema monetário internacional. Os europeus propunham a volta à idéia do ativo internacional emitido pelo FMI, fundado numa cesta de moedas. Esse

conflito chegou muito agudizado à reunião do FMI em 1979, em Belgrado, da qual pude participar. Os EUA, usando seu inquestionável poder econômico e militar, subiram a taxa de juros (em 12%, depois 18%, depois 21%, em 1980), reafirmando a hegemonia do dólar sem nenhum suporte na conversibilidade.

Nos anos 1980 os EUA fizeram um déficit fiscal, então considerado altíssimo, de 3,5%, e um déficit externo semelhante. Nesse momento tornaram-se uma máquina de sucção de importações. E ninguém percebeu que de fato aquilo já era o novo sistema, fundado no poder norte-

uma demanda cativa por dívida americana, privada e pública, porque a demanda cativa é o superávit comercial dos países da Ásia, que é reciclado por seus bancos centrais no mercado americano.

*Nesse processo de retomada da hegemonia da economia norte-americana como tem se portado o preço da mão-de-obra?*

**Belluzzo** – Durante todo esse ciclo os salários não subiram. O mercado americano foi reduzindo a rede de proteção e o rendimento médio praticamente não subiu apesar de todo o crescimento da economia. De 1960 até meados dos 1970 os salários subiram. Depois da crise de 1974-75, eles estagnaram e começaram a cair. Nos anos 1980 eles caíram mesmo. Nos 1990, até 1997-98, havia queda de salários. De 1999 para frente eles subiram um pouco. Na verdade, há uma estagnação e a distribuição de renda foi um desastre, piorou muito. Para não falar da distribuição da riqueza, porque aí, então, as diferenças são cavalares.

A dinâmica dessa economia capitalista não se funda mais no aumento de salários, mas no aumento do endividamento das famílias – e isso certamente tem um limite. Com a expansão do crédito aumenta o endividamento, sobretudo dos 40% das camadas inferiores, que devem mais ou menos 200% da renda de que dispõem.

*A crise de 1987, que envolveu um crash, pode ser considerada a primeira crise financeira dessa expansão norte-americana?*

**Belluzzo** – Sim; foi exatamente a primeira crise financeira do período da desregulamentação. Depois houve em 1992-93 a crise do sistema monetário europeu, a especulação contra a libra (George Soros ganhou US\$ 1 bilhão especulando contra ela), depois contra a lira e contra a peseta espanhola. Em 1987 o *crash* foi enfrentado por Alan Greenspan, do Federal Reserve [o banco central dos EUA] com muita liquidez; depois houve a crise de 1992-93; e a crise dos bônus de 1994 que, na verdade, é decorrência já da expansão de liquidez – as pessoas esquecem as coisas, mas estamos num período parecido. Com a recessão dos anos 1990, os americanos usaram muita liquidez e o preço dos bônus aumentou muito e, relativamente, diminuiu a taxa de juros. Como a economia norte-americana começou a crescer, e achando que estava muito aquecida, subiu-se a taxa de juros. Teve uma crise real. Isso foi em abril de 1994. Em dezembro de 1994 para 1995 teve a crise mexicana. Em 1997-98 houve a crise da Ásia. Depois, no segundo semestre de 1998, em agosto na Rússia. Venezuela e

## Há uma perplexidade dos americanos com a derrocada moral da sua sociedade.

americano e na supremacia do dólar. Isso beneficiou os aliados, sobretudo o Japão. Era um tempo em que os americanos dos chineses, dos japoneses, dos coreanos etc. Ocorreram várias tentativas de protecionismo, mas nenhuma bem-sucedida. Na verdade, os EUA descobriram que ali havia uma forma de política, e que eles não perdiam nada. Ao contrário, estavam absolutamente descompromissados em manter a conversibilidade e podiam manter o dólar como moeda-reserva (no exterior) e crescer de uma maneira que os outros não podiam: fazendo déficits, fazendo dívida, explodindo a sua demanda nominal em cima de uma estrutura produtiva que começou, então, a ganhar um impulso adicional em sua internacionalização. Nos anos 1980, a discussão nos EUA era o fim da manufatura norte-americana, mas, na verdade, não era nada disso. Era a metástase da manufatura norte-americana para fora, que foi o primeiro movimento da “globalização”.

Então, a metástase norte-americana tornou estrutural sua dependência de importação barata. Eles fazem ciclos de expansão: um nos anos 1980 e outro nos anos 1990. Os EUA crescem com expansão do crédito e com a demanda nominal muito acima da sua produção corrente, expressa no déficit crescente da balança de pagamento. E é fácil explicar como eles conseguem fazer isso sem inflação. Nesse período, sobretudo nos anos 1990, a imigração da América Latina para os EUA foi brutal, e então eles tiveram assim um mercado de trabalho sempre pressionado pela oferta infinitamente elástica de mão-de-obra; por outro lado, estão comprando componentes, peças, bens de consumo a preços muito baratos. Esse sistema foi criando

Brasil, em 1999. E em 2000-01 a crise da Argentina. Em 2002 tivemos a grande escassez de liquidez. E agora estamos vivendo outro movimento, que é um movimento de fluxo. Na verdade, os EUA baixaram muito a taxa de juros. Há uma tremenda mudança de liquidez, com bolhas em vários mercados: imobiliário, e no de ações de novo. E uma nova situação de sobra de recursos para os emergentes. Para se proteger da bolha é preciso tomar algumas medidas de política econômica. E nós pegamos essa bolha com nossa taxa de juros muito alta. Isso é um estímulo muito grande para as empresas tomarem dinheiro lá fora e fazerem arbitragem aqui com taxa de juros; e, ainda, se deixou valorizar o câmbio. Com isso, estamos numa situação muito complicada em médio prazo.

***Pesquisadores chineses, a exemplo de Youcai e Feng (2002/2003), prevêem que nas próximas décadas os EUA deverão obter crescimento econômico e continuar a deter cerca de 30% do volume da economia mundial, ao mesmo tempo em que prevêem certa estagnação da Europa e do Japão. Como o senhor interpreta essas projeções?***

**Belluzzo** – Há duas questões diferentes, que se entrelaçam. Os anos 1990 foram um período de grande inovação tecnológica, e o investimento produtivo foi puxado, em boa medida, pelos EUA. O investimento produtivo subiu muito mais do que nos ciclos anteriores, mais por exemplo do que no ciclo dos anos 1980. Até porque não havia razão no período anterior para as empresas investirem quando estavam sofrendo uma concorrência brutal e não havia um cluster de inovações como esse atual na área da informática.

Obviamente, o setor de informática ainda tem muita bala para gastar do ponto de vista tecnológico. Há um estoque de inovações. Mas, por outro lado, a velocidade com que se criou a capacidade nos setores de alta tecnologia é muito grande. Então, pode ser que – e é muito provável – se leve algum tempo para digerir essa capacidade. Em geral, há excesso de capacidade que é preciso eliminar. No caso de fibra ótica, por exemplo, o excesso de capacidade é de 97%, ou seja, só são usados 3% da nova rede de fibra ótica. Isso aconteceu porque as projeções a respeito do desempenho da economia foram excessivamente otimistas. E isso foi tanto lá quanto aqui.

Essas projeções tecnológicas são sempre complicadas porque é claro que há um estoque provavelmente amplo para renovar. Mas há um problema econômico: é preciso sucatear a parte que foi investida. Só quando se sucateia, é que se volta a investir. Porém as estraté-

gias de defesa contra a crise retardam esse processo.

***Ao se analisar a tecnologia pelo aspecto da composição orgânica e escalas de produção...***

**Belluzzo** – Na verdade, se você observar bem a gestão da economia capitalista verá que, em boa medida, ela procura escapar da tendência à crise. E faz isso ministrando euforizantes nominais para que a economia possa escapar dessa lógica que os monetaristas não conseguem explicar. Então, está certo, é a expansão dos bens de pagamento, M1, ou M2, o agregado monetário que você quiser. Os EUA, por exemplo, estão sempre muito acima da taxa do crescimento do produto e não têm inflação, quando seria de se esperar uma explosão inflacionária. Mas isso está funcionando por quê? Porque, na verdade, Keynes descobriu que do ponto de vista macro esse sistema só funciona à medida que a demanda nominal corre à frente da oferta. É a crise de realização de que o Marx falava. O sistema de crédito funciona como um antecipador da renda à medida que os capitalistas decidem gastar, e realizam o gasto via crédito. Assim, criam um espaço de valor dentro do qual a economia opera. Criam um espaço monetário de valor e geram renda, esperando que os consumidores e os demandantes de bens de capital, que pagam um capital caríssimo, readquiram de volta esse produto e, portanto, façam a renda monetária voltar para a empresa que apropria os lucros.

Keynes descobriu, ao falar em problemas de realização, que era disso que Marx falava. E Keynes disse que, sendo minimamente administrada a capacidade do capitalista de gastar na frente, seria muito provável que não ocorressem crises tão graves, ou que se conseguisse empurrá-las para frente. O que os americanos fazem hoje é um keynesianismo bastardo. Keynes dizia que a solução seria a socialização do investimento, seria controlar os elementos que determinam o investimento para que se pudesse alternar entre o público e o privado. Isto é, regular o mecanismo de acumulação capitalista impedindo que ele saia dos trilhos e preservando um mínimo de estabilidade para ele. Mas o que está acontecendo não é isso; a estabilidade está sendo jogada para outro patamar. E é uma economia que está agravando os desequilíbrios.

***Vendo os últimos acontecimentos na América Latina e o posicionamento de política externa de líderes do continente (Chávez, Kirchner, Lula e Fidel), o professor alemão Heinz Dieterich (UNAM/México), afirmou que uma “nova independência” latino-americana estaria em curso. Há***

### *exagero nessa afirmação ou seria isso mesmo?*

**Belluzzo** – Há verdade nisso, porque a experiência neoliberal da América Latina foi muito traumática. Poucos não percebem o tamanho desse fracasso. As classes dirigentes perderam completamente o sentido de realidade. Parece-me que foi assim na Grande Depressão e na crise do nazismo, do fascismo... E é por isso que surgem os aventureiros. Essa incapacidade de dimensionar o fracasso é uma coisa impressionante. O Equador, hoje, não é mais uma economia nacional, mas uma economia dolarizada. A Argentina foi massacrada por um regime monetário e fiscal enlouquecido. A Venezuela fez a sua experiência neoliberal no começo dos anos 1990, com Andrés Peres.

A situação concreta de cada um desses países é muito diferente. A Argentina passou pelo ordálio da crise financeira e monetária com a destruição do padrão monetário criado pelo ministro Domingos Cavallo; foi ao fundo do poço. Isso poderá acontecer com o Brasil, que dificilmente vai escapar de uma reestruturação da sua dívida externa. Aliás, essa é não é a minha opinião, mas do ex-economista chefe do FMI, Kenneth Holgoff, que diz claramente que o Brasil é um país sobreendividado, com uma relação dívida/PIB muito alta.

Estamos acumulando dívida mais na frente e isso não seria grave se nosso nível de endividamento fosse baixo. O problema é que estamos vivendo um momento de ilusão sobre a capacidade de prosseguir com esse modelo. Não seria nada de excepcional o que estamos recomendando: que não se deixasse a taxa de câmbio valorizar – nós já pagamos o preço da desvalorização com a inflação de 2002. Com um pouco mais de ousadia na administração da taxa de câmbio provavelmente poderíamos escapar do constrangimento deste superávit primário muito alto. Quando se tem uma taxa de juros real de 10,5%, 11%, e um crescimento pífio, de nada, a relação dívida-PIB cresce aritmeticamente.

Acho que a política atual do país é inconsistente, a política de juros, a política de superávit fiscal, e o desejo que a economia cresça. Ademais, eles fazem uma coisa que ninguém mais faz em sã consciência, que é deixar o mercado determinar a taxa de câmbio. Não há nenhuma teoria que justifique isso; ao contrário, todas as experiências recentes recomendam a estabilidade no câmbio. Deve-se ter a taxa de câmbio desvalorizada, estável e sob controle; não se pode deixar isso ao sabor do mercado.

Então, temos uma política de metas de inflação em que querem enquadrar uma economia instável. Política de meta de inflação não diz que a meta deve ser baixa. Você tem que ter uma meta, que é a ancoragem nominal do seu

sistema. Mas, fixando-se uma meta muito baixa, sufoca-se a economia real. Foi o que aconteceu no ano passado – matou-se a economia real.

### *E o problema do controle da conta de capitais?*

**Belluzzo** – Ao invés de chamar de controle de capitais, gostaria de chamar de administração do passivo. Qualquer empresa faz a administração do passivo. Ela contrai uma parte de sua dívida a taxas fixas, a outra parte a taxas variáveis. Faz swap. Ou seja, ela faz a administração do passivo de um modo que, se houver alguma mudança na conjuntura, ela não fique insolvente. Controle de capitais, ou administração do passivo, é isso: não deixar haver endividamento de curto prazo muito pesado em relação ao total; não deixar que empresas que não têm proteção natural, que não são exportadoras, tomem dívidas em dólares. Todo país faz isso.

A abertura financeira foi feita de maneira ilegal no Brasil, através de portarias, de normas baixadas pelo Banco Central, que não podem derogar o que está escrito na lei. Na verdade, o controle que existe pela CC5 é muito precário. Veja o caso do Banestado, por exemplo, são cerca de US\$ 40 bilhões que saíram, na maior parte dinheiro sem origem legal...

### *Quais os outros desafios para um novo projeto de desenvolvimento para o país?*

**Belluzzo** – Temos um problema muito sério na infraestrutura, que está sucateada. A começar pela estrutura de transporte; há também o problema da energia. A privatização da energia foi um blefe, um erro muito grande, e não se sabe como vai se descalçar essa bota. A ministra Dilma Rousseff propôs um modelo, e o setor privado acha que ele tem um peso excessivo do Estado. Mas é preciso restaurar a capacidade de coordenação do Estado. Não é necessário que o Estado tenha a propriedade das empresas, mas precisa ter capacidade de coordenação. Estes são os setores que, no Brasil, sempre investiram na frente da demanda, desde o Getúlio. A grande inovação de Vargas foi ter claro a necessidade, primeiro, de recursos nacionais por causa da volatilidade do mercado internacional de crédito; e, segundo, que era preciso investir na frente da demanda. E a privatização, quando foi feita, desarticulou isso.

O desenvolvimento brasileiro é inexplicável sem as ações de Vargas. Fazer reordenações institucionais tudo bem, mas não dá para violar certas regras. Eletricidade, energia, são bens públicos porque permeiam toda a cadeia produtiva, afetam todos os custos, afetam as decisões de se investir etc. Então, não dá para deixar isso para

o mercado e abrir-mão da coordenação do Estado. Esta foi outra besteira feita no período de preeminência neoliberal, achando que o problema era de mais Estado e menos mercado. E, na verdade, no capitalismo – digo depois de 1930 – não tem mais essa história. Há sempre mais Estado e mais mercado. Como é que o capitalismo ia se desenvolver sem as instituições multilaterais criadas pelos EUA? Sem a ação do estado americano junto às suas empresas? Assim como o Estado europeu junto aos seus sistemas empresariais? Após a crise de 1929/1930, foi produzida uma politização da economia e passou-se a uma economia extremamente regulada, dependente do entorno institucional.

***O problema é que o resultado social dessa crise nos países centrais é um desastre...***

**Belluzzo** – Sem dúvida. Assistimos, do ponto de vista social, é a uma degradação das condições de proteção, de segurança, no que diz respeito às condições de trabalho. Tudo está sendo precarizado e quem sofre o peso do ajuste são os assalariados, seja nos EUA, na Europa, ou aqui. Mas, como a crise não é tão profunda e como há sempre um dinamismo, existe sempre a expectativa de que uma hora vai melhorar.

No caso do Brasil, de 1998 para cá a renda média nacional caiu 30%; só teve um ano em que a renda cresceu um pouco, 2000; depois, continua a sua derrocada. E essa queda atingiu muito a classe média brasileira. No entanto, a classe média ainda permanece, do ponto de vista do seu imaginário, com a idéia de que este é um país dinâmico, com oportunidades; ainda não há a percepção, do ponto de vista social, de que as gerações estão piorando uma em relação à outra.

***A continuidade da atual política econômica é incompatível com um novo projeto de desenvolvimento?***

**Belluzzo** – O que acontece é que, por razões conjunturais – e começo a desconfiar de que também por razões de convencimento –, o novo governo resolveu dar curso à política anterior, imaginando que conseguirá ganhar credibilidade e, com a política de construção de confiança, o investimento direto e os outros financiamentos fluirão para o país. Que, com a estabilidade do câmbio, conseguirá crescer à base da recuperação do investimento privado.

Acontece que nas circunstâncias atuais do Brasil a ques-

tão central, não revelada, é a fragilidade externa. O Brasil, hoje, provavelmente depois da Argentina, é o país que tem os piores indicadores externos. Então, eles estão apostando em que teremos um período muito longo de bonança externa, que recupere a confiança no país e que favoreça

## O Brasil, hoje, provavelmente depois da Argentina, é o país que tem os piores indicadores externos.

o investimento privado. Portanto, que teremos um surto de investimento direto externo que, associado a investimento privado brasileiro, levaria a economia ao crescimento. E isso supõe a absoluta ausência do Estado, que teria políticas meramente indicativas, políticas horizontais para favorecer a retomada do investimento privado, sem nenhuma ação mais pró-ativa do governo.

Para mim, essa é uma esperança vã. Primeiro, porque a vulnerabilidade externa vai aumentar, não diminuir; talvez ela fique um pouco disfarçada no período de liquidez abundante. E quando a maré virar, vamos levar outra trombada muito grave.

Os analistas internacionais mais atilados, como Holgoff, Joseph Stiglitz, ou outros, já perceberam isso. Stiglitz costuma dizer que isso já não deu certo uma vez, não deu certo duas vezes e não é na terceira que vai dar certo. Um dos riscos é o aumento da inflação americana. Neste ano o preço dos produtos importados nos EUA subiu 1,3%. Há uma inflação de importados. Isso tem um peso muito grande na estrutura produtiva americana, e vai acabar influenciando na inflação e poderá ter reflexo na taxa de juros longa, que é formada no mercado, na negociação dos títulos de 10 anos no governo americano no mercado secundário. No ano passado ela já foi a 4,5%; está em torno de 4 e pouco... O outro risco é ocorrer um acidente qualquer com a bolha imobiliária, que já dura dois anos. Daí, tome financiamento em cima da bolha imobiliária. Estamos falando de um sistema todo eivado de desequilíbrios.

Uma segunda natureza da economia brasileira é que há uma grande sinergia entre investimento público e privado. É preciso recuperar essa sinergia para o investimento subir. Nossa economia é sem volume, sem uma densidade de gasto que permita que as atividades privadas se desenvolvam a contento. Não é como a China, onde o Estado investe pesadamente, e a exportação funciona como uma catraca para permitir que setores e a economia interna doméstica cresçam.

*Passamos a idéias de que temos grande capacidade ociosa...*

**Belluzzo** – Enorme. Só que, na verdade, como é que você mobiliza a capacidade se ela está em estado latente? Você mobiliza à medida que os capitalistas de um decidem gastar, portanto, imantar aquilo monetariamente, gerar pontos de emprego, gerando o volume da economia. Você tem um potencial, mas se você não o movimenta ele também vai encolhendo.

O que aconteceu aqui nos anos 1990 é que, por exemplo, contraiu-se violentamente o emprego industrial, fez a precarização, machucou a economia com a carga fiscal, que subiu. Também subiu o superávit primário e se botou uma taxa de juros alta. Se essa economia crescer trata-se, realmente, de um milagre.

Claro que, comparado com 2003, se você deixar tudo como está, 2004 vai crescer estatisticamente um pouco porque o nível de comparação é muito baixo. Depois, se você não recuperar o emprego não recupera a renda. Na verdade o que é o emprego? O emprego cria um ponto ali em que o sujeito que não recebia nada passa a receber uma renda monetária, e passa a gastar. Se não se recuperar o emprego não acontece nada.

É preciso mobilizar o emprego e a capacidade ociosa. Isso envolve a decisão de gasto. Marx dizia que é a decisão de gasto que cria a renda. Se os capitalistas, por exemplo, resolverem achar, como no caso dos EUA, que há um foco de inovação tecnológica e resolvem apostar naquilo e gastar, na verdade drena-se a renda por toda a economia. Só que o que a economia clássica diz? A oferta cria sua própria demanda, diz a lei de Say. Keynes dizia o contrário. Quem tem acesso ao gasto independentemente da situação da sua renda? Ou são os capitalistas ou é o Estado que pode se endividar para fazer isso. Ou, as famílias mais ricas que podem se endividar e gastar em bens de consumo. Então, esse é um revés.

O problema do capitalismo, como Marx diz, é que se ele correspondesse ao bom senso toda ciência seria desnecessária. Ele é contrário ao bom senso. Então, vão dizer, “mas é de elementar bom senso que o Estado faça economia”. Não é do elementar bom senso. É a aparência, é como as coisas aparecem. Mas é necessário que seja assim porque se as pessoas descobrissem que estão desempregadas porque na verdade os capitalistas querem acumular riqueza sobre a forma monetária sem gastar, se as pessoas compreendessem tudo, elas saíam pela rua chutando balde.

*Muitos setores estranharam a recente decisão de se manter a taxa de juros em 16,5% e se comentou que ela teria sido tomada à revelia do presidente. Como o*

*senhor vê as polêmicas sobre isso e que envolvem também a chamada independência do Banco central?*

**Belluzzo** – Bom, acho que na medida em que há uma dependência extrema da opinião dos mercados, a política monetária ganha uma preeminência extraordinária. A autonomia do Banco Central tem a ver com isso.

No fundo, o que você faz? Retira da pressão política o Banco Central? Como é a independência do Banco Central nos EUA? Ele tem independência, mas é uma criatura do Congresso, a quem tem que prestar contas. E seu presidente pode perder o mandato, se houver um conflito mais grave. Mas, no fundo, a independência do Banco Central corresponde a uma autonomia maior dos mercados financeiros em relação à economia real e à escolha política que a sociedade faz sobre o rumo da economia. No fundo, você escolhe o presidente da República, que tem menos poder que o presidente do Banco Central.

O presidente do Banco Central, no Brasil, tem mais poder real que o presidente da República. E isso não é um problema técnico de política econômica. É um problema político, de como o país está inserido na economia internacional. O Brasil, desde os anos 1980-90, foi se inserindo de uma maneira inadequada. Perdeu toda capacidade de fazer política econômica. É um problema de correlação de forças. As pessoas confundem um operário no governo com o governo dos trabalhadores, para a hegemonia dos trabalhadores, no governo, com o governo dos operários. Digo mais, a hegemonia da visão da fração mais adiantada da classe trabalhadora, ou das classes subalternas, no poder. Nós não temos essa situação. Portanto, é um problema de construção política, e não de eleição. Houve um momento em que se tornou viável a eleição, mas a correlação de forças não nos é favorável. Essa que é a verdade.

É obrigatório fazer essa política? Não, mesmo com a correlação de forças desfavorável não era obrigatório porque havia, na verdade, espaço para fazer a política diferente. Mas vamos falar a verdade. Achar que você ganhar uma eleição resolve o problema do poder é uma coisa que escapa muito à análise... Gosto muito, acho que todo mundo devia reler o *18 Brumário de Luís Bonaparte*, do Marx, que é um texto inexcelável na qualidade de análise política. Se nós o relêssemos e tentássemos fazer uma outra versão, uma análise política concreta de como são as relações entre as forças, ficaríamos um pouco menos angustiados porque sabemos que isso é uma construção. ☹

**A. Sérgio Barroso** é mestre em economia pela Unicamp, **José Carlos Ruy** é jornalista e editor de *Princípios* e **Edvar Bonotto** é doutor em direito.

Brasil

# ZONA FRANCA de MANAUS

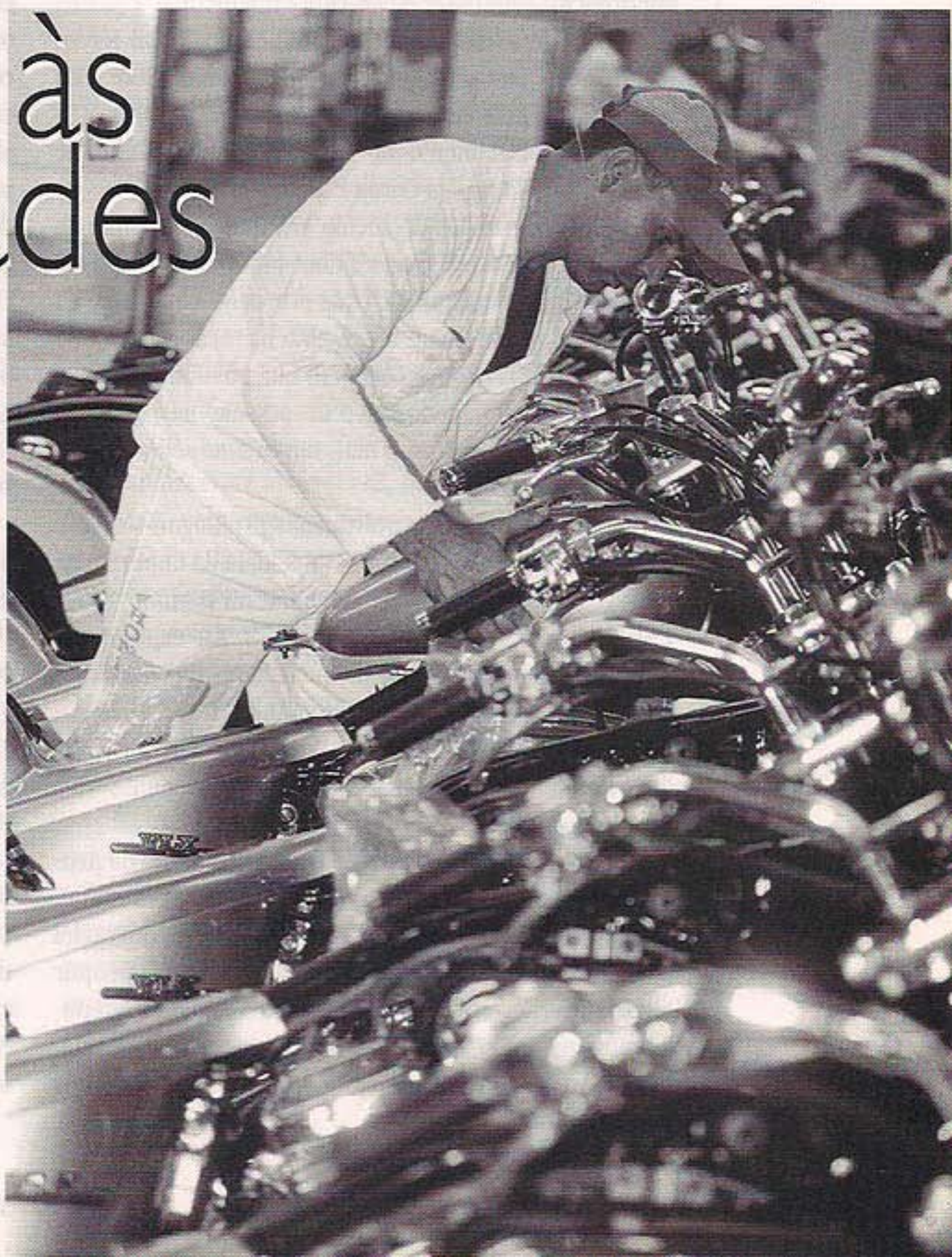
Arquivo

## combate às desigualdades regionais

Vanessa Grazziotin

*Além de parque industrial produtivo voltado para o desenvolvimento de novas tecnologias, processos e produtos, a ZFM pode contribuir com o grande desafio de desenvolver, de forma sustentável, a Amazônia brasileira*

*ZFM: linha de montagem do Distrito Industrial III.*



**P**assados 37 anos da existência da Zona Franca de Manaus – para mim, uma das mais bem sucedidas experiências já realizadas no país no combate às desigualdades regionais –, ainda persistem incompreensões sobre esse importante modelo de desenvolvimento econômico.

Não há como negar que setores do empresariado brasileiro, da mídia e de algumas representações políticas em muito contribuíram para negatar a imagem desse modelo no cenário nacional. A região foi sistematicamente taxada de paraíso da renúncia fiscal onde proliferam as empresas de maquiagem. É claro que por trás da campanha sempre estiveram embutidos os interesses econômicos de determinados setores.

Porém, é no total desconhecimento sobre o assunto que se encontra o maior entrave para que a sociedade brasileira assimile de fato o grau de importância da ZFM para o país. Isso nos remete, preliminarmente, a conhecer a história, a realidade e as necessidades da região amazônica.

Apesar de a exploração econômica do Brasil ter se dado desde que Cabral por aqui aportou, em 1500, a da Amazônia foi iniciada somente por volta de 1750. Deu-se com o estabelecimento de uma Companhia Geral de Comércio apoiada pela Coroa Portuguesa.

Mas foi em meados do século XIX que a economia da Amazônia despontou, graças a dois importantes fatores: o desenvolvimento tecnológico que provocou a expansão da demanda internacional de borracha e a criação da Companhia de Navegação a Vapor, que possibilitou maior mobilidade de mercadorias e de pessoas na região. O extrativismo passou a ser o mais importante setor da economia amazônica.

Esse período de desenvolvimento prolongou-se até o início do século XX. Para se ter uma idéia da importância da região para a economia nacional, no período 1898-1910, a borracha respondeu por 25,7% das exportações brasileiras. Em decorrência da queda dos preços internacionais, as exportações foram diminuindo, até representarem menos de 1% entre 1930 e 1933, o que desencadeou um grande abalo na economia regional, com sérios impactos sociais.

Com o fracasso dos esforços para a retomada da produção da borracha durante a segunda guerra mundial, quando se chegou a convocar os soldados da borracha para Amazônia, e diante da necessidade de se propor alternativas desenvolvimentistas para a região, os deputados constituintes de 1946 aprovaram a obrigatoriedade do governo federal aplicar, durante pelo menos

20 anos, uma quantia não inferior a 3% da renda tributária da União na valorização da Amazônia.

A partir da nova Constituição, pela primeira vez se cogitou um Plano de Valorização da Amazônia. Fato consumado em 1953, quando o artigo 199 da Carta Magna foi regulamentado pela Lei nº 1806, que resultou na definição da Amazônia Legal e na conceituação do Plano de Valorização. Trata-se de um esforço nacional de ocupação territorial da região, com vistas ao desenvolvimento de sua economia e à melhoria da vida social.

Criou-se, então, a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), autarquia destinada a elaborar o Plano de Valorização e da Promoção do Desenvolvimento. Até 1966, já em plena ditadura militar, essa política prevaleceu, porém, os resultados foram aquém dos objetivos esperados.

A partir daí, e diante dos frágeis resultados da política de desenvolvimento para a Amazônia, o então presidente, general Castelo Branco, criou uma Comissão para definir os objetivos de uma nova política para a região, tendo como resultado a aprovação de uma série de leis, conhecidas como “Operação Amazônia”. O seu eixo central abordava dois aspectos: um econômico, envolvendo a promoção da industrialização via política de substituição de importações e, outro, geopolítico, que compreendia a efetiva ocupação da região.

Na vertente econômica, para revigorar a região foram adotadas novas medidas, como a transformação da SPVEA em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia (Basa), com mais poderes e recursos.

Na vertente geopolítica – tendo como ponto de partida o projeto do deputado federal Francisco Pereira da Silva, instituído em 1957, pela Lei nº 3.173, que estabelecia no Porto de Manaus, um regime de livre comércio de importação e exportação –, criou-se a Zona Franca de Manaus (Decreto Lei nº 288, de 28/02/67). Posteriormente, em 1975, parte destes benefícios foi estendida para a Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia).

A criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, representou o resultado de uma decisão geopolítica, cujo objetivo era acelerar o processo de interiorização do território e responder aos apelos de uma política econômica e desenvolvimentista que englobasse o Brasil como um todo, país de dimensões continentais, e principalmente como forma de garantir nossa auto-



nomia nessa região estrategicamente tão importante que é a Amazônia. Diz o artigo 1º do Decreto-Lei 288/67:

*Art. 1º - A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos.*

Na Constituição de 1988 a vigência da ZFM foi prorrogada por 25 anos, até 2013, e, em 2003, no debate da Reforma Tributária, conseguimos prorrogá-la por mais dez anos, até 2023.

O processo de desenvolvimento do Brasil, que historicamente concentrou os investimentos públicos e privados na região centro-sul, não propiciou um maior intercâmbio econômico entre as regiões, provocando as desigualdades regionais. Como forma de enfrentar esse problema, o modelo ZFM surgiu para atrair e fixar capitais na Amazônia, compensando as longas distâncias e a falta de infra-estrutura da região.

O desenvolvimento econômico de determinada região ocorre principalmente em decorrência do aumento dos investimentos públicos e privados, o que reduziria as disparidades inter-regionais. Os mecanismos de planejamento econômico, programas especiais de implantação de infra-estrutura, transferências de receitas e incentivos fiscais são algumas medidas compensatórias. Este último é utilizado em larga escala na maioria dos países do mundo, a exemplo da ZFM – um desses projetos que

logrou importantes alterações na estrutura da economia regional.

Na década de 60 a estrutura produtiva de todos os estados da região Norte era formada, predominantemente, por uma agricultura extrativista e complementada por uma indústria incipiente de produtos tradicionais (alimentação, têxtil e madeira). A partir da década de 80, por causa dos efeitos da ZFM, o setor industrial passa a ser predominante, o que o diferencia do modelo de outros estados. No setor industrial local, há maior apropriação de valor agregado aos produtos.

Quanto à relação entre as receitas tributárias federais geradas no Amazonas e a renúncia fiscal, os cálculos demonstram que para cada R\$ 1,00 renunciado, a cidade, o Estado e a União ganham R\$ 1,33. Hoje o Amazonas é responsável por quase 60% da arrecadação de tributos federais na região Norte.

No ano de 2002, de cada dez empregos gerados na Amazônia foram criados seis na capital do Amazonas. Segundo a revista *Exame*, a capital desponta no ranking das melhores cidades do país para fazer negócios. No mesmo período, o PIB do Estado cresceu duas vezes mais que o da média brasileira. Em arrecadação per capita de ICMS, ocupamos a oitava posição no ranking nacional.

Como parte de uma política industrial para a Zona Franca de Manaus, medidas importantes adotadas pelo modelo, como o estabelecimento de índice mínimo de nacionalização, garantiram o crescimento industrial e a atração de algumas indústrias de componentes. Como resultado, em 1990, do total de insumos utilizados pelo Parque Industrial de Manaus, quase 40% eram adquiridos na Amazônia Legal. Naquele momento as indústrias

de Manaus geravam aproximadamente 100 mil empregos diretos em segmentos industriais definidos, com ênfase em eletroeletrônico, duas rodas, relojoeiro, termoplástico, dentre outros.

Com a submissão do Brasil à política neoliberal, mudanças profundas fo-

Tabela 1 ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS AMAZONAS X REGIÃO NORTE

Ano	Amazonas (A)	Região Norte (B)	Rel. AM/Norte Part. Perc. (%) - (C) = (A)/(B)*100	Brasil (D)
1995	922 724 017	1 727 775 077	53,41	80 939 910 280
1996	1 147 180 340	2 085 270 755	55,01	91 678 636 550
1997	1 181 860 340	2 161 350 856	54,68	107 119 740 903
1998	1 066 748 348	2 125 385 702	50,19	118 068 053 859
1999	1 680 958 000	2 929 022 612	57,39	142 682 705 909
2000	1 796 853 559	3 231 522 337	55,60	166 179 308 812
2001	2 218 826 176	3 815 507 925	58,15	187 396 270 663

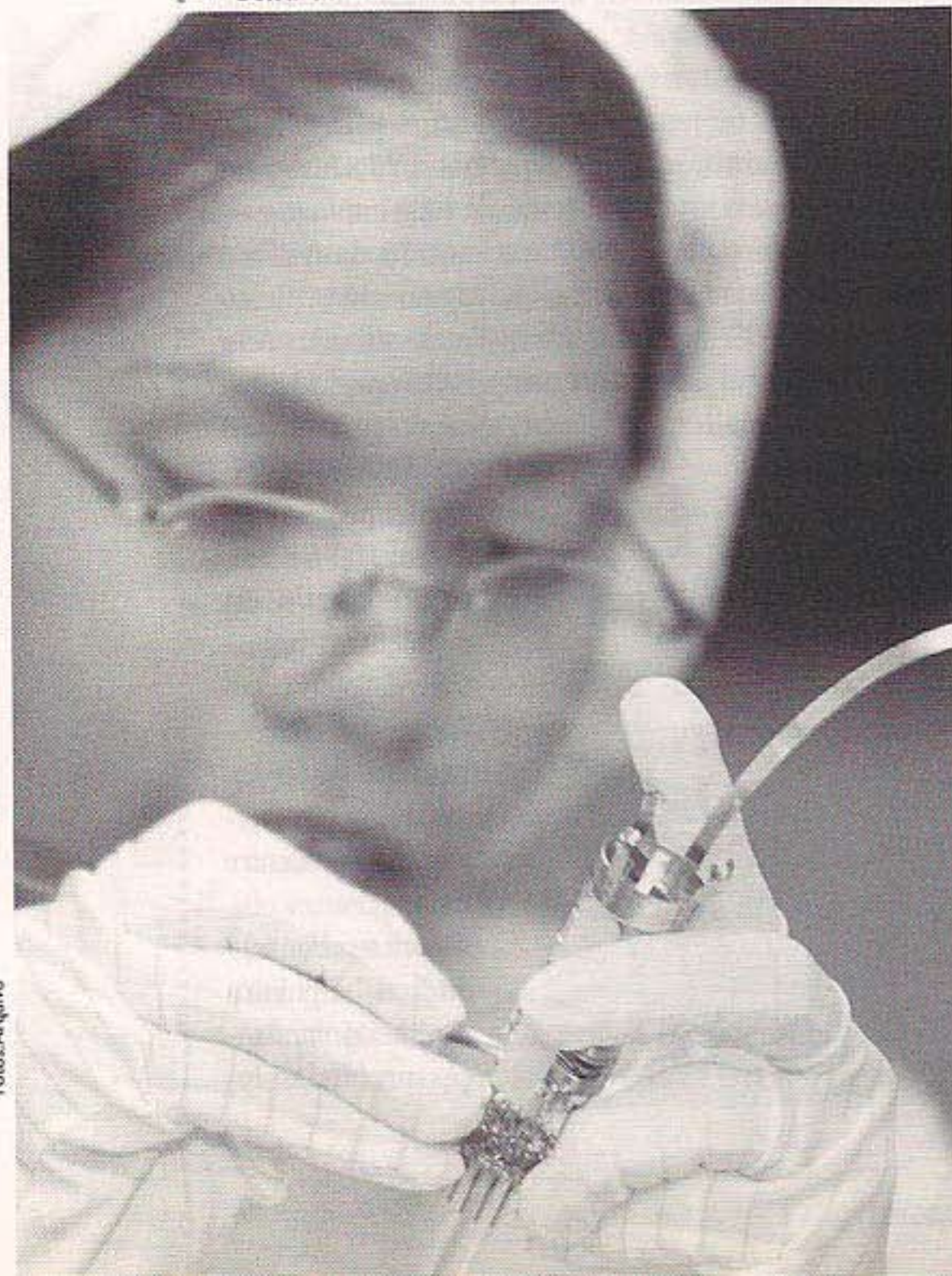
Fonte: Secretaria da Receita Federal – Nota: Corresponde à 2ª Região Fiscal (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins)

ram implementadas na economia brasileira desde o início da década de 90, como a abrupta e irresponsável abertura do mercado brasileiro e o estabelecimento de uma nova política industrial e de comércio exterior — causando uma crise sem proporções no país e, por consequência, na ZFM.

**N**a busca da recuperação e num processo de ajustamento industrial a esse novo cenário, a partir da década de 90, e até os dias atuais, a estrutura e dinâmica da Zona Franca de Manaus vêm sofrendo alterações significativas que podemos caracterizar em dois níveis: em seu marco regulatório — com a mudança da exigência de índices mínimos de nacionalização para o cumprimento de Processos Produtivos Básicos (PPB) —, e o descontingenciamento das importações.

Dentro dos marcos capitalistas, da nova ordem econômica e das mudanças nos processos produtivos estabelecidas mundialmente, a ZFM mais uma vez conseguiu transpor as barreiras, não só sobrevivendo, mas também conseguindo a expansão das empresas lá estabelecidas.

#### *Cena do Distrito Industrial III.*



Fotos: Arquivo

No parque industrial foram implementadas novas técnicas de gestão e processos de produção. Entre as medidas, foi intensificado o grau de automação industrial que resultou em ganhos de produtividade. Para enfrentar a concorrência com os produtos importados que ingresaram no restante do país, ocorreu o aumento de padrões internacionais de qualidade, contribuindo para a redução de preços.

Esse processo alterou a função de produção das indústrias instaladas em Manaus. De mão-de-obra intensiva passou a capital intensivo. Como resultado, o faturamento das indústrias aumentou, mas em contrapartida caiu o nível de emprego. Quanto à massa salarial, a partir de 1995, houve um aumento de 65% que decorreu principalmente da especialização e da qualificação da mão-de-obra.

Dentro, ainda, das mudanças foi iniciado um grande esforço para aumentar as exportações até alcançar o equilíbrio da balança comercial, tornando o modelo peça central no arranjo econômico nacional. Os resultados já estão sendo colhidos. As exportações do Estado do Amazonas cresceram 98% de 1999 para 2001, passando de US\$ 429,5 milhões para US\$ 851,2 milhões e ultrapassando a cifra de US\$ 1,3 bilhão em 2003.

Ao longo da sua trajetória de 37 anos, esse modelo econômico vem se apresentando como um efetivo pólo de desenvolvimento para a Amazônia, contribuindo substancialmente para o crescimento da economia brasileira.

Hoje, com aproximadamente 430 empresas instaladas, o Pólo Industrial de Manaus é um dos mais importantes no segmento eletroeletrônico da América Latina. O faturamento médio chega a US\$ 10 bilhões e são gerados quase 70 mil empregos diretos e 250 mil indiretos por todos os Estados da Amazônia Ocidental (Acre, Amapá, Amazonas, Roraima e Rondônia) e nos municípios de Macapá e Santana no Amapá.

Vale ressaltar que esse expressivo crescimento econômico foi conquistado a um baixíssimo custo ambiental. Ou seja, o Amazonas possui 98% da sua cobertura vegetal preservada, o menor percentual de desmatamento no país. Devemos lembrar ainda que a região detém 20% da reserva de água doce do planeta, um banco genético de valor incalculável, e grandes jazidas de minérios, gás e petróleo.

Com essa política de respeito ao meio ambiente, os índices positivos vêm se acentuando a cada ano. Apesar das dificuldades no cenário econômico, no ano

passado, as indústrias do Pólo Industrial de Manaus chegaram ao faturamento de US\$ 10 bilhões, um crescimento de 10% em relação a 2002. Nesse mesmo período as exportações cresceram 30% e a taxa de emprego é a maior dos últimos dez anos.

São números positivos que deixam o Pólo Industrial de Manaus numa condição privilegiada para que em curto prazo alcance equilíbrio da balança comercial. Essa é a convicção do governo Lula, que muito contribuiu, no seu primeiro ano de administração, para a boa performance da Zona Franca de Manaus.

O índice positivo da ZFM no comércio internacional só foi possível graças ao dinamismo das ações do governo federal, que detém um forte controle sobre o Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (CAS). O Conselho é o responsável pela aprovação de todos os projetos instalados na ZFM. No ano passado, o CAS aprovou 207 projetos industriais de implantação, ampliação, atualização e diversificação. Foram envolvidos recursos superiores a US\$ 2 bilhões, com geração de mais de 6 mil postos de trabalho.

Destacam-se também as ações em torno do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). O projeto, que vem sendo implementado na ZFM, reúne um complexo de laboratórios voltado a pesquisas aplicadas, abrindo caminho e propiciando a implementação de um pólo de bioindústria na região. Trata-se de um forte atrativo para as empresas utilizarem a matéria-prima local na elaboração de produtos oriundos da biodiversidade.

O CBA poderá servir como atrativo de investimentos nos setores de produtos farmacêuticos, cosméticos, alimentícios, bioinseticidas, óleos essenciais, corantes naturais e aromatizantes, entre outros.

Apesar dos perversos indicadores sociais – um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano e elevado grau de analfabetismo –, é evidente que a região possui um enorme potencial para seu desenvolvimento econômico. Só precisa de mais tempo e de uma clara decisão política para consolidar uma exploração sustentável dos seus recursos naturais.

Além dos itens acima elencados, poderiam ser produzidos, por exemplo, em rios e lagos, mais de um milhão de toneladas/ano de peixe, o que representaria cerca de 50% da produção nacional. O cultivo de grãos em áreas de várzea – 3.500 km de extensão somente ao longo das calhas principais dos rios Solimões e Amazonas – também seria outra importante alternativa de produção sem que se agrida o meio ambiente, assim como a exploração racional dos imensos recursos minerais e madeireiros. O desenvolvimento dessas atividades, além de contribuir para a economia nacional, propiciaria a interiorização do desenvolvimento na Amazônia, hoje um dos maiores desafios da região.

Foi nessa perspectiva que, na votação da reforma tributária, o Congresso Nacional prorrogou os incentivos da ZFM até 2023. O parlamento reconheceu que no Amazonas não só existe de fato um parque industrial produtivo, voltado para o desenvolvimento de novas tecnologias de processos e produtos, mas também que esse pólo de produção pode contribuir em muito com o grande desafio de desenvolver, de forma sustentável, a Amazônia brasileira. Já dizia o presidente Lula durante a última campanha eleitoral no estado do Amazonas: “Só não defende a Zona Franca de Manaus quem não a conhece”.

**Vanessa Grazziotin** é deputada federal pelo PCdoB/AM.

Tabela 2 ARRECADAÇÃO DE ICMS POR ESTADOS E ICMS PER CAPITA ANO 2000

UF	ICMS (A)	População (B)	ICMS Per Capita (C) = A/B	Ranking (D)
SP	922 724 017	37 032 403	826,81	1
DF	1 415 084 000	2 051 146	689,90	2
ES	2 004 533 000	3 097 232	647,20	3
RJ	8 169 917 000	14 391 282	567,70	4
MT	1 415 798 000	2 504 353	565,33	5
RS	5 643 999 000	10 187 798	554,00	6
SC	2 756 602 000	5 356 360	514,64	7
AM	1 404 443 000	2 812 557	499,35	8
MS	1 037 154 000	2 078 001	499,11	9
PR	4 355 486 000	9 563 458	455,43	10
GO	2 198 112 000	5 003 228	439,34	11
MG	7 562 362 000	17 891 494	422,68	12

Fonte: Site do Ministério da Fazenda/Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz e Comissão Técnica Permanente do ICMS/Cotepc

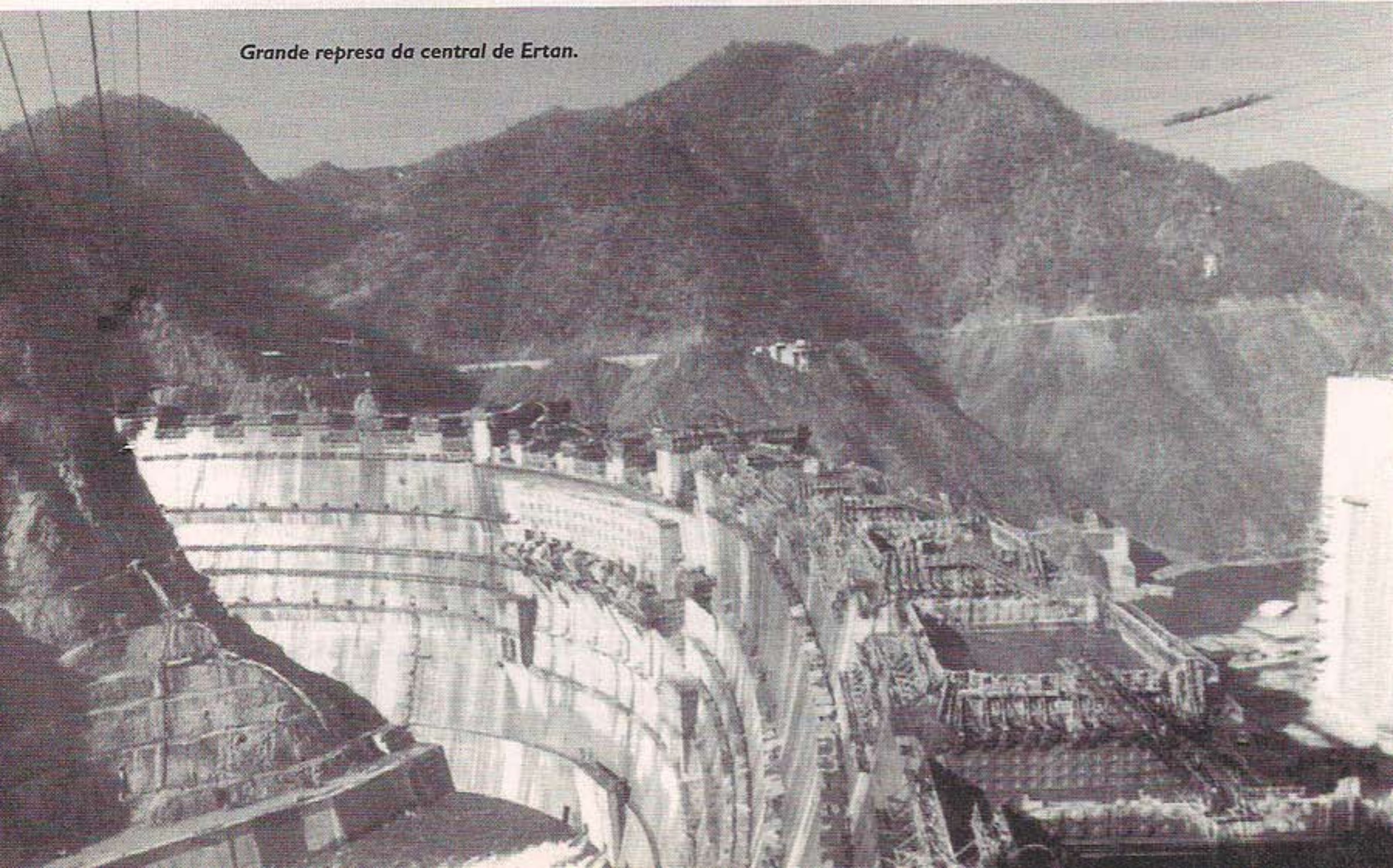
# China e seus investimentos em infra-estrutura

Elias Jabbour

*A atual política econômica implantada na China após a eclosão da crise asiática, baseada na formação de um mercado interno de massas e tendo como meio o alavancamento infra-estrutural, é mais uma prova da capacidade chinesa de enfrentar seus desafios tanto internos quanto externos*

Arquivo

*Grande represa da central de Ertan.*



**M**uito se comenta – e pouco se leva a sério – sobre o que realmente acontece com a economia chinesa. Seus índices de crescimento acelerado e sustentado assustam analistas no mundo inteiro. Porém, de 1998 para cá fatos novos em política econômica têm garantido a manutenção de tais índices. O crescimento econômico chinês alcança novo patamar.

### **Macroeconomia chinesa: o país em condições de crescer para dentro**

Desde 1978, ano inaugural de sua nova política econômica, baseada na reforma da estrutura da economia e na abertura ao exterior, a China vem experimentando um verdadeiro *frenesi* de crescimento acelerado e sustentado:

A média anual, entre 1978 e 2003, é de 9,3%. Seu comércio exterior cresceu quase 30 vezes em 25 anos. Em 1978, seu volume foi de US\$ 20,6 bilhões, ocupando o 30º lugar no mundo e, no ano de 2003, foi de US\$ 851,2 bilhões – sendo US\$ 438,37 bilhões correspondentes às exportações e US\$ 412,84 bilhões às importações, com aumento verificado de 34,6% e 39,9%, respectivamente <sup>(1)</sup>, em relação ao ano anterior, passando a ocupar, assim, o 5º lugar no mundo.

Voltando à questão dos altos índices de crescimento, 2003 foi marcado pelo maior índice de crescimento econômico dos últimos 6 anos para o período: 9,1%, certamente alavancados pelos enormes investimentos em infraestrutura, pela notável performance de sua indústria automobilística, e por um corajoso sistema de crédito.

Seus índices macroeconômicos são bem satisfatórios, pois sua taxa de câmbio real parece satisfazer todas as condições de equilíbrio interno e externo; suas reservas cambiais alcançaram a impressionante cifra de US\$ 410 bilhões no final de 2003; sua taxa de juro real é de 6% para as empresas; suas exportações são dinâmicas; sua taxa de inflação mantém-se próxima da mundial (de 2% a 3%) e sua dívida externa corresponde a 15% do PIB <sup>(2)</sup>.

Sua receita fiscal em 2003 ultrapassou os US\$ 250 bilhões, com aumento verificado de 21,5% com relação ao ano anterior, mantendo, assim, um aumento da arrecadação fiscal maior que o índice de crescimento econômico.

Somando-se a tudo isso, sabe-se que a China – com aproximadamente 1 bilhão e 250 milhões de habitantes – possui o maior mercado potencial do mundo. Aliado a esse dado, o país conta com uma estrutura política e social altamente estável e com um governo que provou ao longo de 25 anos ter o efetivo controle sobre sua economia. A junção de tais fatores o credencia à condição de *Net Capital Importer*, ou seja, uma praça tomadora de recursos produtivos internacionais para todos os setores de sua economia.

Tendo as colocações e dados expostos, podemos sem nenhuma sombra de dúvida adjetivar a China como um ponto de equilíbrio na conturbada economia mundial e em especial do Sudeste asiático – como muito bem demonstrou o prosseguir da recente crise financeira asiática. E mais: a partir dos índices macroeconômicos demonstrados, podemos, subjetivamente, sugerir que a China tem condições suficientes para alavancar seu crescimento pela expansão interna, sem criar problemas externos. A não desvalorização do *yuan*, por ocasião da crise financeira asiática em 1997, é razão suficiente para acreditarmos na implantação de tal política.

Assim posto, com índices macroeconômicos favoráveis e apreciando as profundas transformações no campo da economia-mundo, a partir de 1998 o governo chinês lança o maior projeto de obras em infra-estruturas em andamento no mundo, sobretudo nos campos relacionados a energia e transportes com a finalidade de empreender a formação de um mercado de massas, como maneira de manter, em um ambiente externo marcado por crises de ordem financeira e de superprodução, um crescimento econômico sustentado, entre 2001 e 2020, de 7,2% e de 5,4 até 2050.

Dessa forma, a China passa a ter seu crescimento elevado a um novo patamar, sólido e de profundo significado para o êxito de seu sistema socialista.

### **Além do econômico: por que investir em infra-estrutura, energia e transportes?**

Podemos afirmar que a política de reforma e abertura é um produto de criatividade e uma forma de enfrentar os crescentes desafios internos e externos postos pela vida aos governantes chineses. O principal desses desafios no campo interno é dar soluções práticas à principal contradição, no interior da China, existente entre as grandes necessidades materiais e espirituais de uma nação – que, em 1978, beirava a casa dos 1 bilhão de habitantes – e as por demais atrasadas forças produtivas e os meios de produção à disposição.

Ainda hoje, essa contradição é grande, pois para se desenvolver sustentadamente, a China necessita de 1.000 kw per capita de energia elétrica e conta atualmente com apenas 300 kw per capita instalados <sup>(3)</sup>. E não há programa de industrialização e desenvolvimento que dure sem o devido respaldo em capacidade energética. Por outro lado, podemos vislumbrar que a política do governo chinês em financiar o consumo de energia elétrica às famílias camponesas, aliada ao empenho de total eletrificação do país até 2010, viabilizará encerrar no próprio mercado interno a produção e o consumo de produtos eletrodomésticos e eletro-eletrônicos.

Do ponto de vista da geografia econômica, os investimentos em infra-estruturas trazem em seu bojo as condições

objetivas para a estruturação de uma indústria com peculiaridades próprias; servem à proteção ecológica; delimitam e jogam a outro patamar o papel estratégico do mercado interno nacional; e geram renda, produto e novas necessidades. Transformam o território e a vida das pessoas com o aumento da taxa emprego e da renda, entre outras coisas

Voltando – e pincelando –, à questão geopolítica, justificamos que investimentos maciços em energia e transportes, além da importância em matéria de desenvolvimento econômico, para um país de dimensões continentais – que almeja ser a nação mais desenvolvida do planeta em 2050, com 1,25 bilhão de habitantes de 56 nacionalidades diferentes, fronteira com 22 países – têm alto valor geopolítico, tanto doméstico quanto internacional.

Já sob uma ótica social, tais investimentos estão na ordem do dia, pois no país aumentou consideravelmente o desemprego urbano que, em 2000, fechou em 3,1% da população economicamente ativa e, em janeiro de 2003, já atingia 4%.

Substanciando essa problemática, prevê-se a perda de 500 mil postos de trabalho na indústria automobilística nos próximos sete anos. Na agricultura, afetada pelo fim dos subsídios estatais e pela queda das tarifas alfandegárias, serão perdidos outros 9,6 milhões – número que pode ser acrescido aos 8,5 milhões de camponeses que têm deixado o campo e procurado emprego nas cidades. Já as estatais, com a reforma de sua estrutura, deixarão desempregados cerca de 3 milhões e a indústria metalúrgica, por força da reestruturação produtiva, poderá perder em 2 anos cerca de 1,1 milhão de postos de trabalho.

Configura-se, assim, outra justificativa para a viragem de sua política econômica pós-crise asiática em favor de investimentos em infra-estruturas: a maior parte destes investimentos abriga mão-de-obra intensiva e barata, diminui a capacidade ociosa em indústrias correlatas, como as de aço, cimento, areia, asfalto, madeira, petroquímica, pedra, de locomotivas, entre outras. Estima-se, ainda, nos primeiros 9 meses de 1998, terem sido gerados mais de 3 milhões de empregos diretos e indiretos em construção de estradas; número que chegou a 10 milhões em junho de 2002<sup>(4)</sup>.

O crescimento rápido e sustentado da economia chinesa nos últimos 22 anos – acrescido do caráter distributivo que regula tal crescimento –, torna-se por si só uma justificativa para o empenho do governo chinês em construir milhares de quilômetros de estradas, ferrovias, metrô, anéis viários (Pequim e Xangai) e usinas geradoras de energia<sup>(5)</sup>. Com o crescimento econômico, milhares de cidadãos passam a ter no automóvel um sonho de consumo. Inúmeras pessoas conseguem empregos cada vez mais distantes de suas residências e muitas desfrutam de feriados prolongados, que as levam a

atravessar, em muitos casos, milhares de quilômetros.

Também em razão do crescimento econômico, estão ficando cada vez mais estranguladas as grandes avenidas de cidades como Pequim, Xangai, Guangzhou, Naning, Chongqing, onde fica cada vez mais clara a necessidade de pesados investimentos em projetos, como o de metrópolitanos e suburbanos interligados que absorverão, durante o 10º Plano Quinquenal (2001-2005), US\$ 98,5 bilhões na construção de linhas inaugurais e de alongamento em 20 cidades. Somente na cidade de Xangai, neste mesmo período, serão investidos US\$ 8,8 bilhões em três novas linhas e em cerca de 50 novas estações<sup>(6)</sup>.

### Planificação descentralizada, otimização espacial e um salto qualitativo

As desigualdades regionais na China têm raiz: são herança das épocas anteriores à proclamação da República Popular da China (1949), marcadas, sobretudo durante o século XIX, pela utilização das franjas litorâneas por parte dos imperialismos inglês e japonês para o embarque de matérias-primas provindas do interior e pelas incipientes instalações de indústrias manufatureiras de Xangai e Guangzhou, que ajudaram a demarcar a linha da desigualdade facilmente perceptível entre um litoral rico e um interior pobre.

Durante o período maoísta, ao lado do caráter desenvolvimentista empregado no sentido de reduzir tais desigualdades, o jogo geopolítico – fator objetivo –, colaborou para diminuir as desigualdades regionais: como se sabe, a República Popular da China teve assento garantido na ONU apenas em 1971, o que a fez viver por 22 anos num isolamento diplomático, agravado em 1962 pelo rompimento com a URSS. Isso levou as autoridades chinesas a transferirem as unidades industriais chinesas para o interior a fim de diminuir a vulnerabilidade do país a ataques do exterior.

Concomitante com essa política investimentos eram feitos no sentido de buscar petróleo e carvão nessas localidades, obrigando o governo a despender grandes somas de capital para esse fim; e, por outro lado, também contribuindo para radicalizar a divisão social do trabalho interno, pois a acumulação primitiva socialista a partir da agricultura (modelo soviético adotado pela China) gerava demasiada dependência industrial e estatal dos rendimentos agrícolas e, conseqüentemente, de seus excedentes.

Logo, entender a política de reforma e abertura como um rompimento com o antigo modelo soviético é uma verdade, desde que se perceba tal política como um esforço de maximizar o crescimento econômico, fazendo da descentralização espacial uma forma de dinamizar as iniciativas locais e mobilizar amplamente os recursos materiais e humanos.

Sob tal ponto de vista e pela definição das reformas econômicas na China, aos geógrafos marxistas abre-se um campo de pesquisa e entendimento da construção do socialismo em formações sociais periféricas. Desde já colocamos as seguintes indagações: 1) Como tratar e trabalhar contradições inerentes à divisão social do trabalho na etapa primária de edificação socialista? 2) Sendo o modo de produção socialista dominante qual o impacto sobre o território e a sociedade das políticas públicas da transferência de recursos de zonas ricas às zonas rurais pobres? 3) Qual o papel do mercado de capitais em uma economia socialista em estágio inicial e principalmente na alocação de recursos no sentido da concreta diminuição das desigualdades regionais? 4) Transformada a China em potência financeira, como se configura a geografia econômica em âmbito mundial e a respectiva transição ao socialismo nas demais formações sociais periféricas?

Voltando ao cerne da proposta inicial, a China procura, desde 1978, tirar partido das vantagens comparativas: busca fazer com que as regiões interioranas chinesas sustentem a edificação da indústria energética, dos transportes e das matérias-primas, de maneira inclusive a sustentar o desenvolvimento das regiões costeiras.

Toda essa dinamização espacial pós-1978 teve como pressuposto a redução da planificação central, que ainda existe para gerenciar grandes projetos estratégicos; porém, passou a conviver com os planos regionais, provinciais e interprovinciais. Assim sendo, o interior do país deixou de ser um mero repassador de bens e riquezas ao centro dinâmico econômico chinês, assumindo o estatuto de gerenciador de seu próprio desenvolvimento sustentado.

Dessa forma, a partir de 1992 o governo chinês buscou fazer uma abertura em várias direções, no sentido de atrair as zonas interioranas para investimentos, com a participação de capitais nacionais e estrangeiros na construção de infra-estruturas e na exploração de recursos naturais; verifica-se, no decorrer de algumas leituras e conseqüente análise, que desde 1992, as capitais de províncias e regiões autônomas interioranas – uma a uma – se transformaram em áreas abertas: instalou-se no país como um todo 47 zonas nacionais de desenvolvimento econômico e tecnológico e 53 zonas de desenvolvimento de altas e novas tecnologias.

A Região Autônoma de etnia uigur do Xinjiang, por exemplo – fronteira com Rússia, Índia, Cazaquistão, Tadjiquistão, Mongólia, Afeganistão e Paquistão –, até 1978, era uma atrasada região de pastores, com alguns poços de petróleo perfurados. Em 22 anos, conheceu desenvolvimento vertiginoso com o aperfeiçoamento de sua infra-

estrutura a partir do desenvolvimento tecnológico, possibilitando otimizar a descoberta e conseqüente extração de petróleo e gás natural<sup>(7)</sup>. Estima-se que 25% das reservas em petróleo e gás da China encontram-se no Xinjiang e suas reservas de gás são suficientes para abastecer Xangai por 30 anos. Enormes somas foram investidas pelo governo central em 23 estradas de rodagem – 11 delas interprovinciais –, somando 33.020 km de estradas abertas, sendo que 25.200 foram construídas nos últimos 22 anos.

Atualmente, o Xinjiang possui 6 cidades abertas que contam com 113 empresas investidoras originárias de Hong-Kong e 14 de Taiwan. A região autônoma mantém relações comerciais com 73 países do mundo, sendo que os produtos mecânicos gozam de enorme prestígio no mercado internacional.

E mais: com a implementação na primavera de 1999 do “Projeto Para o Desenvolvimento Oeste”, espera-se que num espaço de 20 a 30 anos se produza um verdadeiro salto quantitativo que elevará a China à condição de uma

## Para o 10º Plano Quinquenal é patente a ênfase em megaprojetos de infra-estruturas.

economia pós-fordista de dimensão continental a exemplo da integração territorial norte-americana na segunda metade do século XIX: um país continental interligado por imensas ferrovias, rodovias, gasodutos e linhas transmissoras de energia e de informação.

Neste contexto de desenvolvimento de uma economia continental, vale ressaltar o projeto de modernização da municipalidade autônoma de Chongqing. Tal municipalidade (elevada a tal condição em 1997) situada no curso médio do rio Yang-tsé, que compreende um território três vezes maior que a Bélgica, receberá cerca de US\$ 200 bilhões até 2010, com a intenção de transformá-la na “Chicago chinesa”. Naquele momento, Chicago transformou-se no centro dinâmico do meio-oeste americano como grande entroncamento ferroviário e mercado distribuidor agrícola<sup>(8)</sup>.

### Restruturação energética e otimização dos transportes viabilizam nova onda de crescimento

Para o 10º Plano Quinquenal, em andamento desde 2001, é patente a ênfase em megaprojetos de infra-estruturas ligadas à reestruturação energética e à otimização ferroviária, metroviária e rodoviária, além de mais de 50.000 projetos de auxílio em infra-estruturas às zonas pobres, que buscam favorecer a demanda interna e o reajusta-

mento estrutural, acarretando em resistência ao impacto gerado pelo desaceleramento econômico mundial.

Enquanto o Brasil continua em marcha à ré em relação aos investimentos em infra-estruturas o Estado chinês destinará à viabilização de tais projetos cerca de US\$ 800 bilhões, a serem divididos em investimentos estatais diretos, concessões de serviços

públicos a empresas públicas, emissão de bônus do tesouro, participação estrangeira em forma de joint-ventures, financiamento externo tanto de governos estrangeiros

quanto sob forma de empréstimos de instituições financeiras e cotização de ações em bolsas de valores, como nas obras da Hidrelétrica de Três Gargantas e do Gasoduto Oeste-Leste.

Entre os megaprojetos, podemos destacar a construção da Usina Hidrelétrica de Três Gargantas (1993-2009); a primeira ferrovia a cobrir o território tibetano, que ligará Lhasa a Golmut, na província de Qinghai (2001-2007); o gasoduto Oeste-Leste de 4.221 km (2002-2005); e o projeto de transferência de energia hidrelétrica do centro-oeste chinês ao leste do país, com a construção em andamento de 13 novas hidrelétricas de médio porte (2001-2005).

A construção da usina hidrelétrica de Três Gargantas teve início em 1993 e será entregue em 2009. Contudo, já em 2003, quatro geradores entraram em funcionamento e no presente ano outros quatro também serão disponibilizados. Quando for posta em total funcionamento, gerará energia elétrica para 9 províncias do país. O maior projeto hidrelétrico do mundo tem investimentos previstos da ordem de US\$ 22,5 bilhões, sendo importante salientar que tal custo teve decréscimo de US\$ 2,5 bilhões de seu valor original, pois, entre outros fatores, a mão-de-obra chinesa relativamente barata e a prática do método licitatório para todos os estágios da obra fizeram com que o custo médio de construção caísse para US\$ 1,2 mil por kw – metade do custo de projetos desenvolvidos em países do centro do sistema, como os EUA e o Canadá.

Do início da construção até 2002 foram firmados 6.187 contratos, com valor total de US\$ 6,3 bilhões, sendo aproximadamente US\$ 4,1 bilhões sob métodos licitatórios<sup>(9)</sup>.

Sobre a ferrovia que interliga a capital do Tibet (Lhasa) a Golmut (capital de Qinghai), destacamos tratar-se da maior obra em andamento no mundo moderno. Tal ferrovia, de 1.125 km, terá 80% de seu trajeto a uma altitude média de 4.000m (o ponto mais alto será de 5.072m), com 50% sob “permafost”, ou seja, sob terra coberta com gelo

permanente e ar rarefeito. Terá túneis a serem perfurados em até 100m de profundidade. Cento e cinco pontes serão construídas e 75 km de túneis, tendo de ser removidos para isso 8 milhões de m<sup>3</sup> de rochas.

Tal empreendimento, que teve início em junho de 2001, terá fim em 2007 e consumirá US\$ 3,2 bilhões. A importância se deve ao fato de o Tibet (região mais atrasada da China) não contar com nenhuma ferrovia que a ligue ao restante do país. Desse modo, ela fomentará o comércio do Tibet com outras regiões do país. Esse é, portanto, o maior projeto entre outros 103 desenvolvidos a partir de 1998, com investimentos de US\$ 10 bilhões; o que tem propiciado ao Tibet crescimento econômico anual de 12,1% nos últimos 4 anos<sup>(10)</sup>.

Entrando na questão da reestruturação energética cabe lembrar que a China tem 70% de sua capacidade energética supridos por carvão e petróleo. Não é preciso falar sobre os prejuízos financeiros e ambientais de tal estrutura. Por outro lado, foram descobertas as maiores reservas de gás natural do mundo na província de Xinjiang. Assim sendo a substituição de petróleo e carvão por gás natural tornou-se estratégica e, após 5 anos de estudos, ficou pronto o projeto, que consiste num grande gasoduto que ligaria os ricos campos do Xinjiang a Xangai, num trajeto de 4.221 km, atravessando o rio Huang-ho por três vezes e as montanhas de Luliang, Taiye e Taihang.

A construção de gasodutos, além de todos os aspectos relacionados com a utilização industrial do combustível, compreende a prospecção e a exploração dos recursos de gás. A primeira vantagem econômica está no preço do metro cúbico de gás natural importado (US\$ 0,20). Já para o consumo interno o gás natural de Tarim terá um custo de US\$ 0,15. Esse preço, por ser aceitável aos consumidores, permite garantir benefícios de 12% para o projeto e outros 12% para impostos em transporte. Há previsão de os lucros surgirem quando o volume de gás transportado chegar a 8,4 bilhões de m<sup>3</sup> – o que deve ocorrer em 2006<sup>(11)</sup>.

O custo avaliado para o projeto é de US\$ 22 bilhões e há a perspectiva de serem empregues milhões de toneladas de aço laminado. Há necessidade de capital e tecnologia dada a incapacidade tecnológica do país para produção de tubos de aço. Para isso, tornou-se sem efeito a antiga norma que não permitia a nenhuma empresa estrangeira participar de todos os níveis de um projeto de tal ordem. Portanto, foi firmado um acordo para a constituição da maior joint-venture da história do processo de reforma e abertura<sup>(12)</sup>.

Assim, em julho de 2002, firmou-se a joint-venture, com capital 55% chinês (Sinopec, PetroChina e Hong-Kong China Gás) e 45% estrangeiro, representado pela Rússia's Gasprom (15%); anglo-holandesa Royal/Dutch Shell (15%); e

## O objetivo é a formação de um mercado de massas.



ExxonMobil (15%). Os lucros são aguardados para 2006.

Segundo perspectivas de mercado, espera-se que o projeto acelere o reajuste da estrutura econômica, da produção e da tecnologia das indústrias relacionadas. Até então, várias cidades litorâneas e as localizadas em torno do rio Yang-tsé têm firmado cartas e contratos da ordem de US\$ 10 bilhões com a finalidade de concretizar projetos de engenharia para obras públicas e de renovação energética de suas indústrias.

Invertendo a proposta e adentrando os setores ferroviário e rodoviário, em geral, descrevemos estarem sendo investidos US\$ 40 bilhões em 63 projetos, sendo US\$ 30 bilhões para a construção ferroviária e US\$ 10 bilhões para desenvolvimento de novos trens e locomotivas. Os atuais 70.000 km de linhas passarão a 75.000 km em 2005. E 52% de tais investimentos serão centrados no centro-oeste do país, atualmente com 25.000 km de trilhos que, em 2005, chegarão a 27.500 km <sup>(13)</sup>.

A velocidade máxima dos trens que ligam Pequim a Harbin, Xangai e Guangzhou passará a 160 km/h em 2003 e 200km/h em 2005. E a linha leste-oeste Lianyungang-Lanzhou, a 210 km/h <sup>(14)</sup>, juntamente com a construção de 900 km de trilhos de alta velocidade, interligando todos os centros industriais da rica província de Guangdong.

As obras no setor rodoviário tiveram início em 1998 e foram continuadas durante o 10º ano do Qüinqüenal a reforma e a construção de 8 estradas troncais nacionais e mais 8 interprovinciais, somando 28.000 km <sup>(15)</sup>.

Em longo prazo, espera-se que até 2050 toda a rede rodoviária chinesa esteja de acordo com as necessidades de um país altamente desenvolvido. Os 1,75 milhões de km se transformarão em 4 milhões, em 2050.

Nas regiões ricas do litoral estão em construção auto-estradas enquanto que as rodovias novas destinam-se ao oeste do país. Para tanto, 251 obras rodoviárias no oeste estão em andamento desde 1998. As estradas troncais já citadas serão interligadas por uma rede de 5 corredores norte-sul e 7 leste-oeste, conectando completamente o interior pobre e o litoral desenvolvido. Nos âmbitos das províncias, está em andamento a construção de estradas de cimento, que ligarão as capitais provinciais a distritos, vilas e aldeias.

O valor estimado para a conclusão de todos os projetos previstos é de US\$ 62,5 bilhões, já tendo sido utilizados até 2002 US\$ 22,6 bilhões.

A atual política econômica implantada na China após a eclosão da crise asiática, baseada na formação de um mercado interno de massas e tendo como meio o avanço da infraestrutura, é mais uma prova da capacidade chinesa de enfrentar seus desafios tanto internos quanto externos.

A este lado do mundo coloca-se como tarefa imediata desmistificar falsos desafios (inflação) e enfrentar nossos verdadeiros desafios.

Os comunistas chineses são exemplo para tão árdua tarefa. ♥

**Elias Jabbour** é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP. Este artigo é extrato da dissertação de mestrado, a ser apresentada, "Infra-estruturas em energia e transportes, crescimento econômico e construção do socialismo na China".

### Notas

- (1) "China's total trade volume hit US\$ 851,2 billion last year". *People's Daily*. 12/1/04.
- (2) Delfim Netto, em artigo publicado na *Gazeta Mercantil* em janeiro de 1998, faz uma interessante comparação entre os casos chinês e brasileiro, apontando com competência as diferenças em matéria de política econômica entre os dois países.
- (3) "Electricity generated in Southwest China Has Huge Market". *People's Daily*. 3/7/2002.
- (4) Zhongyun, Luo "Setores ferroviário e rodoviário impulsam crescimento econômico". *Beijing Informa* n. 33, 16 a 23/10/2002.
- (5) Relatórios da ONU indicam a China como o país do mundo que mais contribuiu para a eliminação da pobreza, acrescidos de dados demonstrando que para o ano de 2005 as pessoas com renda anual acima de US\$ 10 mil aumentarão para 400 milhões no mundo, sendo que metade delas será de chineses.
- (6) "Comunicaciones sobre rieles de Shangai: Uma longitude total de 400 km en los próximos cinco años". *China Internet Information Center*. 24/11/2002.
- (7) Overholt, Willian H.: "The Rise of China. How economic reform is creating a new superpower". p. 88, 1993.
- (8) Clifford, M. & Roberts, Dexter.: "Westward Ho!". *Business Week*. October, 2004.
- (9) Dolven, Ben.: "Building it — But will they come". *Far Eastern Economic Review*. September 4, 2003.
- (10) Oliveira, Amaury Porto de.: "O salto qualitativo de uma economia continental". *Política Externa*. Vol. II, n° 4, março/abril/maio, 2003.
- (11) "Three Gorges firm seeks listing". *China Daily*. 26/2/2002.
- (12) "Qinghai-Tibet Railway kicks off". *People's Daily*. 6/6/2002.
- (13) "Gás natural runs over 4,000 across China". *People's Daily*. 4/7/2002.
- (14) "Foreign giants take gas pipeline stake". *China Daily*. 2/7/2002.
- (15) Zhongyun, Luo. "Sector ferroviário impulsa crecimiento económico". *Beijing Informa*. n. 47, 15 a 22/12/2002.
- (16) "China's railway to initiate two more speed-increases in 2003 and 2005". *China Daily*, 13/6/2002.
- (17) "Construcción vial en China entra en pleno apogeo". *Beijing Informa*, n. 29, 7 a 13/6/2002.

# FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

unidade na luta e luta de idéias

Ricardo Abreu

*O êxito relativo que a Rede Mundial de Movimentos Sociais – uma das várias articulações que participam do FSM – vem tendo se deve ao método do consenso e a sua forma flexível, e ao fato de que ela se propõe objetivos mais modestos e exeqüíveis, como aprovar uma declaração com algumas bandeiras e uma agenda de mobilizações. Dessa simplicidade e, sobretudo, dessa unidade, foi possível realizar o 15 de fevereiro contra a guerra imperialista*

**O** Fórum Social Mundial, ou simplesmente FSM, fortalece-se a cada ano. Além de um espaço antiimperialista e de combate ao neoliberalismo, o FSM também é um processo de debate de alternativas para a humanidade. A 4ª edição do Fórum aconteceu na cidade de Mumbai, em Maharashtra, Índia, de 16 a 21 de janeiro, e confirmou a tendência de acentuar sua característica antiimperialista e de defesa da paz, em um momento de maior agressividade do imperialismo. O Fórum de Mumbai combinou ampliação e radicalização, foi mais participativo, plural, e politizado que os anteriores.

Desde as mobilizações de Seattle, nos EUA, em 1999 – contra a “mercantilização do mundo”, que combateram os acordos da Organização Mundial do Comércio, a OMC, e as transnacionais –, até a extraordinária e sincrônica mobilização mundial de 15 de fevereiro do ano passado, outro marco importante da luta contra a globalização neoliberal, houve um avanço da consciência antiimperialista. De acordo com a Rede Mundial de Movimentos Sociais atualmente as maiores mobilizações mundiais, e até mesmo regionais e nacionais, são contra a guerra imperialista, mais do que contra os acordos da OMC (1).

Do 1º FSM, em 2001, ao 4º FSM há uma crescente necessidade de discutir estratégias e alternativas, indo mais além do diagnóstico e da crítica de neoliberalismo e do imperialismo. Aprofundando a marca que já foi do 3º FSM, este 4º Fórum focalizou seu alvo de ataque no imperialismo dos EUA, mais precisamente no governo de George W. Bush e em sua política guerreira.

Como se sabe, o FSM não pode, pela sua Carta de Princípios, emitir uma declaração final, definir diretrizes e orientações ou definir uma agenda de mobilizações enquanto FSM. Somente as redes, campanhas e articulações participantes do FSM podem fazê-lo, mas não em nome do FSM. Por isso foi criada, em janeiro de 2003, em Porto Alegre, a Rede Mundial de Movimentos Sociais, a principal organizadora da exitosa mobilização de 15 de fevereiro de 2003, que repercutiu fortemente neste FSM. A Aliança Social Continental, que coordena a campanha continental contra a Alca, e que vem realizando encontros anuais em Havana, Cuba, também faz parte da Rede.

Reunida em quatro assembléias de ativistas durante o 4º FSM, a Rede dos Movimentos Sociais aprovou nova declaração política em Mumbai e convocou todos os movimentos sociais para realizar maciças manifestações pela paz, contra a guerra imperialista e pela retirada das tropas de ocupação do Iraque no dia 20 de março, data em que completa um ano a invasão do Iraque.

A capacidade de unir os movimentos sociais e entidades os mais diversos é um dos maiores méritos do processo Fórum Social Mundial, e para isso contribui muito o "método FSM", que faz do Fórum um processo livre de debate e um espaço aberto de articulação mundial antineoliberal e antiimperialista. O FSM em Mumbai uniu, talvez de forma inédita, os movimentos sociais da Índia com as mais distintas orientações políticas. O Comitê Organizador Indiano, com dezenas de organizações, também dá uma lição para o próximo FSM em Porto Alegre, já que nos três primeiros a organização ficou por conta de apenas oito organizações brasileiras.

Mesmo com toda essa amplitude e metodologia apropriada, o FSM não consegue unir todas as forças antiimperialistas. Em frente ao Nesco Grounds, local onde o 4º FSM aconteceu, foi realizado um evento paralelo denominado Mumbai Resistance. Organizado por ativistas de orientação maoísta, entre outros, fez a opção pelo socialismo e a

defesa de todas as formas de luta, inclusive da violência revolucionária, contrastando com a *Carta de Princípios* do FSM, que se define como anticapitalista, mas não como socialista, e que não permite a participação de guerrilhas e forças políticas em armas.

### Um FSM do outro lado do mundo

Em Mumbai, a riqueza da cultura indiana e os problemas sociais e ambientais estavam escancarados para os participantes de outros países. Na Ásia, onde vive mais da metade da humanidade, com necessidades sociais gigantescas, o FSM se mundializou mais e mudou sua fisionomia, marcada pela origem euro-americana. Os organizadores falam em cerca de 120 mil ativistas e, dentre estes, mais de 80 mil delegados e delegadas de 2.660 movimentos e organizações populares, entidades da sociedade civil, redes, campanhas, e ONGs vindos de 132 países de todos os continentes. A delegação brasileira foi estimada em 480 pessoas. Entre os brasileiros estavam os delegados do Instituto Maurício Grabois, IMG, membro do Conselho Brasileiro do FSM e um dos organizadores do Fórum Social Brasileiro.

As atividades denominadas auto-gestionadas, organizadas livremente pelas entidades inscritas, foram a maior parte das maiores e principais atividades. Durante o Fórum ocorreram mais de 1.200 eventos e debates, na forma de conferências, painéis, reuniões públicas, testemunhos, seminários, oficinas e assembléias de movimentos sociais.

As combativas, alegres e exóticas apresentações, marchas e manifestações político-culturais, foram outra característica distintiva deste 4º FSM criticada por alguns que discordam do FSM enquanto um "festival", mas que podem se incorporar

Indianos no FSM.



definitivamente ao evento, sem prejuízo dos debates.

Em Porto Alegre a composição social do Fórum era majoritariamente de pessoas provindas de camadas médias, depauperadas pelo neoliberalismo. No Brasil o perfil dos participantes do FSM, segundo pesquisa do IBASE, revela um bom nível de renda e escolaridade. Já na Índia participaram mais os marginalizados e os trabalhadores pobres com menos escolaridade, vindos de todas as partes do país, das maiores cidades assim como de muitas localidades interiores e muitas vezes tribais. Os "dalits" ou párias, excluídos até do perverso sistema de castas indiano, eram 30 mil ativistas.

### Os comunistas e o FSM

Os comunistas indianos tiveram um papel imprescindível para construir este exitoso FSM em Mumbai. Participaram ativamente do Comitê Organizador Indiano enquanto lideranças importantes de movimentos, sindicatos e entidades indianas. Estas organizações participantes do FSM promoveram dezenas de atividades, o Acampamento da Juventude e um painel e dois seminários para debater a atualidade da luta pelo socialismo.

O painel "Os desafios do socialismo hoje", uma das mais relevantes e assistidas atividades auto-geridas do Fórum, foi promovido por duas entidades científicas indianas, nas quais participam militantes do Partido Comunista da Índia (Marxista), o PCI(M), e do Partido Comunista da Índia, o PCI. O evento teve uma grande repercussão política no 4º FSM.

Foram convidados doze painelistas de institutos de pesquisa, revistas marxistas e movimentos pela paz, que intervieram sobre o tema. Todos os doze importantes dirigentes comunistas e lideranças da Índia, da China, de Cuba, do Brasil, de Portugal, dos EUA, da Grécia, da Turquia, da Itália, da França, da Alemanha, e ainda a vice-presidente da República Socialista do Vietnã, Nguyen Thi Bihn. Os participantes tiveram oportunidade de saber mais sobre as experiências socialistas da China, de Cuba e do Vietnã, e de ouvir intervenções de qualidade, que enfrentaram o tema com originalidade.

Como painalista brasileiro participou o cientista político Luis Fernandes, do Instituto Mauricio Grabois, e também membro do Comitê Central do PCdoB. Fernandes afirmou em sua intervenção que o socialismo é uma necessidade histórica para a humanidade, agora mais que nunca, num momento em que não há mais um sistema socialista internacional, mas países socialistas. Ressaltou que para lutar contra o poder do imperialismo é preciso construir o poder dos trabalhadores e dos povos, e não recusar a luta pelo poder, como propõem alguns ativistas ingênuos. Concluiu analisando a situação do Brasil, onde estamos tentando construir uma alternativa nacional ao modelo neoliberal.

Por iniciativa dos comunistas indianos também houve em Mumbai, fora da programação e do âmbito do FSM, um Encontro Comunista Internacional, em um bairro residencial de trabalhadores, em local distinto do evento, para o qual os comunistas indianos mobilizaram milhares de militantes e realizaram um ato político com a participação de dezenas de partidos comunistas de todo o mundo. O significado político-ideológico da atividade foi de afirmação da identidade comunista e da alternativa socialista.

Na relação partidos/movimentos sociais é preciso estabelecer parâmetros. O FSM, por natureza e definição, é um espaço dos movimentos sociais e ONGs e deve ser respeitado enquanto tal, assim como o Fórum de São Paulo é um espaço de partidos políticos. Os partidos podem participar do FSM na qualidade de conferencistas, convidados e observadores.

Dito isso, é claro que os ativistas e as lideranças dos movimentos sociais, na sua maioria, são ao mesmo tempo militantes e dirigentes partidários, e não precisam e nem devem esconder a sua condição de membros de partidos políticos.

Depois do 4º FSM, a presença dos comunistas no FSM não é mais um tabu, mas passa a ser algo mais natural. Isso é importante porque os comunistas formam uma corrente político-ideológica que teve e tem significativa inserção nos movimentos populares. E, assim, o próprio FSM se fortalece. O próximo FSM voltará para Porto Alegre, em 2005, onde atividades de debate e afirmação da alternativa socialista deverão ter continuidade.

### A luta de idéias no FSM

Valorizar o que une os participantes do FSM é fundamental, mas não menos importante para os marxistas é contribuir com o debate e participar ativamente da fraternal luta de idéias que acontece no processo FSM.

Para Sitaram Yechury, dirigente do PCI(M) que foi painalista no FSM, o surgimento e o crescimento do Fórum "refletiu o desejo de muitos movimentos de massas em diversos países que reconhecem a necessidade de ações globais contra a globalização imperialista. Conseqüentemente, seria errado concluir que o FSM representa uma tentativa homogênea de oferecer uma alternativa à globalização imperialista". Nesse sentido, o FSM é tanto um espaço aberto quanto um espaço de disputa de idéias, do qual os comunistas devem participar. Para o indiano "foi esta participação comunista que radicalizou grandemente o movimento contra a globalização e se opôs às tentativas das forças social-democratas de homogeneizar as lutas contra a globalização".

Segundo o editorial de 25 de janeiro deste ano do *People's Democracy*, jornal do PCI(M), o Fórum, além de uma plataforma unitária dos que lutam contra a globaliza-

OLINDA ESTÁ DIFERENTE.

**OLINDA, AGORA, É COMO  
O BRASIL. É DA GENTE.**

Dessa gente misturada que a gente vê pelas calçadas. Dessa gente criativa que reinventa a vida e a própria sobrevivência. E que, agora, reinventa o Brasil. Dessa gente que anda nas ruas atrás dos sonhos, sorrindo pra esperança. Essa gente desses Brasis. Essa gente dessa Olinda.

**OLINDA**  
Patrimônio da Humanidade



**PREFEITURA  
POPULAR**

ção neoliberal e imperialista, é também “um campo de batalha de debates ideológicos na questão da alternativa à globalização imperialista”. O jornal identifica quatro tendências mais importantes no processo FSM: “social-democratas; ONGs; anarquistas, trotskistas etc; e os comunistas. Algumas das melhores cabeças e personalidades do mundo destas tendências participaram dos debates”. Entre as ONGs a que se refere o editorial estão as que recebem financiamento do exterior e que compartilham, conscientemente ou não, a orientação do Banco Mundial.

Cresce a compreensão, desde o 1º FSM até aqui, da necessidade de uma convivência frutífera e uma ampla e sólida unidade entre os partidos antineoliberais e antiimperialistas e os movimentos participantes do FSM. Antonio Martins, da ATTAC-Brasil e membro da Secretaria Internacional do FSM, propôs unir e articular “tanto os ‘novos movimentos’ quanto as lutas sociais históricas – em especial as do mundo do trabalho – e os partidos políticos” (2).

Houve muitas outras propostas de aproximação e de cooperação política entre os partidos e os movimentos sociais, para o que a realidade política indiana ajudou. Na Índia a esquerda tem forte presença nos movimentos sociais e a esquerda é em sua maior parte comunista.

No entanto, curiosamente há uma confusão de papéis entre partidos e movimentos sociais no debate sobre o FSM e a construção de alternativas. Algumas vozes e canetas esperam do FSM a formulação de programas estratégicos de superação do neoliberalismo e do capitalismo, como se isso fosse possível através da elaboração de um programa único mundial. Cabe a cada partido e a cada movimento social definir e atualizar o seu programa, que é distinto inclusive pela natureza e pelos objetivos da organização. O processo FSM pode ajudar nisso, mas não cabe ao ele definir um programa alternativo mundial.

#### **Encontro de Partidos Comunistas.**

É certo que o socialismo científico é uma ciência universal e a luta pela alternativa socialista é internacional, mas os comunistas já abandonaram há algum tempo a idéia de um modelo único mundial de socialismo. Estamos vivendo uma fase nova na luta pelo socialismo, em pleno século 21. Nossa luta é internacional, as mobilizações antiimperialistas são e devem ser cada vez mais mundiais, mas é principalmente com as mudanças e revoluções políticas nacionais que os povos acumulam forças e avançam estrategicamente no rumo do socialismo renovado.

Reconhecemos nossas insuficiências, mas para os comunistas o socialismo científico é a única alternativa real para a superação do capitalismo. Na verdade, boa parte dos intelectuais e dos ativistas do FSM parte do pressuposto de que ainda “não há alternativa” (em inglês *There Is No Alternative*, ou TINA), e com isso o máximo que consegue é parir idéias de reforma do capitalismo. Os comunistas no 4º FSM disseram que o “socialismo é a alternativa” (*Socialism Is The Alternative*, ou SITA). A alternativa socialista aos poucos vai ressurgindo e gerando mais confiança como caminho para a emancipação social.

O FSM é também um espaço para defender e enriquecer antropofagicamente a “SITA”, dentro da melhor tradição marxista, aproveitando as idéias novas e criativas para enriquecer a luta antineoliberal e a alternativa socialista. O que não se pode é resvalar para o ecletismo ou, mesmo sem querer, abraçar o velho reformismo. Lutar “contra o capital”, como está na Carta de Princípios do FSM, nem sempre quer dizer lutar pela superação do capitalismo; pode também significar a estratégia de reformar o capitalismo.

Em muitos debates do FSM o leninismo é tratado como peça de museu. Queiram ou não, o leninismo vive e o marxismo-leninismo é uma das correntes político-ideológicas com expressão no FSM, e essa presença é tão legítima quanto necessária para o êxito do FSM, como o 4º FSM demonstrou. A diversidade deve ser a diversidade para todos e não apenas para alguns. Sendo, assim, a presença dos intelectuais e ativistas comunistas e de movimentos sociais liderados por marxistas-leninistas é crescente e inevitável, como o processo do FSM vem demonstrando, especialmente o Fórum de Mumbai.

Também é recorrente nos debates do Fórum a contraposição entre a forma de organização do FSM e a concepção leninista de partido, tida como suposto símbolo de autoritarismo. Quanto a isso é preciso assinalar que o método e a forma organizativa do FSM são válidos para o FSM e para esse tipo de plataforma unitária, mas isso não quer dizer que sejam válidos para todo e qualquer movimento social e muito menos para um partido político revolucionário.



O princípio leninista do centralismo democrático continua atual e indispensável para os partidos revolucionários, e até hoje não apareceu outra concepção mais democrática para unir e organizar na luta a sabedoria e a vontade coletivas dos revolucionários. A concepção de partido criada por Lênin, embora historicamente tenha havido erros em sua aplicação concreta, é uma das maiores invenções políticas da humanidade.

Mesmo sendo convictos da imprescindível autonomia e liberdade dos movimentos sociais, não devemos negar a condição de vanguarda dos partidos leninistas. Para alguns “alteromundialistas” é o movimento antiglobalização que elabora seu próprio programa, suas estratégias e alternativas, e aos comunistas cabe participar sem pretensões hegemônicas. Ou seja, para eles, o “movimento dos movimentos” é o sujeito da superação do capitalismo e cumpriria o papel, no século 21, que o movimento operário cumpriu no século 20.

Os partidos comunistas, autocriticamente, precisam tirar lições de suas relações com o Estado e com os movimentos sociais, mas sem abrir-mão de seu papel de vanguarda. A força política revolucionária, de vanguarda, é necessária e insubstituível na luta pelo socialismo, e ela não nasce espontaneamente. O proletariado enquanto classe, mesmo com suas recentes transformações, continua sendo a força motriz da luta pela emancipação social. Os comunistas devem mergulhar nos movimentos populares, mas sem cair no espontaneísmo de submeter-se ao “movimento”. Tampouco podem querer submeter os movimentos populares, ferindo a sua autonomia.

### O debate sobre o futuro do FSM

Durante todo o evento houve uma polêmica sobre o futuro do FSM. Mas foi na reunião do Conselho Internacional do FSM, realizada depois do Fórum, dias 22 e 23 de janeiro, que este debate aconteceu de maneira mais explícita. Resumidamente, são duas posições e um consenso.

Uma das posições considera que o FSM pode se esgotar em si mesmo se não mudar e encarar o desafio de se tornar um articulador de campanhas e ações unitárias dos movimentos sociais e ONGs, uma espécie de “movimento dos movimentos” ou de “rede das redes”. Emir Sader, representante do CLACSO no Conselho Internacional, defensor desta opinião, escreveu em um artigo que os FSM têm se tornado “grandes manifestações, mas sem gerar capacidade de ação e transformação” e defende que o Conselho Internacional seja responsável pela “construção das alternativas globais de ‘um outro mundo possível’”.<sup>(4)</sup>

Argumentando na mesma linha, Bernard Cassen, do ATTAC-França, propõe que o FSM se assuma como o próprio

“movimento alteromundista” (ou seja, por uma alternativa à globalização) e se organize com “estruturas *ad hoc*, tanto para a elaboração das propostas suscetíveis a serem integradas ao ‘Consenso de Porto Alegre’ (alternativo ao ‘Consenso de Washington’) quanto para sua ‘ratificação’”.<sup>(5)</sup>

Esta primeira posição sustenta que o FSM pode e deve ser também um movimento, além de um espaço, e definir estratégias e alternativas, além de ações comuns. Mas, quando surgirem divergências votar-se-á? Estas propostas de modificação do FSM não resultarão, mesmo que sem intenção, no enrijecimento, no hegemonismo e na exclusão?

A outra posição defende a atual *Carta de Princípios* e a manutenção do FSM como é hoje, ou seja, um espaço de articulação de várias propostas, campanhas e ações unitárias, sem uma diretiva com prioridades e sem decisões de todo o FSM. Alguns dos principais organizadores da Rede Mundial de Movimentos Sociais concordam com esta posição, inclusive porque a Rede já vem tentando cumprir este papel unificador de campanhas e ações.

O êxito relativo que a Rede Mundial de Movimentos Sociais — uma das várias articulações que participam do FSM — vem tendo se deve ao método do consenso e a sua forma flexível, e ao fato de que ela se propõe objetivos mais modestos e exequíveis, como aprovar uma declaração com algumas bandeiras e uma agenda de mobilizações. Dessa simplicidade e, sobretudo, dessa unidade, foi possível realizar o 15 de fevereiro contra a guerra imperialista.

O consenso é que o próximo Fórum Social Mundial deve avançar e inovar em aspectos metodológicos para estimular o diálogo, a identificação de convergências em relação a temas e estratégias, e facilitar a articulação de campanhas e ações, mas mantendo a atual *Carta de Princípios*.

O Fórum pode se tornar bienal, para que nos anos em que não for realizado o evento mundial, sejam realizados os fóruns regionais e temáticos. A próxima edição do FSM volta a ser realizada em Porto Alegre, na mesma data do antagonista Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça. 🍷

**Ricardo Abreu** é economista, membro do Instituto Maurício Grabois e do Comitê Central do PCdoB.

#### Notas

(1) Esta avaliação consta do relatório da reunião da Rede Mundial de Movimentos Sociais realizada em Paris, em 17 de novembro de 2003.

(2) “Três provocações sobre o futuro do Planeta Porto Alegre” foi apresentado em um seminário realizado em São Paulo pela Fundação Perseu Abramo e pela Fundação Rosa Luxemburgo.

(3) A citação está no artigo “O PCI(M) e o Fórum Social Mundial”, de Sitaram Yechury.

(4) “O FSM entre a história, a geografia e a política”, artigo de Emir Sader publicado no sítio eletrônico da Agência Carta Maior, em 19/1/2004.

(5) Do artigo “Repensar o formato, passar ao ato político”, de Bernard Cassen, Agência Carta Maior, 8/01/2004.

Internacional

# Mariátegui

sujeito revolucionário  
e movimento indígena

Renan Raffo Muñoz





## Retomar a política como a arte da confluência e retomar a política da frente única antiimperialista, que Mariátegui – renomado teórico marxista peruano – nos legou, é o principal desafio do momento atual

**N**a exposição intitulada “O Problema das raças na América Latina”, apresentada na 1ª Conferência Comunista Latino-americana de Buenos Aires (1929) Mariátegui afirmou: “Talvez uma idéia revolucionária indígena demore a formar-se; porém, uma vez que o índio tome como sua a idéia socialista esta lhe servirá como uma força tal que poucos proletários de outros meios poderão melhorar”.

Qual foi o destino da idéia da *Amauta*, depois de pouco mais de sete décadas de seu lançamento? Qual foi sua visão com relação ao papel do movimento indígena na forja do sujeito revolucionário? Como essa idéia se expressa no atual processo político latino-americano, particularmente no vigoroso movimento camponês que se levanta no continente contra os regimes neoliberais empunhando bandeiras que, como dizia Mariátegui, se resumem na palavra socialismo?

O movimento zapatista no México; a revolta na vida política do movimento indígena no Equador; as lutas do campesinato e dos povos quechua e aimará no Peru; e a recente sublevação do movimento indígena e dos trabalhadores na Bolívia; entre outros, no fundo, respondem – com suas particularidades nacionais e matizes ideológicos –, a essa portentosa inspiração socialista. Mariátegui nos fala sobre elas nessa histórica proposta de 1929.

Como se gestou essa idéia na concepção marxista da *Amauta*?

Ela surge de um minucioso e sistemático estudo da realidade peruana, à luz dos instrumentos metodológicos do marxismo. Lembremos que Mariátegui, no Prefácio ao *Tempestade nos Andes*, do célebre historiador peruano Luís E. Valcarcel, com entusiasmo assinala o índio como população majoritária, população oprimida que um dia desceria da cordilheira para fazer justiça a seu povo, agregando: “Quem sabe de que grupo de silenciosos lavradores de carrancudos pasto-

res surgirá o Espártaco andino (...) a ditadura do proletariado indígena busca o seu Lênin”.

De outro lado, Mariátegui analisa as teses indigenistas de seus contemporâneos, despreza as idéias reacionárias e assimila as mais avançadas, recolhe, por exemplo, a tese de Hildebrando Castro Pozo, arguto pesquisador marxista que sustenta a possibilidade de que as comunidades indígenas avançaram até o cooperativismo socialista – o que para alguns o torna parecido com os populistas russos, como Vera Zaslitch que já na época de Marx afirmava a possibilidade de que a antiga comuna rural russa evoluíra ao socialismo – criticada pela III Internacional.

E, ainda, a *Amauta* priorizou o estudo dos movimentos camponeses ocorridos no Peru nos séculos XIX e XX, como as sublevações de Huancané e a matança de Putina de 1867-68 e o heróico protesto do líder camponês Juan Bustamante que pagou com a vida por ter formado a Sociedade Amiga dos Índios. O mesmo ocorreu com a rebelião de Atusparia em Ancash, 1885, e as posteriores revoltas ocorridas em Cuzco, província de Espinar, em 1921, a revolução de Huancané em 1923-24, que seguiram a trilha das lutas indígenas de Azangaro na década de 1910.

Papel preponderante nessa tarefa cumpriu a revista *Amauta*, fundada por Mariátegui em 1926, que coloca em primeiríssima importância o componente indígena do país. Recordemos que em seu primeiro número apresentou a caricatura do rosto de um índio pintado por José Sabogal – imagem que seria convertida no logotipo que a identificou em seus quatro anos de existência.

E mais: o primeiro artigo desse primeiro número foi *Tempestade nos Andes* do já citado Luís E. Valcarcel e, posteriormente, essa mesma tendência pró-indigenista se manteve nos 32 números dessa histórica revista.

Nela tiveram lugar preponderante textos dos mais destacados intelectuais e artistas de Lima e das províncias do Peru. As reflexões sobre o pro-

# Transformação so A sociedade

Muitos brasileiros de regiões carentes já sabem que fome e sede têm solução. A questão é buscar a auto-sustentação e superar as condições de pobreza. Existem técnicas simples e de baixo custo para gerar trabalho e renda de forma permanente.

A Fundação Banco do Brasil, alinhada ao Programa Fome Zero, trabalha para identificar, apoiar e disseminar essas técnicas. Algumas já beneficiam milhares de pessoas.



**Enquanto reciclamos lixo, promovemos mudanças sociais.**



A grande quantidade de lixo urbano gerou uma nova atividade: a retirada de materiais recicláveis.

O Programa Bioconsciência estimula a coleta seletiva e a formação de cooperativas de catadores. Gera renda pela reciclagem e reaproveitamento de resíduos sólidos. E, com as oficinas, pessoas deixam as ruas para aprender novos ofícios. A Fundação Banco do Brasil é parceira da Brasil Prev, de associações, ONGs e cooperativas.

**A borracha apaga problemas sociais e ambientais.**

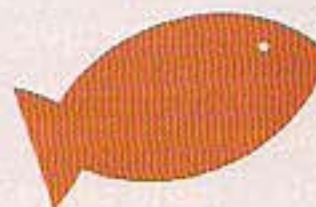
O Projeto Tecbor não apenas ataca as causas da fome. Fortalece os seringueiros e os povos da floresta criando uma fonte permanente de renda. Além de possibilitar a preservação do ambiente por meio de atividade extrativista e não predatória,

a nova técnica, criada pela UnB, melhora e purifica a borracha. A Fundação Banco do Brasil é parceira da Universidade de Brasília, IBAMA e Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar.



**Da água salgada que estragava a terra, surge o peixe para acabar com a fome.**

A água é tratada no dessalinizador, os resíduos engordam os camarões e as tilápias. A água salgada que sobra irriga plantas que, resistentes ao calor e solos salgados, servem de ração para cabras e outros animais. O Projeto Mandacaru garante pesca, comércio e alimento para as famílias de baixa renda do semi-árido da Paraíba. São parceiros desse projeto o



# cial dá resultado. sai ganhando.

Parque Tecnológico da Paraíba, Sebrae,  
Universidade Federal da Paraíba e a  
Prefeitura de Santa Rosa.

## **Berimbau: um instrumento de transformação social.**

O Programa Berimbau abrange as  
comunidades que circundam o Resort  
Costa do Sauípe.

O Programa transformou a  
realidade local investindo na  
capacitação profissional e também  
na alfabetização de crianças,  
jovens e adultos. E gerou oportunidade  
de trabalho através da produção de  
artesanatos e alimentos para serem  
vendidos no hotel e na região.  
Os nossos parceiros são a Sauípe S.A.,  
o Ministério do Trabalho e Emprego,  
entre outros.

## **A nova realidade social. Alimentada com castanha de caju.**



A partir da revitalização de  
minifábricas de castanha de caju, a  
realidade social do Nordeste foi  
transformada. Os castanheiros se  
organizaram em associações e  
cooperativas e estão conseguindo  
autonomia financeira de mais de 5.800  
famílias. São parceiros: Emprapa,  
Sebrae, Banco do Brasil, Telemar e  
Ministério do Trabalho e Emprego.

**FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL**

[cidadania-e.com.br](http://cidadania-e.com.br)

**Para os intelectuais da direita liberal, os índios não tinham lugar no modelo da sociedade ocidental.**

blema do índio ocuparam as suas páginas centrais. Pela primeira vez, os índios e os intelectuais provincianos, quer dizer, os excluídos de sempre, figuraram em lugares preferenciais de suas páginas.

Nela figuraram os nomes de conotados pensadores, pintores e poetas de vanguarda, como Luís E. Valcanvel, Uriel Garcia, Enrique Lopez Arbuja, Dora Mayer, Carlos Oquendo de Amat, Gamaliel Churarta, Emilio Romero, José Sabogal, Cesar Vallejo, entre tantos outros.

Contudo, sobretudo Mariátegui se nutre da própria realidade, mesmo que por sua limitação física não tenha podido percorrer nosso extenso território, em seu contato direto com o movimento indígena. Com esse fim recorre com avidez ao Primeiro Congresso Indígena, realizado em Lima, do qual se nutre de sua problemática. Além disso, em suas muitas conversas com líderes indígenas acolheu suas vivências e problemas. Em seus escritos se lembra de quanto o surpreendeu uma entrevista com o índio puñeno Ezequiel Urviola; de quem disse: "Era o índio revolucionário, um índio socialista."

As diversas imagens e apreciações que os pensadores de sua época tinham sobre o problema indígena foram rapidamente assimiladas pela *Amauta*, elaborando uma concepção articulada e coerente em cuja base sem dúvida está a questão econômica à qual se agregam os problemas de ordem cultural, lingüística, educacional etc.

**Visão mariateguista do problema indígena**

"Durante muitos anos a discriminação contra os índios atormentou a consciência dos setores mais inteligentes do país. Todavia, nossa sociedade não encontrou solução para o conflito e nossas classes dominantes por décadas usaram em seu benefício a semi-escravidão da população andina. Os índios – os vermelhos –, foram ignorados e escondidos por nosso país oficial como uma enfermidade secreta, apesar de serem maioria e de ter sido inconcebível o funcionamento de nossa economia sem eles", assinala com acerto o sociólogo Hector Bejar em seu estudo *Vigência e mudança: ensaiando uma interpretação de JCM*, 1994.

José de lá Riva Agüero, por sua vez, afirma ter havido um incaísmo oligárquico desde a colônia, parecido com as evocações da classe média intelectual ligada às famílias donas de províncias. Para eles a visão indigenista tinha

conteúdo paternalista, filantrópico e altruísta baseado no idealismo cristão que geralmente se usava para enfrentar o poder central.

Do ponto de vista dos intelectuais da direita liberal, os índios não tinham lugar no modelo da sociedade ocidental, industrialista que propugnavam. O indigenismo, mais do que tudo, era uma reação da sociedade provinciana, em parte um movimento romântico na promessa política; era um fenômeno de reação frente a Lima ao qual se opunha a importância da serra e dos índios contra os brancos crioulos e da costa. Era, pois, uma proposta fragmentária que colocava um segmento do Peru contra outro.

Mariátegui que, em suas próprias palavras, se propunha com todas as forças físicas e intelectuais "concorrer à realização do socialismo peruano", se esforçou para reorientar corretamente esse problema e assinalar o papel do movimento indígena na forja de um novo sujeito revolucionário para a mudança.

Para ele, a história peruana tinha um capítulo essencial na sociedade inca; aí reforça seu empenho em debater, expor – e apresentar alternativas – as posições dos adversários.

Não se trata, dizia ele, de trocar de retórica, nem de apelar às palavras altissonantes, mas sim de construir um projeto de transformação social, com perspectiva histórica.

Segundo Rodrigo Montoya, Mariátegui não era um indigenista, mas se deu conta da importância dos indigenistas na revalorização do componente indígena do Peru, no questionamento do poder dos latifundiários e na elaboração de um projeto político para o futuro do país. (Montoya, R. *O problema étnico e o socialismo na época de Mariátegui*, 1964)

Nessa lógica a *Amauta* combateu o indigenismo como tendência farisaica de quem pretendiam amparar, atrás dessas etiquetas, o seu caciquismo provinciano, instigar o ódio aos brancos e mestiços costenos e o chauvinismo agressivo e fascistizante.

Adverte como "se inicia a passagem do prejuízo da inferioridade da raça indígena ao extremo oposto: a criação de uma nova cultura americana será exclusivamente obra das forças raciais autóctones".

"Subscrever essa tese, *dizia ele*, significa cair no mais ingênuo e absurdo misticismo. Ao racismo dos que depreciavam o índio, porque acreditam na superioridade absoluta e permanente da raça branca, seria insensato e perigoso opor o racismo dos que superestimam o índio com fé messiânica em sua missão como raça no renascimento

americano". (Tese apresentada ao Congresso Sindical de Montevideu, 1929, apud Jorge del Prado, *Marxismo Criador nos Sete Ensaios de José Carlos Mariátegui*)

Mariátegui está, pois, muito longe do enfoque racial do problema do índio. A raça, dizia, por si só não é despertada, e nem o será, para o entendimento de uma idéia emancipadora. O que assegura sua emancipação é o dinamismo de uma economia e uma cultura que carregue em suas entranhas o germe do socialismo.

Del Prado, discípulo de Mariátegui, pergunta no artigo citado: "Sem os elementos materiais que cria a indústria moderna, ou se quiser o capitalismo, haveria a possibilidade de se esboçar o plano, a intenção (...) de um estado socialista?". E responde que o dinamismo dessa economia é que torna instável todas as relações, e que com as classes opõe as ideologias ao que torna factível a ressurreição indígena, fato decidido pelo fogo das forças econômicas, políticas, culturais, ideológicas etc e não de forças raciais.

Tal tese, em nosso conceito, explica o atual processo político latino-americano no qual o movimento indígena recobra seu protagonismo e começa a constituir-se em fator decisivo da mudança.

A afirmação marxista de que o capitalismo engendra sua própria destruição se confirma neste caso quando vemos que o capitalismo em sua etapa neoliberal com seus conflitos, com seus instrumentos próprios de exploração, empurra as massas pela via de suas reivindicações, impõe-nas a uma luta em que as capacita material e mentalmente para presidir uma nova ordem.

Isto explica como as atuais condições de exclusão e super-exploração impostas pelo capitalismo em sua fase neoliberal, sobretudo às grandes massas indígenas, impulsionam os povos à luta contra seus agressores.

Assim, Mariátegui depois de refutar as teses reacionárias que pretendiam solucionar o problema do índio pelas vias administrativas, policiais, jurídicas, religiosas, morais, raciais ou filogenéticas, suscita que "a questão indígena surge de nossa economia. Tem suas raízes no regime de propriedade da terra". (*Sete Ensaios*, 1928)

Contudo, é importante ter em conta que Mariátegui não se detém numa apreciação economicista do problema indígena. Ele assinala que as populações indígenas são objeto de uma

dupla opressão – de um lado, a exploração de classe e, de outro, a opressão nacional – ao se fazer valer contra eles uma secular discriminação racial, educacional, jurídica, política e cultural.

Esta tese mariateguista, de dupla opressão, se confirma no Peru quando em 1969, através da Reforma Agrária, a terra é entregue aos camponeses; contudo, deixando intactos os sistemas jurídico, político, educacional etc que, finalmente, terminaram conspirando contra a reforma agrária e a levando ao fracasso.

Nesse sentido, parece-nos necessário e vigorante resgatar a visão integral do problema do índio desenvolvida por Mariátegui, cuja contradição, como dizia a *Amauta*, somente poderá ser resolvida com o socialismo.

Como sabemos Mariátegui teve que enfrentar em sua época as críticas do APRA e em geral da intelectualidade pequeno-burguesa que qualificaram sua visão marxista sobre o problema indígena como uma proposta "exótica" e alheia a nossa realidade. Respondendo às



Festa das Flores, Diego Rivera. Los Angeles County Museum of Art.

críticas de Luís Alberto Sánchez, conhecido dirigente do APRA, assinala:

“Não me chame Luís Alberto Sánchez ‘nacionalista’, nem ‘indigenista’, nem ‘pseudo-indigenista’, pois para classificar-me não fazem falta esses termos. Chame-me simplesmente de socialista. Toda chave de minhas atitudes está nessa simples e explícita palavra”.

E completa: “O que afirmo por minha conta é que da confluência ou união de indigenismo e socialismo ninguém... pode se surpreender. O socialismo ordena e define as reivindicações das massas, da classe trabalhadora, e no Peru as massas, a classe trabalhadora, são a quarta quinta parte indígena. Nosso socialismo não seria, pois, peruano... a menos que se solidarize com as reivindicações indigenistas”.

Em resumo, o grande aporte de José Carlos Mariátegui foi ter dotado o movimento indígena de uma concepção verdadeiramente revolucionária e libertadora, e ter-lhe traçado um claro e definitivo horizonte socialista que, em nossa opinião, hoje é totalmente vigente.

Qual tem sido o destino das idéias de Mariátegui, em relação ao problema indígena?

Certamente a tempestade anunciada por Valcarcel não aconteceu. Não surgiram os Espártacos andinos, como afirma Rodrigo Montoya, nem houve “o incêndio” anunciado por Mariátegui.

Não que o movimento indígena tenha deixado de lutar,

mas ocorre que as lutas não foram articuladas em torno de um grande projeto nacional alternativo de orientação socialista, como o concebeu a *Amauta*.

Os militantes do Sendero Luminoso que se julgam continuadores do pensamento de Mariátegui, não consideram os indígenas como membros de grupos étnicos, mas sim como indivíduos dentro do rótulo de explorados ou dominados. Com essa prática, observa o citado Rodrigo Montoya, demonstram que em nenhum momento incorporaram em suas análises o componente étnico do Peru como um elemento estrutural.

A esperança indigenista de Mariátegui possivelmente tenha sido excessiva; todavia, não se equivocou na percepção da natureza e na solução do problema. Tanto é assim que no atual processo político da América Latina, e particularmente nos movimentos antiimperialistas e libertadores que se processam em países com alta população indígena como Bolívia, México, Equador, Peru etc, estes se inscrevem num horizonte socialista ou antiimperialista.

No Peru as lutas indígenas e camponesas pela terra, inspiradas no pensamento mariateguista e na ação do Partido Comunista, criaram as condições para a reforma agrária de 1969 que pôs fim ao (coronelismo) e ao latifúndio. Dez milhões de hectares de terras cultiváveis foram transferidas a camponeses, trabalhadores agrícolas, aos yanacona e a ex-empregados das fazendas, eliminando-se a classe dos grandes (coronéis). Contudo, o problema indígena não foi resolvido, as classes dominantes iniciaram a contra-reforma agrária e o neoliberalismo impulsionou a divisão das terras, sob o propósito de tornar empresário cada um dos camponeses.

Os resultados são nefastos, aumentou o minifúndio, a maioria dos parceiros perdeu suas terras, voltando à condição de assalariados agrícolas. Foi iniciado um processo de reconcentração da propriedade da terra – em grande parte nas mãos de transnacionais.

Portanto, está pendente a solução do problema de fundo, rela-



Três mulheres e uma criança, Diego Rivera. Coleção de Leo Eloesser.

cionada com o modelo de acumulação capitalista, excludente e super-exploradora.

### O movimento indígena e o sujeito revolucionário hoje

O sociólogo Carlos Franco, referindo-se a Mariátegui, diz: “O segredo de seu que fazer político consistia na estreita articulação dos sujeitos coletivos vendo-os como portadores do projeto nacional e socialista”. Para Mariátegui, a política “é a arte da confluência”, o socialismo, a democracia e a nação não se constroem de cima para baixo. Estes se constroem com o protagonismo da sociedade civil e dos diferentes sujeitos sociais que convergem no mesmo projeto histórico.

Essa ligação poderia ser conseguida por meio de um trabalho tenaz de educação política e autodidatismo.

Nessa direção Mariátegui propõe a necessidade de se atuar dentro dos movimentos sociais que surgiam na formação social peruana, para o qual seria preciso haver três grandes forças sociais que haviam de se vincular: o nascente movimento trabalhista, o movimento camponês, em todas as suas vertentes, e a intelectualidade progressista. A isso deveria se somar o movimento dos trabalhadores do setor de serviços, dos professores, das mulheres, da juventude – com ele se deveria constituir o “grande bloco nacional popular”.

Completando sua percepção do sujeito revolucionário enfatiza especialmente a forja da subjetividade revolucionária. Daí o seu empenho em formar consciência de classe no proletariado e no campesinato; divulgar as idéias socialistas; e gerar o mito da revolução, entendido como o sentimento e a paixão aos quais se entregam os lutadores revolucionários, até o sacrifício sem limites.

Nisso se percebe também uma singularidade do marxismo mariateguista que não deixou de surpreender certos marxistas ortodoxos, como a afirmação mariateguista relacionada ao “mito” da revolução que alguns crêem que Mariátegui tenha tomado de filósofos idealistas, como Sorel, Bergson e Unamuno, quando afirma: “O proletariado tem um mito: a Revolução Social (...) a força dos revolucionários não está em sua ciência, está em sua fé, em sua paixão, em sua vontade. É sua força religiosa, mística, espiritual; é a força do mito”. (José Carlos Mariátegui. *O Homem e o Mito*. 1925)

Contudo, distinguindo-se das posições idealistas, assinala: “Os marxistas não acreditamos que a empresa de criar uma nova ordem social, superior à ordem capitalista, seja incumbência de uma massa amorfa de párias e de oprimidos, guiadas por evangélicos, pregadores do

bem. A energia revolucionária do socialismo não se alimenta de compaixão nem de inveja. Na luta de classes, onde residem todos os elementos do sublime e do heróico de sua ascensão, o proletariado deve elevar-se a uma moral de produtores, muito distante e diferente da moral de escravos”. (José Carlos Mariátegui. *Defesa do Marxismo*. 1928)

### Os desafios do momento atual

Como sabemos, assistimos na América Latina a um processo de ressurgimento das lutas populares, que se avolumam frente ao fracasso do atual modelo neoliberal capitalista. Parafraseando Luís E. Valcarcel, diríamos que

## O neoliberalismo se empenha em aprofundar as contradições existentes entre partidos e movimentos sociais.

assistimos a uma tempestade nos Andes. Dizemos isto pelo protagonismo que adquire o movimento indígena nas lutas contra os regimes neoliberais, sendo o recente caso da Bolívia o mais emblemático.

Todavia, julgamos que no terreno ideológico e político enfrentamos uma ofensiva neoliberal com tendência a manter e aprofundar a divisão da esquerda peruana e do movimento social em geral. No caso peruano, e também em outros países, acreditamos que o neoliberalismo se empenha em aprofundar as contradições existentes entre partidos e movimentos sociais. Pretende estabelecer entre eles uma exclusão antagônica somente para favorecer aos interesses do neoliberalismo.

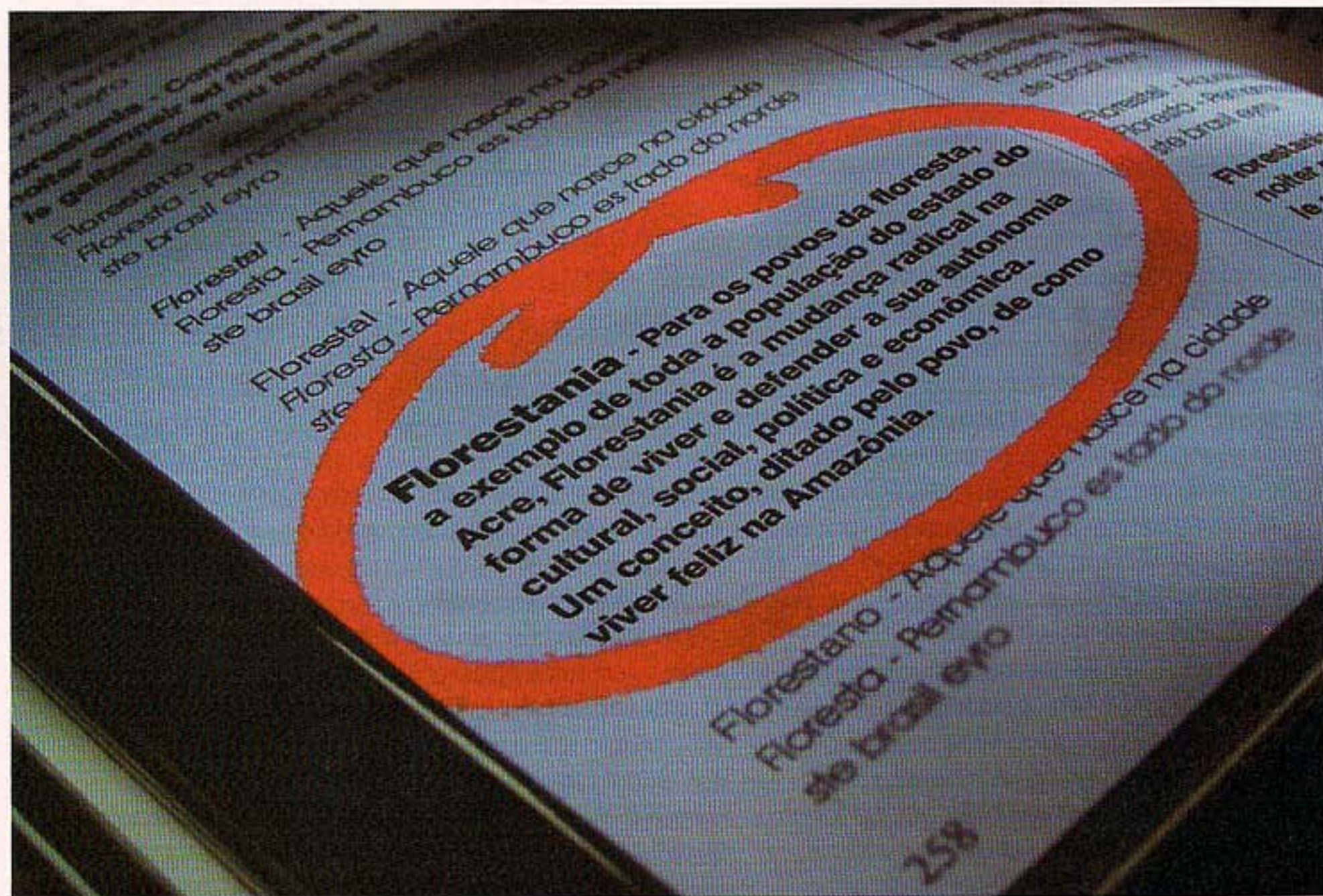
Ainda que pareça reiterativo, temos que insistir na unidade do campo popular como um imperativo de primeira ordem. Retomar a política como a arte da confluência e retomar a política da frente única antiimperialista, que Mariátegui nos legou, é o principal desafio do momento atual.

No Peru esse é o caminho que começamos a trilhar, certamente com dificuldades; mas, nele persistiremos porque estamos plenamente convencidos de que diante da atual estratégia de dominação imperialista, os povos não temos outro caminho exceto o da unidade mais ampla e conseqüente. 🍎

**Renan Raffo Muñoz** é secretário-geral do Partido Comunista Peruano. Este texto reproduz exposição apresentada ao III Seminário Político América Latina-Europa – Santiago (Chile, 9 a 11 de janeiro de 2004). Traduzido por Maria Lucília Ruy.

# Florestania

Os povos da floresta estão escrevendo um novo verbete.



**Florestania:** Para os Povos da Floresta, a exemplo de toda a população do estado do Acre, Florestania é a mudança radical na forma de viver e defender a sua autonomia cultural, social, Política e econômica. Um conceito, ditado pelo povo, de como viver feliz na Amazônia.

O povo e o Governo do Acre praticam esse conceito. Cuidando das pessoas, da terra e dos seus recursos, buscam o desenvolvimento pautado na cultura amazônica, na consciência ecológica e na economia sustentada.

O manejo florestal e o extrativismo se associam à inovação nos negócios, na indústria, agricultura familiar e pecuária em áreas já desmatadas. O zoneamento ecológico tem a adesão dos setores produtivos porque não é lei, mas um pacto com a sociedade. O respeito aos povos indígenas dita avançadas propostas de convivência e integração.

História, cultura, território, biodiversidade, tudo é cuidado para agregar qualidade à vida nas cidades, campos e aldeias, nas florestas e rios do Acre.





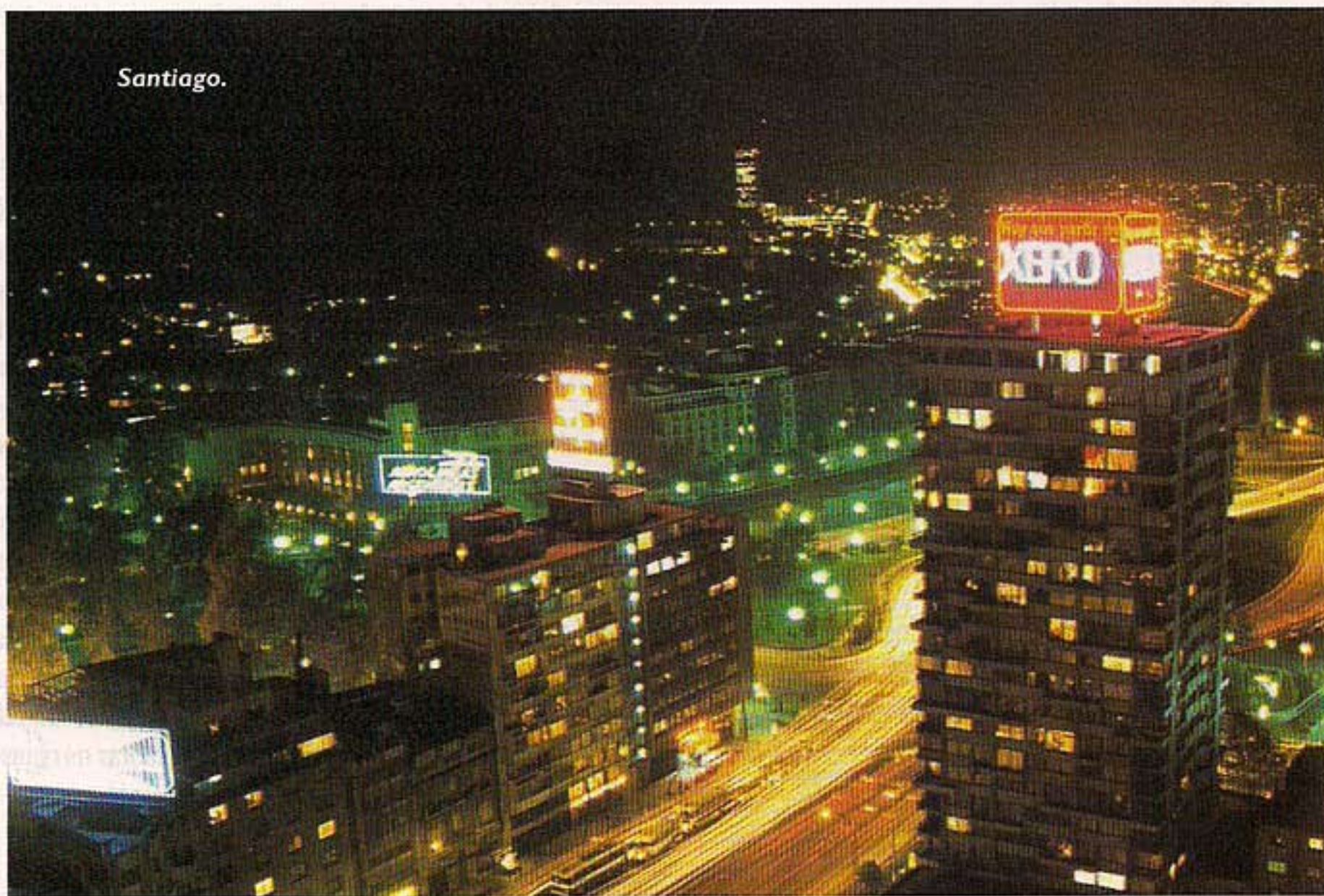
# O Tratado de Livre Comércio entre

# CHILE & EUA

José Cademartori

*Ao sucumbir à retórica da política norte-americana de "livre comércio", a direita e o governo chileno atual asseguram a impossibilidade da substituição do modelo neoliberal diante das obrigações assumidas pelo Chile e sob ameaças de represálias dos EUA*

Santiago.



O Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos se originou em 1994, quando Clinton – então presidente norte-americano – propôs a Frei a incorporação do Chile ao Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte). Isso nunca foi objetivo do governo chileno, apenas um “convite” ao qual não se podia recusar. A oposição de sindicatos e ambientalistas norte-americanos à ampliação do Nafta levou a Casa Branca a optar por um tratado bilateral. O fato de a economia chilena ter sido considerada a mais próxima do modelo norte-americano fez o TLC com o Chile ser impulsionado por transnacionais e políticos estadunidenses como um passo adiante em seu velho sonho de anexar as nações do continente. Ao obterem a ratificação chilena em dezembro de 2003 os Estados Unidos alcançaram três objetivos: a) avançar em sua disputa com os capitais europeus e asiáticos pela supremacia no continente; b) consagrar um caminho alternativo – os tratados bilaterais – caso fosse arruinada a Alca (Acordo de Livre Comércio das Américas); e c) bloquear a entrada do Chile ao Mercosul – o que poderia limitar a expansão norte-americana na região. A Casa Branca, com razão, qualificou o Acordo como um êxito “geopolítico”.

A estratégia econômica norte-americana para dominar o mundo é a imposição das regras de “livre comércio” internacional em todos os países. Em meados dos anos 1990 os Estados Unidos alcançaram dois grandes êxitos: a criação da Organização Mundial de Comércio (OMC) e do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Tlcan ou Nafta) com Canadá e México.

#### **Um antecedente importante: os efeitos do Nafta no México**

Para avaliar os efeitos do TLC entre Chile e Estados Unidos é necessário conhecer as conseqüências do Nafta no México.

Nesse país latino-americano a independência econômica, a fortaleza industrial e as condições de vida das grandes massas foram deterioradas. O país se tornou mais depen-

do PIB (Produto Interno Bruto) depois do Tratado ainda é muito inferior à sua taxa nos anos 1980. A crise da economia norte-americana iniciada em 2001 reduziu de imediato a taxa de crescimento mexicana. A expansão das empresas maquiladoras – a maioria delas sucursais de multinacionais – não significou um maior estímulo para as indústrias mexicanas, pois 98% das peças e componentes utilizados por elas, são importados dos Estados Unidos e de outros países, com as quais encaixavam os produtos que logo a estatística registra como “exportações mexicanas”. Na verdade, apenas 4% dessas exportações correspondem a empresas mexicanas. Entretanto – tal como se temia – a avalanche de produtos agropecuários norte-americanos fortemente subsidiados, está causando danos entre os camponeses e os pequenos e médios agricultores. Como resultado líquido dos primeiros oito anos do Tratado, deixou-se de cultivar 10 milhões de hectares e 6 milhões de camponeses emigraram. Evocando o fatídico capítulo 11 do Tratado, as multinacionais apresentaram petições contra o Estado nacional e os governos estaduais exigindo a anulação de normas ambientais e de outras regras ou o pagamento de fortes indenizações.

#### **O impacto do TLC sobre o comércio chileno de produtos**

Somente nove tipos de frutas frescas chilenas entraram nos Estados Unidos sem pagar tarifas. Antes do TLC esse pagamento era muito próximo a zero – o que significa que o Tratado outorga uma vantagem muito pequena. Outras espécies de frutas e algumas hortaliças; sumos e polpas de fruta; conservas e massas tiveram um prejuízo que perdurará por doze anos. Outros tipos, como abacate e alcachofras, para conseguir tarifa especial, foram submetidos a cotas. As esperanças da agroindústria, com seus produtos mais organizados e de maior valor agregado, foram frustradas. Os Estados Unidos manterão plenamente aplicados contra as exportações chilenas suas leis antidumping; os subsídios à sua agricultura; as “marketing orders” (leis de mercado) que discriminam por tamanho, cor e volume; e suas arbitrárias leis fitossanitárias.

Quanto às importações agropecuárias o Acordo faz concessões aos Estados Unidos, que podem significar graves prejuízos a diversos setores e zonas agrários. Segundo fontes norte-americanas ([www.ustr.gov](http://www.ustr.gov)), três quartas partes de sua extensa e variada produção entrarão livres de tarifas a partir do quarto ano de vigência do Tratado. Os funcionários norte-americanos se orgulham por terem obtido o compromisso de debilitar os controles

## **A Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) reconheceu que deixariam de ser semeados cerca de 150 mil hectares com trigo.**

dente dos Estados Unidos – a ponto de 74% das importações provirem do norte e 89% das exportações dependerem do mercado norte-americano. A taxa de crescimento

fitosanitários. De sua parte, os agricultores chilenos perderão um eficaz instrumento de defesa frente à competência desleal: o sistema de “faixas de preços” e o consequente poder de compra estatal para seus produtos. Devido à perda dessas garantias – somada à entrada sem tarifas do grão norte-americano – a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) reconheceu que deixariam de ser semeados cerca de 150 mil hectares com trigo, ou seja, quase 40% dos atuais. Torna-se impossível para os cultivadores locais competir com aqueles que recebem subsídios anuais de aproximadamente US\$ 55 milhões. Perdas semelhantes ocorrerão a milhares de plantadores de beterraba.

No setor manufatureiro, o Tratado outorga poucas franquias à produção chilena. São mencionados como êxitos excepcionais, o cobre em catodo e alguns tipos de produção têxtil e do vestuário. Neste último, poderiam ser geradas novas fontes de emprego. Todavia, em geral, os Estados Unidos não modificaram nada a favor do Chile, seu sistema geral de tarifas escalonadas, segundo o qual são mais altas quanto maior valor agregado o produto contiver – o que nos condena a limitar as exportações com baixo valor agregado.

Os norte-americanos festejam por terem obtido algo que a maioria dos países resiste em ceder. O ambicionado mercado nacional de compras governamentais, calculado em aproximadamente US\$ 3 milhões anuais, permanecerá aberto mediante novas regras que estabeleçam a renúncia do Estado chileno em dar preferência às ofertas provenientes de fabricantes nacionais. Segundo a Associação Nacional de Manufatureiros dos Estados Unidos, o Tratado lhes permitirá incrementar as vendas ao Chile em cerca de US\$ 800 milhões por ano, isto é, 25%. Aumento esse à custa de produção interna.

### **Serviços, tecnologias, capitais**

No comércio de serviços, as concessões outorgadas pelo Chile estabelecem um precedente negativo. A maioria das nações resiste em abrir esses mercados e os preserva para sua produção nacional. A informação de Washington destaca que o Tratado outorga facilidades para prover no Chile os serviços bancários e de seguro, de turismo, publicidade, assessorias, profissionais, de comércio eletrônico (livres de impostos como o IVA) e o comércio atacadista.

No crescente mercado da educação de adultos e de entretenimento, os norte-americanos se preparam para ingressar graças ao Acordo. Quanto à indústria cultural, segundo o representante dos produtores de

Hollywood, Jack Valentie, o Tratado é um “marco histórico no acesso ao mercado chileno de cinema, entretenimento e da cultura”.

Os funcionários norte-americanos mostram-se muito satisfeitos ao garantirem o direito de cobrar royalties, honorários, comissões ou preços de monopólio pelos produtos, patentes, marcas, segredos comerciais e serviços do qual, em nome do “direito de propriedade inte-

## **Os norte-americanos festejam por terem obtido algo que a maioria dos países resiste em ceder.**

lectual”, desfrutaram no Chile num monopólio de exploração. Uma das conseqüências por reforçar os direitos de patente é a alta nos preços de inúmeros medicamentos de “marca”, o desaparecimento e o fechamento de laboratórios nacionais que formam substitutos. De outra parte, enquanto no mundo se resiste ao uso de sementes e produtos transgênicos, as multinacionais norte-americanas obterão do Chile uma ampla liberdade para introduzi-los.

Em matéria de inversão de capitais estrangeiros, o Chile renunciou a utilizar o rendimento, aplicável à entrada de capitais de curto prazo, mecanismo de provada eficácia para enfrentar os movimentos especulativos. O Tratado autoriza o Chile a utilizá-lo somente por um ano, não preventivamente, salvo em caso de “catástrofe” (para a qual já seria inútil), e sempre que não “dificultar seriamente” a saída de capitais – neste caso os inversionistas norte-americanos teriam direito a pesadas indenizações. Incluem-se entre as concessões chilenas o compromisso de “controlar e regular” suas empresas estatais (Codelco, Enap, Banco do Estado, Correios etc), que deverão ter cuidado para “não prejudicar” os interesses das companhias norte-americanas. Caso contrário, os estadunidenses poderiam exigir indenizações.

### **Regulações meio-ambientais, trabalhistas e solução de controvérsias**

Em matéria de meio ambiente, o respeito às convenções internacionais, estabelecendo sanções especiais em caso de violação dessas normas não ocorreu devido à oposição conjunta das transnacionais e de ambos os governos. Em matéria de direitos trabalhistas, o Acordo nem sequer estabelece medidas para exigir e sancionar das empresas exportadoras, ou importadoras, que vio-

lam as normas básicas estabelecidas nos Convênios da OIT. Essa demanda foi repelida pelos negociadores de ambos os lados. Com relação a isso é preciso recordar que a maioria das convenções da OIT sobre direito de formar sindicatos, negociação coletiva e direito à greve, nunca foi ratificada pelos Estados Unidos. A MacDonald's, uma das maiores empregadoras no Chile e no mundo, se vangloria por não aceitar sindicatos em seus estabelecimentos.

Em matéria de "solução de controvérsias", os Estados Unidos deram um passo a mais em sua política de se eximir da legislação nacional e da jurisdição dos tribunais chilenos. Para cada controvérsia será formado um Painel internacional de três partes – uma para cada lado e uma terceira designada de comum acordo. As multinacionais então recorrerão à exigência do pagamento de indenizações.

Em resumo, os resultados previsíveis serão:

1. A maior presença de produtos, serviços, capitais e tecnologia norte-americanos será no tolhimento do desenvolvimento de uma equilibrada relação com outros blocos comerciais e regionais. O TLC dificultará a participação do Chile no Mercosul, no pacto comercial maior dentro do continente.

Prejudicará a integração com a América Latina e o Caribe, que é nosso espaço natural, histórico, geográfico e político.

2. Fortes limitações são impostas à capacidade do Estado para exercer soberania nos âmbitos econômico e social. Entre as políticas que serão restritas estão a capacidade de estabelecer ou modificar tributos, a política monetária e creditícia, a regulação do mercado de divisas e a balança de capitais, as ajudas e subsídios para desenvolvimento e proteção de setores prejudicados pela globalização capitalista, o desenvolvimento das empresas estatais, a regulação do meio ambiente e da legislação trabalhista.

3. A desigualdade básica do Tratado procedente do fato de uma das Partes ser a primeira potência mundial e a outra um pequeno país em desenvolvimento não apenas não é atenuada como ainda – ao longo deste texto – se observam maiores vantagens para a grande potência. Uma outra delas é a definição geral dos territórios, dentro daqueles a que se aplica o Tratado. Enquanto os Estados Unidos excluem expressamente seu espaço aéreo e seu mar territorial, o Chile os inclui, agregando sua exclusiva zona econômica e sua plataforma continental. Uma outra se refere aos salvo-condutos que os Estados Unidos poderão aplicar sobre 52 produtos importantes para o Chile,

como frutas, hortaliças e seus derivados, enquanto o Chile só pode aplicá-las para 15 produtos: carnes de mamíferos primatas e répteis que no Chile não existem a não ser em zoológicos.

4. As severas limitações impostas pelo Tratado ao Chile foram resumidas pelo Prêmio Nobel de Economia, Joseph Stiglitz. Segundo ele, "o Chile não obteve acesso real aos mercados norte-americanos (...) sua capacidade de administrar a estabilidade está sendo menosprezada (...) e os inversores estrangeiros no Chile têm mais direitos que os inversores chilenos". (*El Mercurio*, dezembro de 2003).

As disposições do Tratado se contrapõem a diversas leis chilenas e tornam abertamente vulneráveis princípios constitucionais. Entre eles o estabelecido no item 22 do art. 19 que proíbe a discriminação no trato do Estado em matérias econômicas, por exemplo favoráveis a inversionistas estrangeiros no tolhimento do desenvolvimento dos nacionais; o estabelecido no item 8 do art. 19 referente ao dever do Estado de assegurar o direito de viver num meio livre de contaminação que poderia ser anulado por exigências de inversionistas estrangeiros aceitas por tribunais estrangeiros; os artigos 5º, 73 e 79, segundo os quais os bens situados no Chile – ainda que pertençam a estrangeiros – deverão obrigatoriamente ser submetidos a leis e tribunais chilenos.

### A euforia dos submissos

Uma das razões para proclamar essa euforia – expressa por políticos de direita e da Concertação – é o fato de o TLC com os Estados Unidos tornar mais difícil para qualquer governo chileno futuro a mudança do sistema econômico interno. Asseguram que para sair do modelo neoliberal seria impossível pelas novas obrigações que o Chile contraiu e pelas supostas represálias norte-americanas que sobreviriam caso fossem anuladas.

Todavia, pode-se também fazer uma outra reflexão. Se nos ativermos às lições da história, sabemos que nenhuma potência imperial – que imponha tratados injustos e desiguais a cidadãos de outro país – pode impedir que uma nação ofendida em seus interesses mais vitais, cedo ou tarde se livre dessas ataduras por meios que podem ser mais radicais quanto maiores sejam os prejuízos impostos à sua dignidade. ☹

**José Cademartori** é membro da direção do Partido Comunista do Chile. Tradução de Maria Lucília Ruy.

# URUGUAI

agora é a vez do

# POVO

Marina Arismendi

*A Frente Ampla – que pode vencer as próximas eleições presidenciais – é a unidade na diversidade. Nasceu como uma necessidade das lutas do povo, agrupando diferentes princípios políticos, ideológicos, religiosos e objetivos estratégicos; tudo isso, todavia, sobre a base de um programa comum*

**E**m outubro deste ano o povo uruguaio estará em condições de concretizar os sonhos, aspirações e combates de gerações de lutadores e organizações sociais, conquistando o governo nacional.

Tais condições – que fomos capazes de criar – se materializarão na medida em que trabalharmos de modo ousado, inteligente e abnegado para conquistar o objetivo desta etapa. Insistiremos obstinadamente nessa **conquista** porque temos muito claro que nunca ninguém deu nada de graça aos povos e, como afirmava nosso eminente José Artigas, “não podemos esperar algo a não ser de nós mesmos”.

Chegamos a este momento decisivo na vida do país porque antes de nós houve quem soube perscrutar o caminho, trabalhando planejadamente para construir os instrumentos de unidade, sem os quais seria impossível a forja de uma perspectiva transformadora. Portanto, aqueles primeiros sindicatos formados por trabalhadores emigrantes – em sua maioria homens, que chegaram no Uruguai no final do século XIX com idéias de forte estampa anarquista – foram sendo consolidados, superando em meio às lutas reivindicativas e ao debate ideológico permanente a desunião e os enfrentamentos, a pelegagem sindical. Em meados dos anos 1960, eles organizaram a

Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT).

A consigna Unidade, Solidariedade e Luta – lema que define a Central Única – foi se desenvolvendo no seio do povo, num marco de alianças com os movimentos estudantis e as classes médias até conseguir, hoje, juntar – em torno de uma plataforma de soluções para o país – empresários da agroindústria, da agropecuária, do pequeno, médio e grande comércio nacional agredidos duramente pela estratégia neoliberal, aplicada de modo brutal pelos governos de turno.

Nosso Partido Comunista, impulsor de primeira linha desse processo – conformação, desenvolvimento e defesa da unidade da classe operária, dos assalariados e dos trabalhadores em geral –, bem como, nesta etapa, da construção de acordos e alianças com a chamada Concertação para o Crescimento – que agrupa diversas agremiações dos setores empresariais da cidade e do campo acima mencionados – soube descrever a perspectiva da unidade política.

Em meados dos anos 1950 convoca a unidade de ação socialista-comunista que, se não se realiza ao menos concretiza as duas primeiras experiências unitárias no país: a União Popular, constituída pelo PS e seus aliados; e a Frente Esquerda de Libertação, Lista 1001, na qual, nós, comunistas, entramos em acordo em torno de um programa estraté-

gico com setores e personalidades desligados dos chamados partidos tradicionais. Nossa experiência unitária – da 1001, como é conhecida popularmente – teve um importante avanço, demonstrando no plano eleitoral de então que a unidade devia ocorrer sem exclusões. De modo mais explícito: a unidade com os comunistas não amedrontava a não ser que progredisse até um instrumento maior.

Fomos capazes de compreender – e fazer compreender – a necessidade de alcançar no plano político a unidade que se formou nas ruas, nas lutas por liberdades, democracia, reivindicações trabalhistas; em defesa da escola pública e da universidade da República; no enfrentamento aos prolegômenos da ditadura que, sob o governo de uma personagem de triste memória – Jorge Pacheco Areco –, implantou medidas de segurança, prendeu dirigentes sindicais e assassinou estudantes.

Para nosso Partido, o golpe de Estado de 27 de junho de 1973 é típico de uma ditadura fascista, isto é, ditadura do capital financeiro que, para alcançar seus objetivos, arrasa a ferro e fogo tudo o que seja movimento popular organizado. Diferentemente das tentativas de esconder a memória histórica, por parte do bloco dominante no poder, e, lamentavelmente, de certos setores da esquerda, não foi uma “guerra” entre a guerrilha (liquidada no momento do golpe), de um lado, e as Forças Armadas, de outro. Tratava-se de um enfrentamento entre o monopólio do capital financeiro e o imperialismo ianque, impulsionador das ditaduras do Cone Sul.

O povo uruguaio, com sua Central de Trabalhadores (CNT) à frente, responde ao golpe com uma greve geral de 15 dias que paralisou o país e, determinando que a ditadura já nascesse ferida de morte – conforme análise do nosso Partido – por não poder contar em nenhum momento com o respaldo popular. Do nosso ponto de vista, ao caracterizá-la como fascista – questão que em seu momento atravessou o próprio Movimento Comunista – afirmamos que, pelo menos no Uruguai, o traço com que nos distinguíamos como um partido de massas que a respaldava, foi protagonizado pelas Forças Armadas.

Essa caracterização determinou as tarefas do momento: unir, fazer convergir todos(as) os(as) uruguaio(as) democráticos(as) contra a ditadura. Tratava-se de alcançar a maior amplitude possível para derrotar o fascismo e, depois, chegar às condições para uma autêntica saída democrática de modo que até mesmo os “espinhos envenenados do fascismo” (definição do PCU), cravados nesse processo de saída democrática, fossem totalmente destruídos. Nesse marco se inscreve a derrota da direita no plebiscito organizado pelos ditadores, em 1980, o chamado “rio de liberdade” – manifestação que atravessou as ruas da capital, unin-

do os mais amplos setores sociais e políticos.

Mesmo com milhares de assassinados sob tortura, desaparecidos e aprisionados a Central de Trabalhadores foi capaz de permanecer unida, ligando o Plenário Intersindical de Trabalhadores – com jovens sindicalistas – o PIT, ao velho e combativo tronco da CNT. Assim, o atual PIT-CNT continua sendo a única central que – em outras condições de desemprego aberto, ou camuflado, pelo trabalho “informal”; fragmentação dos setores de atividade; desaparecimento das grandes concentrações de trabalhadores – continua o processo de lutas por salário e emprego, saúde, educação, moradia, em defesa das leis trabalhistas conquistadas e hoje violadas sistematicamente. E elabora um programa para propor, a partir de agora, o possível futuro governo da Frente Ampla, com seus aliados do Encontro Progressista e do Novo Espaço (setor público recentemente definido por nosso projeto).

A Frente Ampla, proscrita, com seus principais dirigentes presos, clandestinos ou exilados, sofreu, além disso, um embate ideológico por parte daqueles que sustentavam que esta deveria desaparecer para serem formadas aglutinações que, quiçá poderiam ser mais amplas perdendo a profundidade de seu programa e princípios constitutivos de 1971. A FA, peculiar criação do nosso povo, se caracteriza, entre outras coisas, por ser ao mesmo tempo uma coalizão de partidos e setores políticos diferentes e um movimento – com comitês de base em cada bairro, povoado, localidade.

Os frenteamplistas fundam suas raízes na realidade concreta, com veios comunicantes e ao mesmo tempo – apesar de a recriarem – portadores da estratégia geral da Frente. Essa característica não é perfeita nem irremovível, depende do debate ideológico permanente, de suas correlações internas, de concepções que compreendem a condução apenas em nível de acordo de partidos, ou daqueles que, a partir de uma base democratista renegam as mal-chamadas “cúpulas”, sem perceber – uns e outros – que a FA, **coalizão e movimento, movimento e coalizão**, é uma das chaves de seu crescimento e desenvolvimento, onde estes dois elementos se corrigem e enriquecem um ao outro.

A Frente Ampla é a unidade na diversidade. Nasceu como uma necessidade das lutas do povo, agrupando diferentes princípios políticos, ideológicos, religiosos e vários níveis de objetivos estratégicos; tudo isso, todavia, sobre a base de um programa comum, traços políticos comuns – aos quais se chega em debates democráticos – e de complexas estruturas de decisão, de difícil compreensão para um leitor alheio a seu funcionamento. Mas, funciona. Discutimos ardorosamente, nos enfrentamos em temas de fundo, mas

resolvemos democraticamente e, como parte das regras e muito mais do espírito frenteamplista, vamos (também com dificuldades) à luta.

Isto acontece assim há 33 anos. Em grossa análise da grande história podemos dizer que soubemos cumprir as tarefas que nos propusemos. Conquistamos o governo da capital, Montevideu, já em três oportunidades. E cada vez mais, para os que sustentam que a esquerda é incapaz de governar, obtemos apoio popular, avançamos (não sem dificuldades e nem tão profundamente como gostaríamos) no processo de descentralização política – eixo de nosso governo –, que abre caminho para uma verdadeira participação popular. Devido às peculiaridades macrocefálicas de nosso pequeno país, estamos governando com – e para – a metade dos uruguaios há aproximadamente 15 anos.

Lutamos para defender o patrimônio nacional, as empresas públicas, estratégicas, impedindo em 2003 a venda de nossa refinadora de combustíveis, com um formidável pronunciamento popular. Obtivemos isso porque – para que a lei de entrega pudesse passar por plebiscito – rastreamos o país, pessoa por pessoa, para conseguir 700 mil assinaturas. Depois, na eleição obrigatória, aproximadamente 60% dos cidadãos votaram SIM à alteração da lei.

Dessa forma concebemos a conquista do governo. Este é um ano de duras batalhas, conflitos trabalhistas diversos, fome que alcança dimensões nunca antes conhecidas no Uruguai. Entendemos – como PCU, como Lista 1001 dentro da Frente – que chegaremos ao governo se formos capazes de organizar e mobilizar as grandes maiorias nacionais em torno de um programa que, sendo nosso, devemos desenvolvê-lo, corrigi-lo se necessário e defendê-lo no momento de sua realização.

Conquistaremos o governo convidando ao voto, sem dúvida alguma, já que então permanecem cristalizados o Parlamento e nossa participação nos dois âmbitos; contudo, e fundamentalmente, se conquistarmos milhares de pessoas nas organizações sindicais, sociais, nos comitês de base fortalecidos, para serem **partícipes** do governo popular.

Para os comunistas uruguaios, a profundidade que o governo da Frente Ampla-Encontro Progressista for capaz de conseguir com nosso apoio – que implica simultaneamente no estímulo para o cumprimento do programa, na defesa face àqueles que não nos abrirão caminho à medida que seus interesses de classe, e pessoais, estejam em jogo –, é parte de uma idéia desenvolvida há tempos: defesa, avanço e aprofundamento da democracia, sinal de um processo que alcance o que denominamos nossa via de aproximação ao socialismo – a Democracia Avançada.

Isso é parte de uma acurada análise do PCU durante déca-

das que foi posta em tela no estouro da crise do partido em 1992, por aqueles que reduziam a idéia de Democracia Avançada ao institucional sem abranger a complexidade de um processo que implica necessariamente no fortalecimento do tecido social e sua inter-relação com o político, bem como na capacidade de descobrir caminhos de autêntica participação, onde o povo assumira a direção do seu destino.

Diante da crise dos Partidos Comunistas do mundo e da derrota da experiência socialista do Leste europeu, os comunistas uruguaios – depois de reafirmarmos nossa condição enquanto tais, no II Congresso Extraordinário de 1992 –, estabelecemos que, nas novas condições internacionais, continua válida a estratégia que o PCU havia delineado – resumida no parágrafo anterior.

Após alguns anos, durante a reconstrução de nosso partido, a profunda inserção no seio das massas e em nosso papel na Frente, o fazíamos traçando um perfil de uma resposta afirmativa: continuava válido o caminho para uma Democracia Avançada, ao mesmo tempo em que se dava a possibilidade do governo, ligando as lutas em todos os planos com os povos e possíveis governos da região.

Desse modo, saudamos e analisamos com profundo interesse os avanços do povo da Venezuela, as transformações de seu governo; os movimentos multicoloridos do continente; a heróica e digna resposta de Cuba; e festejamos com emoção e esperança o governo do presidente Lula e seus aliados. O Partido Comunista do Uruguai observa atentamente a elaboração teórica e a atuação do PC do Brasil, bem como nos enriquecemos com cada balanço e opinião com que nos brindam – não para copiar mecanicamente, mas para aprender com uma experiência que nos adverte sobre as tarefas que teremos daqui para frente.

A integração de povos e governo, com um olhar latino-americanista, antiimperialista, em benefício de um desenvolvimento produtivo de nossos países no marco de avanços substanciais da justiça social, preside nosso trabalho e o desenvolvimento de nosso pensamento. Do mesmo modo, valorizamos altamente a possibilidade de comemorarmos nossas experiências, sabendo que cada país possui sua história, suas características e que, em torno de um objetivo final comum, são muitos os matizes, as alternativas, os êxitos que cada um é, e será, capaz de concretizar.

Diante dos novos ventos que atravessam nosso continente, em meio à luta por paz e solidariedade, nos comprometemos em obter um vendaval que arraste os sofrimentos e penúrias da humanidade. 🍀

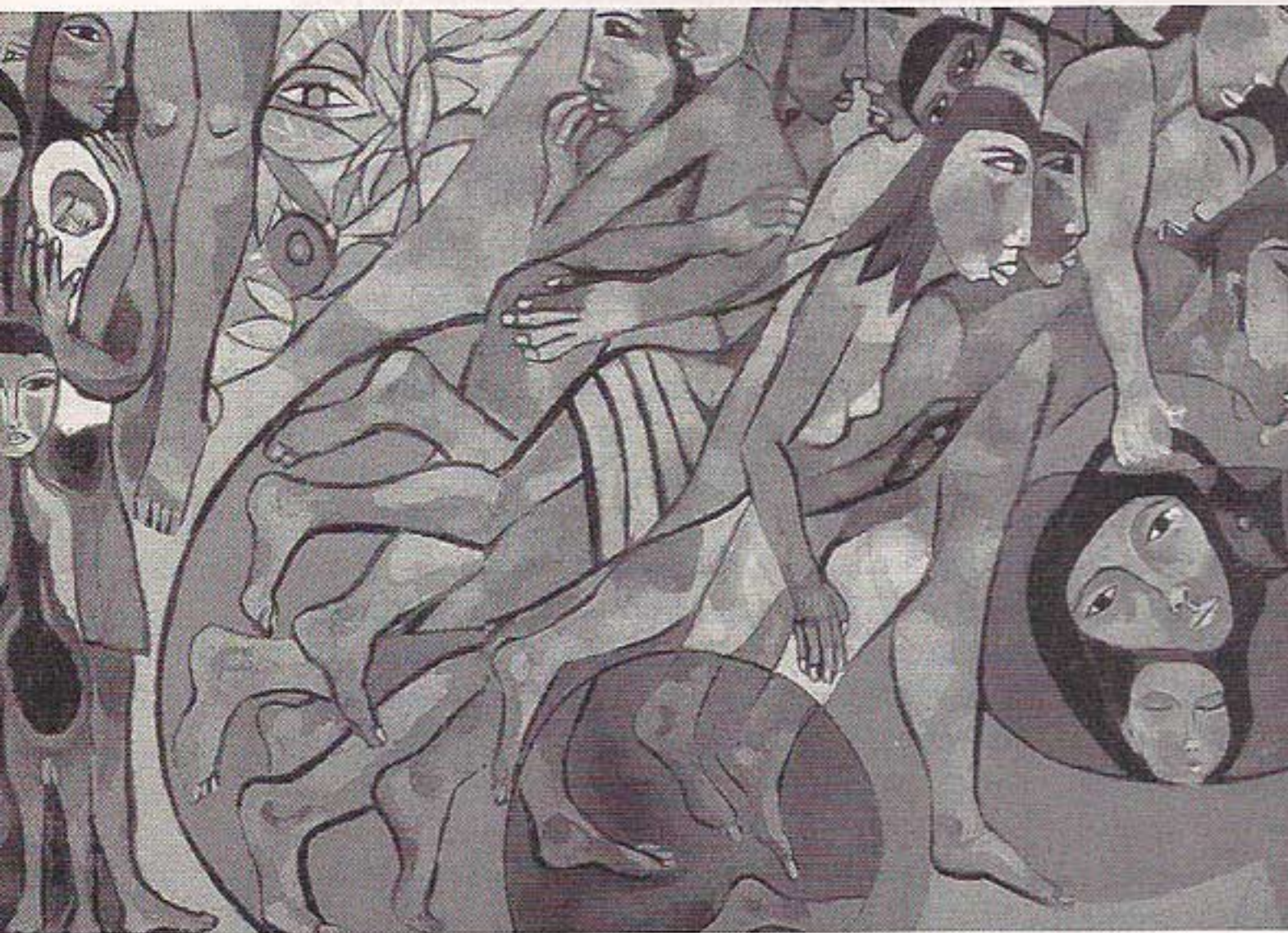
**Marina Arismendi** é secretária-geral do Partido Comunista do Uruguai.  
Tradução de Maria Lucilia Ruy.

# BOLÍVIA

## Lições da insurreição popular de outubro

Marcos Domich

*A insurreição boliviana de setembro-outubro de 2003 além de levar à renúncia um presidente entreguista obteve conquistas como a recente convocação de uma Assembléia Constituinte. Publicamos um artigo de Marcos Domich, secretário-geral do Partido Comunista da Bolívia, que apresenta uma viva análise daquela histórica insurreição*



Grito de los Excluidos, Gustavo Pavel e Uez.

Os acontecimentos de setembro e outubro de 2003 já estão inscritos na história de Bolívia com traços indelévels. A historiografia atual, para dar-lhes a valorização adequada – historicamente falando – exigiria um certo distanciamento do tempo. Contudo, os tempos políticos bolivianos exigem ser valorizados mais rapidamente, sobretudo se pensarmos que em outubro a história não acabou nem Carlos Mesa é o último mandatário. Haverá novos governos e novos personagens preparados por processos políticos até que se chegue a uma radical transformação da sociedade boliviana. Esta, não pode permanecer paralisada neste sistema capitalista injusto, explorador e excludente da maioria esmagadora.



dora de sua própria gente. E nem a Bolívia pode continuar sendo uma republiqueta à mercê do imperialismo e suas transnacionais.

Primeiramente deve-se apreciar em que consistiu o terremoto social de outubro – que derrubou um presidente eleito de acordo com as regras demoburguesas e que contava com respaldo de todas as “cartas democráticas” da OEA e de outras agências submissas ao império; apesar do respaldo incondicional do Departamento de Estado, através de sua embaixada em La Paz. Um traço sobressalente é que as massas estavam nas ruas combatendo, com a inquebrantável decisão de alcançar seus objetivos que, nos últimos dias da convulsão, foram concentrados num só: derrubar Sanchez de Lozada.

Essa eclosão social teve vários nomes: levante, sublevação, rebelião, insurreição, revolução e até manifestação estrondosa, revolta, agitação. Obviamente, os últimos termos são totalmente impróprios. Portanto, é evidente a necessidade de uma precisão do termo para saber do que estamos falando e da definição, de acordo com isso, de uma conduta política correta.

Todos os elementos presentes nessa mobilização permitem que se fale com maior pertinência de uma rebelião ou insurreição, em qualquer caso, popular. Poderia até ser utilizado o termo revolução. Os bolcheviques o utilizaram para definir os acontecimentos de 1905 que não obtiveram a queda do czarismo nem modificaram a super-estrutura e nem, muito menos, a estrutura da Rússia de então. Com eles, estreou, isto sim, uma forma de poder político: os soviets. Poderíamos, ainda, citar os exemplos que a história registra nos clássicos do marxismo, como as revoluções de 1830 e 1848 em Alemanha, França etc. Todavia, antes de qualquer um deles – ninguém discute – há o da primeira revolução proletária: a Comuna de Paris de 1870, onde, inequivocamente, uma classe substitui outra no domínio da sociedade – principal sintoma de uma revolução política.

Com vistas ao estouro social de outubro preferimos o conceito de insurreição por corresponder muito mais ao conteúdo e aos objetivos das forças sociais e políticas que, nesse caso, questionam uma determinada conformação do poder político. Corresponde, igualmente, tanto à memória histórica das massas bolivianas quanto ao estado e disposição da consciência social numa determinada conjuntura. Noutras palavras, a insurreição – quando o questionamento pertence ao povo oprimido e explorado – é o conjunto de ações e movimentos, armados ou não, das classes e massas populares para derrubar um governo (às vezes somente um presidente e sua equipe) e com isso tentar pôr fim a um modo de governo contrário aos interesses e idéias dos insurretos. Por

consequente, a Insurreição de Outubro não admite nenhum outro qualificativo, a não ser o de Popular. Chamá-la de frustrada, inconclusa e até de atraçoada não contribui para esclarecer nada. Pelo contrário, pode predispor, prematuramente, para atitudes inadequadas ou para a formação de juízos que não têm nada a ver com a realidade.

Para realizar uma insurreição se requer um marco social e político que não pode ser definido de outra maneira que não seja como uma situação revolucionária. Numa definição ligeira, ela se dá quando: a) os de baixo já não querem continuar na situação em que estão vivendo até aquele momento e os de cima já não podem continuar mandando como sempre o fizeram. São traços da situação revolucionária, quando: b) se apresenta uma extrema agudização dos sofrimentos e necessidades insatisfeitas, sobretudo das massas populares; e c) uma notável elevação da atividade política das massas (greves, paralisações, marchas, manifestações, comícios, bloqueios etc) que envolve paulatinamente setores habitualmente passivos ou desinteressados.

A situação revolucionária é um fenômeno político complexo que abrange aspectos objetivos e subjetivos. São objetivos, sobretudo, os acima mencionados. Os subjetivos se referem, fundamentalmente, aos graus de disposição e à preparação (orgânica e articulada) das classes progressistas e forças revolucionárias. A disposição é um elemento subjetivo, do âmbito da psicologia e, no caso que tratamos, da psicologia coletiva. Contém, sobretudo, elementos volitivos e afetivos; em outras palavras, são próprios da situação revolucionária a vontade de lutar e a coragem para enfrentar o adversário em qualquer circunstância. Essa disposição inabalável se apoderou das massas. Faltou organização e articulação do centro dirigente; os principais líderes atuaram por outros juízos. Por sua psicologia e concepção, não demonstraram predisposição de trabalhar em conjunto; prevalecia, pelo contrário, um indissimulado afã de protagonismo individualista. Este defeito esteve presente ao longo de todo o processo insurrecional. Os três núcleos dirigentes – Malku Quispe, na Rádio San Gabriel de El Alto; Evo Morales e o MAS em Cochabamba; e COB, com Jaime Solares à frente – praticavam, o que, com a melhor boa vontade, se pode denominar uma competição por jogar o papel de vanguarda dirigente. Nunca se chegou a uma concordância que satisfaça os requisitos da batalha popular. O mais reticente foi Felipe Quispe e o menos concentrado, Jaime Solares. Ao fim e ao cabo, cada um deles refletia sua formação pessoal e sua inserção classista.

Nesta análise é imprescindível sublinhar a atividade da COB ao jogar papel de articuladora, ignorando as omissões. Depois do histórico Amplo de Huanuni (17-09-03), com a decisão de participar nas manifestações do 19 e formular a

consigna principal do movimento: “a saída de Sanchez de Lozada”, a COB, por meio de greve geral por tempo indeterminado, unificou nacionalmente o protesto. Longínquos centros mineiros, bem como outros pontos dos vales e do oriente, se somaram ao movimento convocado pela COB – demonstrando o restabelecimento de sua imagem. Contudo, nem as articulações, nem as convocatórias – quem quer que seja que as tenha feito – superaram a enorme espontaneidade e improvisação ocorridas quando as massas insurretas foram acionadas. O final vitorioso foi permitido, na verdade, por uma convergência imposta de fato pelo ritmo e a orientação geral da luta nas ruas. Pode-se afirmar que as massas não prestaram atenção em quem orientava as mobilizações – só lhes interessava alcançar os objetivos que haviam fixado.

Outra problematização, ainda, é necessária: no início da luta havia muitos objetivos e consignas; porém, conforme avançava o processo e a crise amadurecia as consignas foram se condensando. Se na fase inicial predominaram as que se referiam a temas relativamente concretos, com um acento muito setorial ou regional, no período de resolução da crise as consignas políticas se impuseram com alto grau de abstração (propriedade do gás, sua industrialização; Alca etc) para serem arrematadas numa só: a renúncia de Sanchez de Lozada. Um elemento que jogou papel catalisador do movimento foi a ação premeditada do governo que buscou, primeiro, desgastá-lo (“podem marchar dois meses!”) e, depois, simplesmente esmagá-lo a sangue e fogo (“há que se meter bala!”). As mortes de Warista, Ventilla e, sobretudo o massacre de 11 e 12 em El Alto (em dois dias cerca de 50 mortos), fizeram transbordar a fúria popular. A brutalidade não os amedrontou, os encorajou.

Como todo processo social, a insurreição possui premissas, marcos e regularidades indissimuláveis. Os que a buscam conscientemente devem ter a habilidade de saber detectá-los com oportunidade e ponderação. A premissa principal é que deve haver um nível crítico de consciência política refletido na assimilação, pelas massas, da necessidade de se oporem e modificar as políticas imperantes; identificar seus autores e executores e tomar consciência de que os procedimentos de solução que estabelecem os detentores de poder não apenas são não permanentes como também são ardilosos (diálogos, mesas redondas, acordos setoriais etc). Na Bolívia opor-se ao neoliberalismo e assinalar o seu caráter nocivo para o país e o povo, em 1985, era domínio de alguns. Em 1996, embora tivesse aumentado a consciência e a quantidade de pessoas que se opunham à privatização das empresas estatais estratégicas, sua força foi insuficiente para derrotar os planos de Sanchez de Lozada. A frente formada por este era extensa e sólida. Contava com o apoio da

oposição – oposição dentro do próprio esquema político e que não questiona de substancial (ADN, MIR).

Um dos problemas, que se repete com maior frequência, é que sobre a base do terreno demonstrado, a insurreição começa com ações espontâneas que surgem aqui e ali sem que nenhum centro as organize. Isso confirmou o Outubro boliviano e não é nenhuma novidade – aconteceu antes na história dos confrontos sociais bolivianos. Depois das ações espontâneas, o movimento vai se incorporando a novos contingentes e se organiza, sobretudo com ações solidárias. É notável a participação de certos setores territoriais, sobretudo na cidade de El Alto e nas conhecidas ladeiras da cidade de La Paz. O elemento humano dessas áreas tem uma dupla característica: primeiro, são pessoas de poucos recursos, a massa da pobreza, e o seu modo de vida os coloca, de maneira genérica, entre os trabalhadores (operários, uma ampla gama de assalariados – por exemplo, professores, funcionários públicos); pessoas de muitos ofícios, artesãos e outros, até assalariados das classes médias. São trabalhadores e pobres e, ao mesmo tempo, têm uma referência nacional-étnica: são aimará na sua maioria. Um problema não resolvido é saber em que grau a referência (complexa categoria predominantemente objetiva) é assumida pelas pessoas e os grupos, sobretudo primários, como identidade (categoria da subjetividade individual e grupal) numa formação social como a boliviana.

A partir de muitos fatos, concluímos que a condição social é assumida sobre a base da identidade nacional-étnica. Contudo, é preciso levar em consideração a diversidade de situações dos indivíduos e grupos que influem de diferentes maneiras sobre o desenvolvimento e a organização dessas complexas formações sócio-psicológicas. São maneiras diferentes, conforme transcorram esses processos no campo e na cidade. Nas regiões nacional-étnicas de maior homogeneidade, como acontece no campo, o processo de formação da auto-identidade ocorre com maior facilidade. Na cidade, ao contrário, o ser social (no conceito de Marx) é mais complexo, tanto pela composição nacional-étnica quanto pela variedade da formação sócio-econômica. Em todo caso, o estabelecimento da identidade nacional-étnica, como a formação da consciência de classe não tem sólidas sustentações, nem materiais nem ideológicas, como para gerar no sujeito, política e socialmente ativo, disjuntivas torturantes. A partir de qualquer uma de suas situações a sua luta aponta para os mesmos objetivos, seja a partir do sindicato e de outras organizações sociais, ou a partir daquelas que tiveram uma referência nacional-étnica. O que interessa

é o resultado final: predominou o conteúdo social, adotando uma forma patriótica. Em Outubro prevaleceu, pois, a consigna do “gás para os bolivianos” que supera, evidentemente, as fronteiras das identidades nacionais.

**A** forte tônica social foi reforçada de maneira notável pelo ingresso na liça dos destacamentos do proletariado mineiro. Essa presença reviveu conhecidos episódios das lutas sociais bolivianas. A característica central, e a diferença, ao mesmo tempo, em relação às marchas de protesto já ocorridas sobre La Paz, foi que os mineiros tinham com que se defender. Tradicionais e profissionais manejadores da dinamite contribuíram para que o destacamento do exército, localizado em Patacamaya, vacilasse e, finalmente, abrisse caminho aos marcheiros mineiros, junto a alguns milhares de outros que haviam sido retidos pelo destacamento militar nesse trecho do caminho. O episódio de Patacamaya tem importância maior do que a que lhe foi atribuída: a presença mineira – que de simples protesto passou a uma espécie de ofensiva armada e, apesar das primeiras baixas (fala-se em 7 mortos) – modificou a qualificação da marcha sobre La Paz. Em segundo lugar está o peso do número de pessoas: calcula-se que em 16 de outubro havia mais de 5000 pessoas, sem contar os mineiros e cooperativados mineiros. Em terceiro lugar, a mudança da posição dos comandantes do destacamento militar de aproximadamente 400 efetivos. Apesar de ter havido cerca de 7 baixas, frearam o seu acionar mortífero na madrugada de 17 e se negaram a continuar matando as pessoas. Haviam recebido o apoio (ou a ordem) de um “comando paralelo” que rompeu com o ministro de Defesa Sanchez Berzain e com o próprio presidente Sanchez de Lozada. Houve um tenebroso cálculo: eliminar a área mesmo à custa da morte de 2000 pessoas. Isso foi demais para a idéia da “reação proporcional” à qual se apegava o “comando paralelo”. A situação das forças armadas em Outubro ratifica o que se conhece pela experiência boliviana e internacional. Para que um movimento popular ou revolucionário triunfe uma parte daquelas deve se neutralizar ou passar ao largo dos insurgentes; em síntese, deve se produzir uma divisão em seu seio, deixar de funcionar a verticalidade do mando e quebrar o princípio de subordinação ao poder constituído. Quando as colunas populares de Putacamaya, presididas pelos mineiros, haviam retomado o avanço a La Paz, para “tomar o Palácio Quemado” e que havia sido permitido pelo exército, Sanchez de Lozada soube que sua sorte estava selada.

Na insurgência de Outubro também é preciso sublinhar o papel das mulheres e da juventude. Como já mostramos

anteriormente nenhum setor, nem nacional nem social, pertencente ao próprio povo, esteve ausente ou ficou neutro na batalha. Sempre se afirmou não haver revolução ou insurreição ou grande ação popular uma igual à outra. Em Outubro, pode-se falar da significativa presença feminina. As mulheres se destacaram por estarem nas primeiras linhas de combate, nas marchas, na organização da solidariedade e nas manifestações da resistência pacífica, como as greves de fome. Nesta última forma de luta, sobretudo, mostrou-se a decisão feminina e o apagamento de ambas as diferenças: as sociais e as de nacionalidade.

Obviamente, a participação juvenil foi muito importante, porém, para não prolongar nossa análise, destacaremos que o grupo juvenil mais numeroso, mais organizado e com mais consciência dos objetivos da mobilização foi sem dúvida alguma, o da Universidade Pública de El Alto.

A ascensão de Mesa à presidência da República, pelas vias constitucionais, mais que uma mudança de fundo é uma vitória popular que conseguiu derrubar Sanchez de Lozada. Apesar do cenário não ser o mesmo, pois a presidência de Mesa é resultado de uma insurreição popular que não buscou de maneira ex profesa essa saída, mas que foi uma admissão madura, por parte das massas, porque não se podia ir mais adiante, quase tudo permanece em seu lugar. Os quadros do chamado “gonismo” ainda dominam a situação e os planos anteriores continuam vigentes. A oligarquia crioula e o imperialismo foram severamente insultados pelas massas, porém, conservam seu poder e influência e se aprontam, a todo vapor, a contra-atacar e, se necessário, derrubar Mesa. Este, não dá mostras de ter se desprendido de suas origens e de sua inserção de classe e sua formação ideológica. Todavia, é prisioneiro das pressões de ambos os pólos da confrontação social. O povo manteve vigentes suas bandeiras e suas reivindicações. Para o povo não se trata de ter um presidente lúcido, mestre em história, hábil comunicador e apresentável do ponto de vista dos direitos civis e humanos. Trata-se de derrotar efetivamente o neoliberalismo, resgatar a soberania nacional, particularmente o domínio dos hidrocarburetos, dirigir-se ao verdadeiro desenvolvimento nacional para honrar os interesses nacionais e populares; reconquistar uma verdadeira democracia de massas e projetar a Bolívia numa verdadeira integração latino-americana. A Insurreição de Outubro demonstrou que isso é possível; faz falta a preparação das massas no sentido orgânico e programático, unir-se programática e instrumentalmente para que não se caia no meio do caminho novamente. ●

**Marcos Domich** é secretário-geral do Partido Comunista da Bolívia.  
Tradução de Maria Lucília Ruy.

# SOBRE A SITUAÇÃO NA União Européia

Pedro Guerreiro

*O significado da União Européia e sua perspectiva no contexto de um mundo unipolar têm suscitado um rico debate na esquerda marxista do velho continente. Com este artigo de Pedro Guerreiro, do Partido Comunista Português, Princípios abre um debate*

**N**o quadro da ofensiva do imperialismo em nível mundial, também na União Européia (UE) se verifica uma generalizada e violenta ofensiva do grande capital e das grandes potências contra conquistas históricas dos trabalhadores, direitos democráticos e a soberania dos povos.

Do perigoso projeto da denominada “Constituição européia” ao quadro e condições inaceitáveis em que se realiza o alargamento a dez países do Leste da Europa e do Mediterrâneo. Das políticas neoliberais preconizadas na chamada “Estratégia de Lisboa” às prioridades apontadas para o próximo quadro financeiro plurianual para o período 2007-2013. Ou à acelerada militarização da UE. Os processos em curso na integração capitalista européia, pelo seu significado, amplitude e conseqüências, assumem uma profunda gravidade.

## **A revisão dos Tratados da União Européia**

Dentre estes, o projeto da denominada “Constituição européia” apresenta-se como o elemento estruturante da integração capitalista na Europa – sendo a sua atual expressão máxima.

O importante e significativo desacordo verificado quanto à sua aprovação na Cimeira de Bruxelas, em dezembro de 2003, essencialmente em resultado de divergências entre os grandes países em torno do domínio e repartição do poder no processo de decisão, não coloca em causa o amplo acordo existente, entre estes, quanto ao aprofundamento dos principais eixos da UE, consubstanciado na “Constituição européia” – que se referem às constantes pressões para a sua adoção – nomeadamente protagonizadas pela França e pela Alemanha, pelas forças políticas de direita e da social-

democracia dominantes e concertadas no Parlamento Europeu, na Comissão Européia e nas principais confederações do grande patronato na Europa (ERT e UNICE) –, ou seja, as forças e interesses que estiveram na sua gênese.

Esse projeto representa um novo e significativo salto qualitativo no processo de integração capitalista na Europa, consolidando as bases e eixos fundamentais lançados no Tratado de Maastricht, em 1992 (e posteriormente aprofundados pelos Tratados de Amsterdã (1997) e Nice (2000)): uma União Européia federal, sob o domínio das grandes potências européias e dando resposta aos interesses e ambições do grande capital na Europa, guiada pelo capitalismo neoliberal, tendo por objetivo a sua transformação num bloco político-militar que se apresenta, para uns, como capaz de competir e rivalizar com os EUA e, para outros, como o pilar europeu da NATO, mas que agiria de fato como “parceiro” ou braço auxiliar do imperialismo norte-americano. Ou seja, trata-se de um projeto que aprofunda as linhas mestras que caracterizam a UE e que, sublinhe-se, se complementam entre si:

- o reforço da sua natureza federalista, institucionalizando-se em simultâneo o diretório das grandes potências no comando das políticas e do futuro da UE, e o primado da “Constituição européia” sobre as Constituições nacionais;
- a tentativa de “constitucionalização” do neoliberalismo, através de um articulado que ocupa 3/4 do projeto de tratado e onde se acomodam as estruturas, as políticas e as orientações econômicas e sociais do capitalismo neoliberal, que hoje prevalecem na UE;
- o lançamento das bases institucionais da militarização da UE e da sua transformação num bloco político-militar, com uma política de defesa comum articulada com a NATO.

claro reforço da natureza federalista dos seus órgãos institucionais (Conselho, Parlamento Europeu e Comissão Europeia) e do domínio do conjunto das grandes potências europeias nos processos de tomada de decisão – através da valorização do critério demográfico, em detrimento da representatividade dos Estados soberanos enquanto tal –, traduz-se em: fim das presidências rotativas do Conselho Europeu e na eleição de um presidente segundo regras que asseguram um papel determinante aos grandes países; fim do princípio, na composição da Comissão Europeia, um país/um comissário permanente com direito a voto; ampliação da adoção das decisões por maioria qualificada no Conselho – segundo regras que asseguram aos grandes países a defesa dos seus interesses – e com o conseqüente fim do direito de veto por parte de um país quando esteja em causa a salvaguarda dos seus interesses.

Ou seja, trata-se de aprofundar um processo de integração onde são as grandes potências que, concertando-se e procurando ultrapassar as suas contradições – de que são exemplo as cimeiras entre a França, Alemanha e Grã-Bretanha –, ditam as regras segundo as suas conveniências – veja-se, como exemplo, o bloqueio do processo de advertência/sanção inscrito no Pacto de Estabilidade quando se tratou de o aplicar à França e à Alemanha. Um processo de integração que procura submeter e condicionar a soberania e as potencialidades de desenvolvimento dos denominados pequenos países ao domínio e às prioridades das grandes potências e do grande capital na UE, e que conta em Portugal com a participação cúmplice do Governo PSD/CDS-PP e o apoio do PS.

### **Prioridades políticas da União Europeia**

A par da revisão dos Tratados da UE, outros importantes processos estão em evolução na UE:

– O alargamento a dez países do Leste da Europa e do Mediterrâneo que se realiza no quadro de expansão do capitalismo e da NATO ao Leste da Europa e com base num processo de negociação desigual – onde as condições foram impostas pela UE –, que se saldou, por exemplo, na inexistência do reforço dos meios financeiros comunitários – que poderiam minimizar as conseqüências negativas de uma crescente concorrência capitalista nos países menos desenvolvidos, caso dos países da adesão e de Portugal –, e de inaceitáveis e diferenciados critérios de acesso aos meios financeiros comunitários (Política Agrícola Comum e Fundos estruturais) por parte dos países da adesão.

– Promove-se, dando resposta às prioridades apontadas pelo grande capital na Europa, a prossecução das políticas monetárias e económicas neoliberais, em conformidade

com o Pacto de Estabilidade e a “Estratégia de Lisboa”, onde, entre outros aspectos, se destaca a liberalização dos mercados de trabalho, o ataque aos sistemas públicos de segurança social e de saúde, a privatização dos serviços públicos e a degradação dos direitos e dos salários dos trabalhadores.

– Avança a construção de uma “Europa fortaleza” que implementando políticas restritivas e criminalizadoras da imigração, pretende, ao mesmo tempo, depredar os recursos humanos qualificados dos países em desenvolvimento, segundo as necessidades do grande patronato na UE.

– Aponta-se, no âmbito das negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC), a convergência com os EUA para uma liberalização maior do comércio mundial e a imposição de relações comerciais com base no domínio e não da cooperação – constate-se a significativa insistência na inclusão dos chamados temas de Cingapura.

– Acelera-se a militarização da UE, cuja “Estratégia de segurança” – aprovada em dezembro de 2003 – está particularmente concebida para a ingerência em países terceiros e aproxima o conceito de segurança da UE ao da NATO, nomeadamente quanto à justificação do uso da intervenção militar. Refira-se, ainda, à criação, já em 2004, da “agência para o desenvolvimento das capacidades de defesa, da investigação, da aquisição do armamento” – autêntico catalisador da militarização da UE.

– A Comissão Europeia avança com uma proposta que (acomoda, apropria) o próximo quadro financeiro comunitário (2007-2013) à concretização das prioridades e objetivos políticos apontados na “Constituição europeia” – mesmo que ainda não aprovada – e na agenda neoliberal inscrita na “Estratégia de Lisboa”. Na Política Agrícola Comum (PAC) acentua-se uma distribuição desigual e injusta das ajudas entre agricultores, produções e países, prejudicando os pequenos agricultores e a agricultura familiar e as produções de países, como Portugal. Os Fundos estruturais – que deviam ser utilizados para a promoção da efetiva aproximação do desenvolvimento económico e da melhoria das condições de vida nos diferentes países – são vinculados aos objetivos da “Estratégia de Lisboa” e à “competitividade”, a prioridade do grande patronato na Europa. São reforçados os meios financeiros para a implementação dos instrumentos que suportem a “Europa fortaleza”, nomeadamente o controle das fronteiras. É apontada a criação de uma zona de comércio livre pan-europeia (que integre todo o Leste da Europa e o Mediterrâneo), que promova a liberalização do comércio, dos serviços e do investimento. Assim como é apontada a prioridade do apoio à militarização da UE, ou seja, à capacidade de ingerência e de intervenção desta no plano mundial.

### É necessária e possível outra Europa

Para o PCP a abordagem dos problemas da cooperação e integração na Europa parte da questão nuclear da defesa da soberania nacional como um valor fundamental, vetor estratégico para a defesa dos interesses nacionais, na construção de uma Europa de cooperação entre Estados soberanos e iguais em direitos, aberta ao mundo, de paz e solidariedade.

Para o PCP um real desenvolvimento do país exige a afirmação da soberania nacional e do pleno papel das instituições nacionais, e não a sua desvalorização ou alienação. Exige a soberania do povo português nas decisões fundamentais para o seu presente e o futuro, o que implica, conseqüentemente, na travagem na transferência de mais competências para a União Europeia e na alienação de instrumentos fundamentais para a concretização de uma política que dê resposta às necessidades e anseios dos trabalhadores e às potencialidades de desenvolvimento do país.

Para o PCP é imperioso salvaguardar a Constituição da República Portuguesa. O que se impõe não é uma revisão da Constituição da República, que atingiria os seus limites materiais por colocar em causa a soberania constitucional original do povo português, para permitir acolher na Constituição os “avanços da unificação europeia”, mas impedir uma reformulação dos Tratados da UE que afronte e viole a Constituição da República Portuguesa e atinja gravemente a soberania e a independência nacionais.

Para o PCP é fundamental que se alterem profundamente as políticas da UE, que foram utilizadas em Portugal – pelos governos do PSD, do PS ou do PSD/CDS-PP – para colocar em causa as conquistas e os avanços conquistados pelos trabalhadores e povo português com a Revolução de abril de 1974.

Entre outros aspectos, é fundamental que se dê prioridade à promoção das potencialidades de cada país; ao desenvolvimento sustentado; ao investimento público; à defesa dos serviços públicos; ao emprego; e aos direitos dos trabalhadores – ou seja, a uma efetiva coesão económica e social. Faz-se necessário uma Europa de paz e não uma política comum de defesa e segurança baseada na ingerência, no desenvolvimento da corrida aos armamentos e da política de blocos.

O PCP está empenhado no desenvolvimento de um vasto movimento de opinião, esclarecimento e luta que avalie as conseqüências e os perigos da atual integração europeia; impeça a vinculação de Portugal à “Constituição europeia”; e mobilize o povo português para a necessidade de um outro caminho para Portugal e para a Europa. Um exigente confronto político que marcará o período até as eleições para o Parlamento Europeu, que se realizam já no próximo mês de junho.

### Reforçar a cooperação e a solidariedade

Dando resposta à ofensiva das grandes potências e do grande capital sucedem-se nos diferentes países da UE grandes mobilizações em defesa das conquistas históricas dos trabalhadores e da paz.

Para o PCP é possível e necessário um outro rumo para a Europa. Este será fruto da conjugação das lutas dos trabalhadores e dos povos. Prosseguindo e reforçando a cooperação entre os partidos comunistas e outros partidos e forças de esquerda e progressistas, respeitando as diferenças de situação, reflexão e proposta; valorizando tudo o que possa aproximar e unir; colocando no primeiro plano a ação comum ou convergente em torno das questões mais sentidas pelos sectores e camadas sociais afetados pela atual integração europeia – como as questões sociais, a luta contra o militarismo e a guerra, a defesa da democracia –; realizando iniciativas com expressão de massas para afirmar e projetar as nossas propostas comuns; com a convicção de que a necessária expressão europeia e internacional das lutas adquirirá uma dimensão e um significado tanto mais representativos quanto mais enraizado e organizado for o movimento a nível de cada país, espaço e dimensão decisivos de luta dos trabalhadores e dos povos.

**N**a Europa, torna-se particularmente necessária e urgente a unidade na ação dos partidos de esquerda e, no imediato, a sua cooperação com vistas às eleições para o Parlamento Europeu que terão lugar em junho próximo, pelo que o PCP valoriza a criação de uma plataforma comum, nomeadamente entre as forças que integram o atual Grupo da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, para a qual procurou contribuir.

Tendo em conta esta necessidade e condição, o PCP não subscreveu o apelo para a criação de um partido político europeu, com uma lógica supra-nacional e federalista – do qual o PCP não partilha e considera não corresponder às atuais potencialidades e possibilidades.

Face à grande ofensiva do grande capital e do imperialismo, mas também com a intensificação da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos, o PCP continuará a contribuir, fazendo tudo o que estiver ao seu alcance, para o reforço da cooperação entre os comunistas e todas as forças de esquerda anticapitalistas, da sua ação comum ou convergente, da sua solidariedade internacional e internacionalista. 🍀

**Pedro Guerreiro** é membro do Comitê Central do Partido Comunista Português (PCP).

L  
Ê  
N  
I  
N

ANOTAÇÕES  
SOBRE A GÊNESE  
DA INTELIGÊNCIA  
REVOLUCIONÁRIA  
DE NOSSA ÉPOCA

A. Sérgio Barroso

*Lênin fala ao Congresso dos Sovietes.*



*Teórico marxista genial, V. I. Lênin levou ao extremo a concentração de esforços intelectuais e políticos para dar conseqüências práticas à transformação socialista revolucionária. Com formidável energia, decisivamente – em várias formulações e idéias –, Lênin (que ora registramos 80 anos de desaparecimento) alterou a marcha dos acontecimentos históricos*

Entre os séculos XV a XIX a dilaceração feudal européia abriu suas entranhas à sociedade burguesa e à passagem ao antigo sistema colonial. Entrecortadas por espadas, canhões e revoluções, as raízes materiais do desenvolvimento fazem florescer as idéias inovadoras do italiano (e florentino) Nicolau Maquiavel (1469-1527), do francês Jean Bodin (1530-1596), do inglês Thomas Hobbes (1588-1679). Um ideário político fecundo tece a arquitetura do Estado moderno e, sobretudo em Hobbes, formulações terrivelmente prospectivas <sup>[1]</sup>. Estado elevado à categoria de demiurgo na filosofia de G. Hegel (1770-1831), o desbravador e fundador da dialética moderna.

Noutros nexos, na explosão da I Revolução Industrial (1760-1830), especialmente os fisiocratas Quesnay e Turgot fazem a crítica do mercantilismo vis-à-vis a agricultura. Ícones da Escola Clássica, A. Smith (“A riqueza das nações”, 1776) e D. Ricardo (1772-1823), superaram os fisiocratas teorizando sobre o valor, localizando-o no trabalho e como fonte da riqueza. Sabe-se que Marx travou com eles o “último combate”, através de sua crítica epistemológica radical, revelando as leis dos processos capitalistas de produção, circulação e distribuição da riqueza.

O mesmo Marx, inigualável gênio anatomista do capital, que quase duzentos anos após Hobbes (1859), dissera que os homens não se colocam problemas que eles não possam solucioná-los. Em particular porque as teorias dos grandes utopistas e hereges levitavam sobre a concretude classista da grande indústria moderna e suas leis impiedosas; e camuflava nela a definitiva subsunção do trabalho ao capital.

Ouvia-se, singrando os mares, desde 1848, os ecos da revolução proletária. E se para Hobsbawn (1998), *O Manifesto do Partido Comunista*, quase profético, foi ato contínuo seguido de uma gigantesca rebelião das massas trabalhadoras no velho mundo, tinha sido Engels quem testemunhara o vaticínio de Marx sobre a “conexão” russa da vaga revolucionária no final daquele século.

### Lênin e sua época

*“O mundo esperava este homem...”  
(Máximo Gorki)*

Não há então qualquer devaneio nas palavras de Gorki, transcritas na epígrafe acima: necessidade e casualidade. Ou a presença luminosa de Lênin no irromper dos condicionantes para a revolução socialista e sua época. A propósito, como ensinara magnificamente Engels, não há casualidades à margem dos conteúdos concretos da necessidade histórica:

“Que Napoleão, precisamente esse corso, fosse o ditador militar de que a república francesa, esgotada pela sua própria guerra, precisava – isso foi acaso; que, porém, na falta de um Napoleão, um outro teria preenchido o lugar, isso é demonstrado pelo fato de que cada vez sempre se encontrou o homem logo que ele foi preciso: César, Augusto, Cromwell, etc.” <sup>[2]</sup>

A vida de Lênin transcorre entre 1870 e 1924, devendo-se vasculhar mais amiúde os elementos sócio-históricos de sua existência.

Paradoxal, vivia-se uma atmosfera de ruptura e transição imbricada nos albores do novo milênio. Ventos de grandes transformações nas idéias, nas artes em explosão na Europa; invenções, ciência, tecnologia, filosofia, psicologia, urbanização acelerada e difundida pelas industrializações, o automóvel, o telefone, o telégrafo sem fio etc. Impulsos que se espriavam das exigências do capitalismo monopolista (Barroso, 2003). Pela primeira vez, “máquinas voadoras”, disse Hobsbawn (2003) noutro lugar. Grandes mudanças, abruptos deslocamentos, um atrás do outro.

Tendo escrito em 30 anos cerca de 10 milhões de palavras (Bandeira, 1978, p. 11), Lênin vem ao mundo num período igualmente tempestuoso: a I Grande Depressão



ocorre entre 1873-96, que horizontaliza impulsos para a industrialização da Rússia [3], destrava e concentra o capital monopolista e destina ao imperialismo o patrocínio da trágica chacina mundial moderna, a I Grande Guerra (1914-18). Coube a Lênin, no interregno do conflito bélico mundial, assumir o comandando político da primeira revolução proletária vitoriosa.

Diz-se pouco do avô de Lênin, Nicolás Ulianov: fora “obscuro empregado de oficina”; ou que foi servo, depois camponês do Estado e alfaiate. Ilya Ulianov, pai de Lênin e último de três filhos, demonstrando desde o Liceu fascinação por física e matemática, foi indicado à Faculdade de Ciências da Universidade de Kazán, tornando-se aluno do célebre professor Lobatchevsky, um dos criadores da geometria não-euclidiana; quem o indica para a direção da estação meteorológica da cidade de Penza Una, após lá ter lecionado matemática em colégio de filhas da nobreza russa. Ilya é nomeado ao Liceu de Nijni-Novgorod, cidade rica e de intensa atividade comercial, local onde casa com Maria Blank, filha de um médico ucraniano de carreira militar. Por fim, aceita ser inspetor de escola primárias em Simbirsky, cidade da região do grande rio Volga, então com cerca de 300 mil habitantes, a 1.500 km. da capital, Petrogrado, e a 900 km. de Moscou. Lá nasce o Ulianov que veio por denominar a si de Lênin.

É bastante difundido em seus registros biográficos que “Volodia” fora criança muito inteligente e estudiosa, despertando atenção ainda sua admiração pela natureza. Na adolescência, envolve-se com os grandes nomes da literatura russa – “proibida” – tendo lhe causado profunda influência o romance “Que Fazer?”, de Tchernychevski. Aliás, sem dúvida, esta paixão pelo pensamento russo e seu país integra um elemento distintivo do vasto aparato teórico utilizado nas reflexões de Lênin [4].

Aos 15 anos de idade lê o tomo I de *O Capital* (LEFEBVRE, 1969, P. 64) – melhor dizer tomou conhecimento deste (Walter, 74 - Capítulo I) –, por intermédio de Alexandre, seu irmão mais velho ligado aos “populistas” e enforcado em 1887, por organizar atentado contra o czar Alexandre III. Completando dezessete anos, mete-se nos círculos estudantis, é preso por dois dias e expulso da Universidade de Kazán, por agitação contra o governo [5]. Transladando-se a família para Samara, Lênin ali já expõe “A Miséria da Filosofia”, de Marx, a um grupo influenciado pelos populistas, em 1889.

A seguir, Lênin empenha-se a fundo para o exame de Direito, em Petesburgo, desta feita autorizado pelo governo (1890), e, intercalando os estudos com leituras de

Marx e Engels, é o primeiro dos 134 candidatos. Novamente em Samara, advoga para camponeses e pobres a partir de 1892; em 1893, em Petesburgo, encontra círculos marxistas com a participação de operários, organismos porém desconectados entre si. Em 1894, Nadeja Krupskaya, sua futura companheira, o conhece numa reunião na casa do engenheiro Klassom, logo depois de ter lido um caderno (“Sobre os mercados”) do marxista petesburguense H. Krassin, cujo texto fora anotado criticamente por Lênin. Segundo recordou Krupskaya de seu primeiro contato (1984, p. 7),

“Nosso novo amigo marxista tratava esta questão dos mercados de maneira muito concreta. (...) e no enfoque geral compreendemos justamente que o marxismo vivo toma os fenômenos em seu meio concreto e em seu desenvolvimento”.

Todavia, esmiuçando a démarche descrita, é pouco conhecido que os fundamentos históricos das construções teóricas de Lênin contra os “populistas” russos, os defensores do “marxismo legal”, os “economicistas”, e depois os “mencheviques”, remontam aos elevados paradigmas literários e filosóficos das décadas antecedentes, nomeadamente no riquíssimo debate acerca da identidade nacional russa e suas perspectivas. Noutras palavras, o marco originário da construção da teoria marxista em Lênin pas-

## Ele desenvolve a apreensão das singularidades históricas no desenvolvimento dos países.

sou, necessariamente, pela profunda análise das particularidades nacionais russas. Grandes questões enfrentadas por ele de maneira excepcionalmente criativa.

Resumindo, em torno de 1850, na velha Rússia efervesciam idéias em duas direções e suas variantes. Num rumo, os que se alinhavam na defesa das tradições históricas do passado e do caráter nacional do povo russo, os “eslavófilos”; noutro, aqueles que teorizavam mimetizando o padrão de desenvolvimento capitalista ocidental e por isto chamados de “ocidentalistas”. [6]

O debate se conecta na teoria e na ação política dos populistas russos – cujas teses predominavam amplamente na esquerda naqueles anos –, fundado na idéia central de que as conseqüências sociais da desagregação do campesinato russo, pós-1861, impossibilitava a passagem ao capitalismo: passar-se-ia direto a um tipo “agrário” de

socialismo, com raízes na comunidade camponesa (mir). E junto à negação do caráter progressista do capitalismo, correntes apelavam ao “terrorismo individual”. O *Naródnaia Volia* (Vontade do Povo) de 1879, e divisão do *Zemliá y volia* (Terra e liberdade) foi o principal grupo terrorista dos populistas russos.

As idéias de Lênin surgem então fulgurantes. Já em “Os novos processos econômicos na vida camponesa” [7], de 1893, desvela-se o domínio das categorias marxistas, o método dialético e a inovação interpretativa. Note-se a síntese lapidar:

“A explicação do modo pelo qual o capitalismo se desenvolve em geral não nos permite dar um só passo à frente na questão da ‘possibilidade’ (e necessidade) do desenvolvimento do capitalismo na Rússia”. (LÊNIN, apud GRUPPI, p. 3; grifos de Lênin)

É aqui que se encontra, em nossa opinião, uma originalidade teórica, constitutiva de um princípio à posterior elaboração da ciência marxista: a apreensão das singularidades históricas no desenvolvimento dos países; a recusa do antidialético transplante de modelos para a análise da cada realidade; e, efetivamente, onde se enuncia a descoberta genial de Lênin, a lei do desenvolvimento desigual do capitalismo. Lei que é formulada, e complexamente determinada, quando Lênin publica (1899) seu livro, escrito no exílio siberiano, “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”. [8]

Nessa obra-prima são identificadas com rigor as assimetrias das estruturas econômicas e sociais não só no interior da Rússia, que são vistas constituindo “o caráter desigual do desenvolvimento econômico, a rápida transformação dos métodos de produção, a enorme concentração da produção...”; assim como, relativamente a outros países, afirmara Lênin: “Quanto ao problema da lentidão ou rapidez do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, tudo depende daquilo com que se compare esse desenvolvimento. (...) se a comparação é feita entre este ritmo... e aquele que seria possível sob o nível atual da técnica e da cultura... [o] do capitalismo na Rússia é realmente lento”. (Lênin, 1985, p. 375) [9]

Vê-se então uma teoria sob o axioma de que a verdade é sempre concreta. Vale dizer: a marca do pensamento de Lênin, desde cedo, encontra-se no não se limitar a expor as teses de Marx, ou ainda em apenas lê-

las, mas em compreendê-las e desenvolvê-las.

Por isso, analisando a importância de *O Desenvolvimento*, compara M. Simon este estudo com a sempre exuberante produção intelectual francesa, sobre o tema: “Não encontramos nada de semelhante, em França, nesta época” (Simon, 1974, p. 14). Em particular porque em *O Desenvolvimento*, o método dialético materialista se recria face à análise empírica, a partir da efetiva comprovação da “irreduzível particularidade que constitui cada formação econômico-social”. (NETO, 1985, p. xxi) Ou ainda, já existe no livro de Lênin, “o completo domínio crítico” das teorias econômicas de Marx e do materialismo histórico: a “marcha criadora da investigação”. (FERNANDES, E., 1978, p. 15).

### Batalha de gigantes: Lênin supera o “pai do marxismo russo”

Examinando-se o interregno 1893-1899, que como vimos são anos de sistemática elaboração e formulação categorial por Lênin, é notável o fato de nele não ter havido a influência da “ideologia do populismo”, como ele precisamente interpretaria as incompreensões sobre as raízes sociais da problemática. Tão poderosa era a penetração na intelligentsia russa dessa ideologia, que as circunstâncias históricas não pouparam a G. Plekhanov, eminente teórico e pensador russo, consensualmente o pioneiro na introdução do marxismo no país. Plekhanov era intelectual respeitadíssimo, um ideólogo. [10]

Vimos também que o primeiro e rápido encontro entre Lênin e Plekhanov ocorrera em 1895. O segundo, de nenhum modo cordial como o primeiro, marcará outro momento chave no desenvolvimento da teoria leninista. Acontece em 1900, quando Lênin lhe apresenta a proposta inicial do “Iskra” (“A centelha”) [11], o jornal que cumpriu o conhecido papel de aglutinar os círculos social-democratas avançados, em torno do partido, e de instrumento unificador da orientação e luta político-ideológica. [12] Ali, afloram as divergências profundas que, em verdade, revelava a grandeza de Lênin diante de Plekhanov, e certamente uma batalha pela hegemonia da direção da revolução na Rússia.

Mas, antes de analisar uma seqüência de episódios que leva ao antagonismo entre Lênin e Plekhanov, amplie-mos, em retrospectiva, o raio de ausculta da luta teórica e ideológica. E vejamos como a questão do partido em Lênin aparece como necessidade incontornável.

1. Por volta de 1896 o capitalismo central desfaz-se da depressão retomando o crescimento econômico. Pari passu ao enorme avanço da influência dos partidos social-

Ele  
compreende  
e desenvolve  
as teses  
de Marx.

democratas europeus – notadamente do importante partido alemão e sua prioridade à participação eleitoral-institucional – fala-se numa “crise no marxismo” (HOBBS-BAWN, 1982, p. 79). Em outras palavras, o “revisonismo” do líder do POSDA, E. Bernstein, se espalhava, inclusive afetando os “economicistas” russos. Não à toa nos referimos às leituras de Lênin no exílio, de Bernstein: o revolucionário russo indignara-se especialmente com os artigos contidos em “Problemas do socialismo” (1896-1898). Por outro lado, entusiasmando-se com o livro de Plekhanov “Ensaio sobre a história do materialismo”, e vários artigos contra o revisionismo de Bernstein, publicados em *Die Neue Zeit* (Revista da Social Democracia alemã), Lênin ataca a defesa pelos “economicistas” do revisionismo, e faz publicar, via Plekhanov, na “*Rabótchee Delo*” (Causa Operária), o artigo “O protesto dos social-democratas russos contra o Credo”, uma verdadeira declaração de guerra ao oportunismo, aclaradora do caráter revolucionário do marxismo e do partido. (LÉNINE, 1984, p.p. 64-67)

2. Em Lênin, desde logo, as idéias do papel central da classe operária na revolução, da necessidade da conquista do poder político para a transformação socialista, bem como da aliança operário-camponesa, são conseqüências e exigências práticas de sua luta teórica contra os populistas (depois “social-revolucionários”) e as correntes revisionistas. Sua verdadeira carpintaria vai tomando forma quando, no mais longo artigo contra os populistas, “Quem são os amigos do povo” (1894), desmascara a pretensa crítica a Marx<sup>151</sup>; quando encabeça a organização da “União e luta pela libertação da classe operária”, de Petesburgo (1895), e nesse mesmo ano, escreve “Projeto e explicação do Programa do Partido Social-democrata”; posteriormente, “As tarefas dos social-democratas russos” (1897), o que tem “desfecho” no golpe demolidor contra o populismo (*O Desenvolvimento*), um inigualável instrumento para a convergência analítica sobre o sentido das tarefas da revolução – o que Plekhanov, provavelmente em função de suas influências ideológicas originárias, não conseguiu ser capaz de realizar.

Assim, se no primeiro encontro, de acordo com Potresov, Plekhanov tinha visto Lênin com “com uma cálida simpatia a esse homem da revolução” (WEBER, idem, p. 21), no segundo, em Genebra, reagiu Lênin com decepção. Ao ler o projeto do “*Iskra*” apresentado por Lênin, Plekhanov fez apenas observações para “correção de estilo”; mas no fundo, Plekhanov se sentiu ofendido: “Com que esses novatos querem falar e atuar com sua própria

autoridade!” (WALTER, idem p. 78). Muita prudência para não contrariar o mestre, recomendou-lhe Potresov.

Separaram-se, como adversários: falso, intolerante, irascível, assim o viu Lênin, logo ele que tinha afirmado ser um “enamorado de Plekhanov como podia estar de uma mulher” (WALTER, p. 79). Ocorre que “a manobra” do velho líder deu certo. Nos dois dias seguintes, por atuação de Vera Zaslitch, Plekhanov, Zaslitch, Axerold, Lênin e Potresov (e na ausência de Martov) formaram o comitê de redação do “*Iskra*”; entretanto numa reunião que assumiu caráter dum pequeno “Congresso” de socialdemocratas, por inspiração de Plekhanov! E mais: a reunião decide, por proposta “conciliadora” de Zaslitch, dar o direito de dois votos a Plekhanov! (Walter, idem, p. 80). Plekhanov triunfa, Lênin aceita, entusiasmado com idéia do papel do jornal.

Dirigido por Lênin, inicialmente em Leipzig, depois Munique, o “*Iskra*” – e também a revista científica *Zariá* ou “*A Alvorada*” – foi um estrondoso sucesso. Em dezembro o jornal nasce ilegal. Destaca o desemprego provocado pela grave crise econômica, em 1901, ano este em que Vladimir Ulianov passa a subscrever-se como Lênin. Efetivamente, foi o responsável pela montagem da estrutura posterior do partido proletário com novas características, e, é claro, palco de grandes divergências entre o velho e o novo líder.

Divergências em torno do conteúdo dos artigos: especialmente sobre a relação entre o espontâneo e o consciente, pois Plekhanov, além disso, concebia o tratamento com a intelligentsia russa como fundamental o que esbarrava na oposição de Lênin a uma aliança estratégica com os liberais. De fato, uma visita a Lênin dos “marxistas legais” P. Struve e do famoso economista Tugán-Baranovski, propondo acordos para a participação na imprensa social-democrata foi por ele rechaçado, o que deixou furioso a Plekhanov.

Sai “*Que fazer?*” (1902), grande obra de Lênin, o que motiva verdadeira guerra pública entre os dois sobre as concepções de organização: não só por “atraso” em relação à construção do partido, também porque o teorismo de Plekhanov secundarizava inteiramente a questão (BARON, idem, p. 300-301). Lênin transfere a redação do “*Iskra*” para Londres, contra Plekhanov, este depois a muda para Genebra. O artigo “O programa agrário da social-democracia russa” sofre “revisão” de Plekhanov, ao que Lênin responde numa carta falando em “ruptura total”, em termos pessoais. (WEBER, idem, p. 52)

Zaslitch e Potresov sempre procuravam a reconciliação dos dois. Lênin pede a Plekhanov um projeto de Programa

do partido tendo em vista o próximo Congresso. O projeto sofre críticas fundamentais de Lênin e Martov — não bastassem os equívocos, muito “abstrato”, dizia Lênin. Plekhanov, intolerante e vaidoso indigna-se, mais uma vez incapaz de aceitar qualquer observação às suas teses. Lênin, uma verdadeira máquina, redige outra proposta de Programa.

O II Congresso do POSDR (1903) sela o antagonismo definitivo de Lênin a Plekhanov. Este vota em todas as questões decisivas (programáticas e organizativas) acompanhando Lênin e a antiga ala “iskrista”. Após o Congresso, Plekhanov contraria suas decisões, capitula diante da pressão de Martov. Derrotado na definição do caráter do partido, abandona o núcleo da redação (Plekhanov, Lênin e Martov). Plekhanov une-se aos derrotados e transforma as teses da minoria em maioria, na redação do “Iskra”.

Lênin se demite do “Iskra”. Já era tarde: em 1903 o bolchevismo se formara enquanto corrente de pensamento e partido político. E Plekhanov passou o resto de sua vida como menchevique.

**A. Sérgio Barroso** é mestre em economia pela Unicamp e membro do Comitê Central do PCdoB.

#### Notas

(1) “Graças à autoridade que lhe é dada por cada indivíduo no Estado, é-lhe atribuído o uso de gigantesco poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no domínio da paz em seu próprio país e da ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros”. HOBBS, “Leviatã”, 2001, p. 131.

(2) ENGELS, Carta a W. Borgius, 1894; in: Marx-Engels, O. E., v. 3, p.p. 566-567, Avante!, 1984.

(3) A segunda fase da industrialização russa ocorre na segunda metade do séc. XIX, notadamente após a Reforma de 1861, que abole, inconclusivamente, a servidão feudal e lança mão do Estado (FERNANDES, L., 1999, p. 252). Consolida-se então na chamada “segunda onda” das industrializações atrasadas — justamente ao Japão e à Itália —, na década de 1890 (BARBOSA DE OLIVEIRA, 2003). Há nela três pressupostos centrais: 1. a emancipação da servidão camponesa e a formação do mercado de trabalho; 2. o arranque da “idade da estrada de ferro”, ou a construção ferroviária baseada nas necessidades militares e no exemplo ocidental; 3. o crescimento duma grande indústria têxtil, utilizando-se máquinas e técnicos estrangeiros (Cf. CARR, E., Anagrama, 1969, p. 133).

(4) O painel de fundo da grande literatura progressista da Rússia (entre muitos outros, Gogol, Nekrassov, Turguenev, Chetvedrine, Herzen, Tostoi, Gleb Uspenski — este o maior dos escritores populistas) era desenhado pela relação: aldeia russa e um mundo estreito, fechado, de vida patriarcal, com divisão polar do campesinato, versus a devastação e a miséria provocada pelo surgimento do capitalismo. Lênin passou a conhecer essas obras “perfeitamente”; citava-as em seus trabalhos teóricos “para dar vida a todas as estatísticas”; sendo que “o que ele diz da literatura só pode ser compreendido a partir de uma práxis política” (PALMIER, 1976, p.p. 37-39).

(5) Para WALTER (cap. III), a passagem de Lênin à posições revolucionárias, a) coincide “cronologicamente” como o imediato à morte de seu pai; b) contra as condenações e a vaga repressiva, entre março-dezembro de 1887 há intensa agitação estudantil: “Abaixo a autocracia” aparece como consigna; c) quando preso pela primeira vez, Lênin teria respondido sobre seu futuro: “Meu irmão mais velho iluminou o caminho” (BANDEIRA, idem, p. 15); d) na biblioteca da Universidade de Kazán havia uma tradução russa de O Capital, de 1872, sendo presumível seu acesso à juventude revolucionária; d) registre-se que Lênin não conheceu a N. Fedoseev (pioneiro e líder dos círculos ilegais marxistas de Kazán), dado à clandestinidade, mas foi participante dos círculos e correspondeu-se com ele por anos. Prisões, deportação e calúnias levaram Fedoseev ao suicídio em 1898, tendo Lênin escrito depois: “a viragem para o marxismo... [deveu-se] em grande parte à grande influência desse revolucionário invulgarmente talentoso e invulgarmente devotado à sua causa” (LÉNINE, 1984, p.p. 21, 24, 58).

(6) A polarização se assentava especialmente no problema do caminho ao fim da servidão feudal, no apoio ou não à autoridade do czar, na recusa ou não das formas institucionais de representação parlamentar ocidental. No curso dos XIX, eram fortes na poderosa intelectualidade russa (envolvendo por exemplo desde Bakunin até a Dostoievski) as idéias da revolução francesa, bem como as literárias e filosóficas de Hegel, Shelling, Herder, ou as Saint-Simon, Fourier, Feubarch. G. Belinsky, N. Tchernyshevsky e A. Herzen (1812-70) — o fundador do socialismo na Rússia, disse Lênin — passaram a ser expoentes da corrente eslavófila (Cf. COLE, G. D. H., 1974, v. II, cap. III; VEJARANO, J. J. T., Apresentação, tomo I, O.C., 1974).

(7) “Los nuevos cambios económicos en la vida campesina (A propósito del libro de V. E. Pózniko “La explotación agrícola en sur de Rusia”), é considerado primeiro escrito de Lênin, por L. GRUPPI (1979,

p. 1); ou um dos trabalhos mais antigos de Lênin (O.C., Akal, 1974, v. I, nota I, p. 524). Ensaio escrito em seus 23 anos de idade, não sobra qualquer dúvida acerca da enorme estatura intelectual de Lênin.

(8) Em 1895 acontece uma conferência de delegados de grupos e círculos socialdemocratas, que indica a ida de Lênin a Suíça para o encontro — ele e A. Potresov — com G. Plekhanov, a quem Lênin estudava e admirava então. Vai a Alemanha — não consegue encontrar Engels, então próximo à morte — e Paris, voltando à Rússia cinco meses depois. É preso em dezembro e passa cinco anos entre a prisão em Petesburgo e o exílio na Sibéria. Lá estabelece especialmente contatos com L. Martov e A. Potresov. No período, além de ler e reler “todas as obras” publicadas de Marx e Engels, estuda Helvécio, d’Holbach e os materialistas franceses, Hegel, Kant, Bernstein, escrevendo não só O Desenvolvimento, como ainda mais de trinta estudos e artigos (LEFBVRE, idem, p.p. 68-9). Quando fatigado dos estudos teóricos, Lênin “lia e relia Puchkin, Lermontov ou Nekrassov”, relembra Krupskaya (1984, p. 32).

(9) Ocorre que, antes disso, Lênin resolvera limpar o terreno contra a argumentação populista, demonstrando sólido domínio do marxismo e utilizando ainda vasto arsenal da estatística econômica. O que pode ser visto em “O chamado problema dos mercados” (1893, somente publicado em 1937), no famoso “Quem são os amigos do povo e como lutam contra os sociais democratas (resposta aos artigos de Rússiakoie Bogatsvo contra os marxistas)”, de 1894, e em “O conteúdo econômico do populismo e sua crítica no livro do senhor Struve (Reflexo do marxismo na literatura burguesa)”, de 1894-5. Espécie de trilogia, esses “artigos” de Lênin somam nada menos que 422 páginas! Ver: Tomo I, O. C., Akal Ayuso, 1974.

(10) Esquemáticamente, da trajetória de Plekhanov, uma personalidade extremamente difícil, importa destacar: 1) entre 1875 e 1883, Plekhanov foi defensor militante das idéias do populismo, inclusive simpatizante das concepções anarco-terrorismo; 2) no exílio (Genebra) desde 1880, após escrever vários ensaios e artigos importantes, de inspiração marxista, Plekhanov traduz O Manifesto Comunista (1882), e em 1883 funda o grupo “Libertação do Trabalho”, pioneira organização marxista da Rússia; 3) de 1883 a 1903, realiza violenta cruzada de ataques ao populismo; 4) no período 1903-1912, decisivo para a formação do bolchevismo, liderado por Lênin, as relações entre os dois se deterioram, tendo “o pai do marxismo russo” assumindo a posição menchevique (Cf. BARON, 1976, cap. 4 e 5; PALMIER, 1976, cap. I, v. 1).

(11) Segundo depoimento de L. Martov, “(...) [em] meu último ano de exílio havia recebido uma carta [1898] de V. I. Ulianov propondo-me a concertação de uma ‘tríplice aliança’ na qual deveria entrar, além de nós, A. N. Potresov... Adivinhei que se tratava de uma empresa jornalística em gestação. Respondi dando minha completa adesão” (“Notas”, de Martov, apud WALTER, p. 73).

(12) Em 1897 Lênin havia escrito o artigo “As tarefas da social-democracia russa”. Em 1898, nove delegados celebram, em Minsky, o I Congresso do Partido Operário Social-democrata da Rússia — todos são presos logo a seguir. É um ano de intensas lutas operárias, quando Lênin, do exílio, se declara logo membro do partido. Os “economicistas” e os “marxistas legais” atuam com grande desenvoltura (jornais, Revistas, etc.) (WALTER, idem, 72-73; WEBER, 1975, 29-30).

(13) “Os Amigos do Povo” era autodenominação geral das correntes populistas. O longo artigo de Lênin é uma dura resposta ao famoso líder teórico e político M. Mikhailovski (“A literatura e a vida”); a M. Krivenko (“Da solidão de certos intelectuais”); e a Iujakov (“Os problemas do desenvolvimento econômico”), publicados na revista Russkoié Bogatsvo, ou “A Riqueza Russa”. De acordo com PALMIER (idem, p.p.52-54), Lênin leva mais adiante os argumentos de Plekhanov (“As nossas diferenças”, 1894) contra os populistas: “Não há que decidir se o capitalismo deve desenvolver-se ou não: já está desenvolvido. A Rússia não tem de criar os eu proletariado: este já existe”.

#### Bibliografia

- BANDEIRA, Moniz. *Lênin Vida e Obra*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- BARBOSA DE OLIVEIRA, C.A. *O Processo de Industrialização — do capitalismo originário ao atraso*. São Paulo: Unesp, 2003.
- BARON, Samuel. *Plekhanov — el padre del marxismo ruso*. México, Siglo veintiuno editores s.a., 1976.
- BARROSO, Aloisio S. R. *Capitalismo e crise contemporânea a razão novamente oculta*. Diss. de Mestrado, IE/Unicamp, Campinas, fev. 2003.
- BESSE, G., MILHAU, J., SIMON, M. *Lenine, A filosofia e a cultura*. Lisboa, Prelo, 1974.
- CARR, E. H. *1917 Antes y después*. Barcelona, Anagrama, 1969.
- COLE, G. D. H. *Historia del pensamiento socialista — marxismo e anarquismo 1850-1890*, v. II. México, Fondo de Cultura Económica, 1974, terceira reimpressão.
- FERNANDES, Florestan. *Lênin. Política*. (org. e Introdução), São Paulo, Atica, 1978.
- FERNANDES, Luis M. “Rússia: do capitalismo atrasado ao socialismo real”. In: *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, J. Luis Fiori, (org.), Vozes, 1999.
- GRUPI, Luciano. *O pensamento de Lênin*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.
- HOBBSBOWN, E. J. “Introdução ao Manifesto Comunista”. In: *Sobre História, Paz e Terra*, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A Era dos Impérios*. Paz e Terra, 2003, 6ª edição.
- \_\_\_\_\_. “A cultura europeia e o marxismo entre o Séc. XIX e o Séc. XX”. In: *História do marxismo. O marxismo da época da II Internacional*, v. 2, Primeira parte, Paz e Terra, 1982.
- KRUPSKAYA, Nadiezhdá. *Lenin — su vida, su doctrina*. Buenos Aires, Rescate, 1984.
- LEFBVRE, H. *O pensamento de Lenine*. Lisboa, Moraes Editores, 1969.
- LÉNINE. *Biografia*. Avante! Lisboa/Progresso Moscou, 1984.
- LÉNIN, V. I. *Obras Completas*. Tomo I, Madrid, Akal Editor, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. Tomo II, Madrid, Akal Editor, 1978.
- LÉNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. Nova Cultural, Tradução e Apresentação de José Paulo Neto, 1985.
- PALMIER, Michel. *Lenine — A arte e a revolução. (Ensaio sobre a estética marxista)*, V. I. Lisboa, Moraes Editor, 1976.
- VEJARANO, J.J.T. “Apresentação”, in *Lênin, Obras — Tomo I*. Madri: Akal, 1978.
- WALTER, Gerard Lenin. *Biografías Grandesa*. Barcelona-México, Ediciones Grijalbo Ltda., 1974, 5ª edição.
- WEBER, Gerda & Hermann. *Crônica de Lenin — datos sobre su vida y su obra*. Barcelona, Anagrama, 1975.

# MARX

## A crítica de à naturalização do histórico

(final)

Newton Duarte



*Quanto mais a difusão do conhecimento for regida pelas leis de mercado, mais superficializado e imediatista vai se tornando o conhecimento oferecido aos indivíduos e mais superficiais e imediatistas vão se tornando suas necessidades intelectuais*

Na seqüência de sua análise, MARX (1987a: 7) afirma também que os economistas separam produção e distribuição e consideram a produção “como regida por leis eternas da natureza, independentes da história, ocasião esta que serve para introduzir subrepticiamente as relações burguesas como leis naturais imutáveis da sociedade *in abstracto*”.

Outro procedimento utilizado pelos economistas clássicos – e criticado por Marx – é o de análise unilateral da relação entre produção e consumo, isto é, entre oferta e demanda. Também esse procedimento faz parte do processo ideológico de naturalização das relações capitalistas de produção. Primeiramente afirma-se que toda a produção está direcionada para a satisfação nas necessidades dos seres humanos. Em seguida, quase que imperceptivelmente, essas necessidades são reduzidas a necessidades imediatamente individuais. Por fim, as necessidades individuais são vistas como tendo uma origem natural, não induzida. Na ótica dos economistas, a produção seria determinada pelo consumo, isto é, pelas necessidades naturais do indivíduo consumidor:

“Produção, distribuição, troca e consumo formam assim um silogismo com todas as regras: a produção é o termo universal; a distribuição e o câmbio são o termo particular e o consumo é o termo singular com o qual o todo se completa. Nisto há sem dúvida um encadeamento, porém não é superficial. A produção está determinada por leis gerais da natureza; a distribuição resulta da contingência social e por isso pode exercer sobre a produção uma ação mais ou menos estimulante; a troca se situa entre as duas como um movimento formalmente social e o ato final do consumo, que é concebido não somente como término, mas também como objetivo final, situa-se, para dizer a verdade, fora da economia, salvo quando, por sua vez, reage sobre o ponto de partida e inaugura novamente o processo.” (MARX, 1987a: 9-10)

Importante observar que o consumo, ou seja, o momento do processo no qual são satisfeitas as necessidades do indivíduo, é considerado, pelo raciocínio criticado por Marx, como um momento fora da economia, isto é, não determinado pela produção, distribuição e troca. O consumo, enquanto momento individual passa a ser visto, portanto, como determinado por características exclusivamente naturais. Esse raciocínio, menos do que resultado de um simplismo, consiste no resultado da concepção de homem, de indivíduo e de sociedade defendida pelos economistas clássicos. Trata-se de uma concepção na qual a organização da sociedade resulta, em última ins-

tância, do fato dos indivíduos buscarem a satisfação de suas necessidades e interesses particulares, sendo estes concebidos como naturais e não como produtos resultantes da forma dominante de produção de uma certa sociedade. Acreditamos não estar exagerando quando vemos na crítica de Marx a essa concepção dos economistas clássicos uma atualíssima referência para a crítica às concepções hegemônicas, nos dias de hoje, nos vários campos do pensamento, inclusive o do pensamento pedagógico. A concepção individualizante, porém, não se faz presente apenas quando as análises centram-se na abstração de indivíduos isolados, mas quando, mesmo analisando-se o coletivo e as relações interpessoais, as relações entre indivíduo e sociedade são interpretadas como resultando das necessidades individuais, tomadas como ponto de partida. A concepção individualizante é difundida de muitas formas entre elas através da difusão da ideologia do sucesso individual, que preconiza ser esse sucesso resultante da existência, no indivíduo, de algumas qualidades (quase poderíamos dizer “virtudes”) como espírito empreendedor, criatividade, otimismo, perseverança, autoconfiança, disposição para o trabalho, domínio de técnicas atuais (tanto aquelas relativas à produção propriamente dita como aquelas relativas ao gerenciamento do empreendimento) e, principalmente, crença no princípio de que a sociedade só pode progredir se forem respeitadas as leis do mercado.

Essa ideologia tem sido reiteradamente apresentada pelos meios de comunicação de massa, podendo ser citados aqui dois exemplos. O primeiro é o de uma matéria publicitária que era veiculada pela Rede Globo de Televisão, aos sábados à noite, antes do noticiário nacional, isto é, no chamado horário nobre da TV, intitulada “Gente Que Faz” – tendo sido patrocinada por um banco que, por ironia, acabou quebrando e sendo incorporado por um grupo financeiro multinacional. A essência desse programa consistia em mostrar histórias de indivíduos que, em busca de realização de algum “ideal” – não importando qual (montar um negócio, desenvolver um trabalho de assistência social etc) – enfrentavam todos os obstáculos e alcançavam o êxito. Ao final de cada história o locutor sempre encerrava dizendo: “Fulano é gente que faz”. Nele, o objetivo ideológico é claro: tratava-se de difundir exemplos de pessoas que, ao invés de ficarem criticando o governo, criticando o capitalismo, criticando a situação econômica etc, arregaçavam as mangas e faziam algo para alcançarem seu ideal.

Não é mero acaso que atualmente seja tão difundido em educação, o discurso voltado para as características defi-

nidoras de um bom professor, de um professor que reflete sobre sua prática e realiza um trabalho de qualidade, mesmo em condições adversas. Há uma variante desse discurso: ao invés de se falar num professor que é gente que faz, fala-se de uma escola onde os professores coletivamente, de preferência de mãos dadas com a comunidade, transformam aquela escola em exemplo de sucesso escolar. Em nome da superação dos discursos imobilistas é adotado um outro onde a passagem do fracasso ao sucesso torna-se uma questão de força de vontade de alguns indivíduos, ou melhor, de um coletivo, de uma comunidade. O resultado ideológico, pretendido ou não, é bastante claro: o descompromisso do Estado, a despolítica dos problemas educacionais e a abdicação do ideal de lutar por uma transformação radical da sociedade, pela superação do capitalismo e pela construção de uma sociedade socialista. A saída passa a ser as soluções locais, comunitárias, individuais.

Um segundo exemplo da difusão da ideologia do sucesso individual é o do programa Pequenas Empresas, Grandes Negócios, exibido pela mesma emissora. Nossa interpretação é a de que esse programa tem por objetivo principal difundir, entre os que são, ou desejam ser, microempresários não os conhecimentos técnicos, mas sim a ideologia segundo a qual deixar de ser trabalhador assalariado para tornar-se empresário é um sonho ao alcance de todos, bastando, para isso, que o indivíduo possua as virtudes acima arroladas. O ideário neoliberal (que retoma as idéias defendidas pelo liberalismo clássico) faz da difusão dessa crença uma arma de luta ideológica contra todos aqueles que apontam para o agravamento das desigualdades sociais produzido pelo capitalismo mundializado. Segundo o ideário neoliberal, trata-se de educar os indivíduos de maneira a torná-los melhor preparados para disputar seu lugar ao sol no mundo da competitividade. Para isso as virtudes mencionadas são indispensáveis. Mesmo depois de todas as críticas à noção de escola redentora, à idéia de que a educação escolar teria o poder, por si só, de criar uma sociedade democrática, a educação volta novamente a ser encarada como capaz de produzir a superação da exclusão social. Com essa concepção procura-se convencer as pessoas de que a exclusão não seria um processo inerente à economia neoliberal. Tudo resume-se em criar uma nova mentalidade nos indivíduos, adequada ao novo século que se aproxima.

O discurso ideológico contemporâneo não pode, é claro, ser comparado ponto a ponto ao discurso liberal

dos séculos XVIII e XIX; mas a essência é a mesma, a despeito de todos os artifícios retóricos e simbólicos atualmente utilizados. O ambiente ideológico do mundo neoliberal é constituído por discursos aparentemente não articulados entre si, até pelo fato de serem utilizados em momentos distintos. Assim, por exemplo, para a defesa das políticas neoliberais é apresentado, de forma agressiva, o pressuposto de que a sociedade deve ser organizada com base na auto-regulação produzida pelas leis do mercado. No plano ético-filosófico são difundidos os livros sobre as virtudes (para adultos e crianças), a partir da crença de que o aperfeiçoamento da sociedade depende basicamente do desenvolvimento da moralidade individual. No plano sócio-político o aperfeiçoamento da sociedade democrática é apresentado como dependente também da adoção, por todos os indivíduos, de atitudes regidas por princípios como solidariedade e tolerância.

No terceiro *Manuscrito Econômico-Filosófico* de 1844, Marx já havia caracterizado que, no capitalismo, os diversos círculos da atividade humana tornam-se alienados e, na realidade, o que determina as atividades sociais são as relações econômicas. Assim, os economistas, ao retirarem de sua análise da sociedade qualquer princípio moral externo à lógica de reprodução do capital, apenas estão deixando de lado a falsa e hipócrita moral burguesa:

“Se pergunto ao economista: obedeço às leis econômicas se consigo dinheiro com a entrega, com a venda de meu corpo ao prazer alheio? (os operários fabris em França chamam a prostituição de suas esposas e filhas de enésima hora de trabalho, o que é literalmente certo); não atuo de modo econômico ao vender meu amigo aos marroquinos? (e a venda direta dos homens na qualidade de comércio de recrutas, etc., tem lugar em todos os países civilizados), assim o economista me responde: não ages contra minhas leis, mas olha o que dizem a senhora Moral e a senhora Religião; minha moral e minha religião econômicas não têm nada que censurar-te. Mas em quem tenho eu que acreditar então, na economia política ou na moral? A moral da economia política é o ganho, o trabalho e a poupança, a sobriedade, mas a economia política promete satisfazer as minhas necessidades. A economia política da moral é a riqueza de boa consciência, de virtude, etc. Mas como posso ser virtuoso, se não sou? Como posso ter boa consciência, se não sei nada? Tudo isso está fundado na essência da alienação: cada uma aplica-me uma medida diferente e oposta, a moral aplica-me uma e a economia política outra, porque cada uma destas é uma determinada alienação do homem e fixa um círculo particular da atividade essencial alienada; cada uma

delas se relaciona de forma alienada com a outra alienação (...) Assim o senhor Michel Chevalier acusa Ricardo de fazer abstração da moral. Ricardo, no entanto, deixa a economia política falar sua linguagem própria. Se esta não fala moralmente, a culpa não é de Ricardo. M. Chevalier faz abstração da economia política enquanto moraliza, mas necessária e efetivamente, faz abstração da moral, enquanto pratica a economia política. A relação da economia política com a moral, quando não é arbitrária, casual e por isso infundada e não científica, quando não é uma aparência, mas quando é considerada essencial, não pode ser senão a relação das leis econômicas com a moral. Que pode fazer Ricardo se esta relação não existe ou se o que existe é antes o contrário? Além disso, também a oposição entre economia política e moral é só uma aparência, e assim sendo, não há oposição alguma. A economia política apenas expressa ao seu modo as leis morais." (MARX, 1978a:19)

**A** naturalização das relações capitalistas de produção e a naturalização do mercado mundializado, através do procedimento de considerar a produção organizada com o objetivo de atender às necessidades individuais, leva também à concepção de que a ética é um problema de moralidade individual, cabendo ao indivíduo procurar agir moralmente, estabelecendo limites à lógica do lucro. Mas como pode falar em ética e virtude uma sociedade que não se escandaliza com a venda do trabalho, isto é, com a subordinação da atividade de trabalho ao seu valor de troca? Uma sociedade que não se escandaliza com o fato da produção de alimentos ser determinada pela lucratividade? Uma sociedade que não se escandaliza com o fato de a educação e a saúde transformarem-se em mercadorias? Como afirmou Marx na passagem acima citada, mesmo quem defenda um discurso moralizante, ao agir no âmbito econômico não pode deixar de levar em conta a lógica do capitalismo, cuja moral é a da acumulação, da rentabilidade e do lucro. Em última instância, a lógica econômica do capitalismo não é harmonizável com princípios éticos, como solidariedade, fraternidade e justiça. Mas o capitalismo precisa da coexistência dos dois tipos de discurso, o econômico-pragmático e o discurso moral, pois o segundo é necessário particularmente para evitar o total esfacelamento do tecido social que resultaria da radicalização do próprio princípio liberal, segundo o qual o progresso social resulta da busca incessante de satisfação das necessidades e interesses pessoais.

A questão das necessidades e interesses individuais está, portanto, na base de sustentação do edifício ideológico liberal e neoliberal, fato esse que fica evidente na crítica de

Marx à maneira como os economistas clássicos analisavam a questão das relações entre produção, distribuição, troca e consumo. Vimos que, nos *Grundrisse*, Marx critica os economistas por naturalizarem a produção e por apresentá-la como voltada para a satisfação do consumo individual. A inconsistência dessa concepção reside no escamoteamento do fato de a produção não ter como objetivo principal a realização dos indivíduos, mas sim o aumento de riqueza, o aumento de capital. Além disso, as necessidades e interesses individuais são, também eles, determinados pela forma de a sociedade organizar sua produção.

O procedimento de naturalização, que situa nos indivíduos a origem de processos que abarcam a sociedade como um todo, acaba também por naturalizar o indivíduo e, nesse sentido, torna-se incapaz de compreender o processo histórico e social de formação da individualidade. MARX (1987a:83-84) mostra com clareza esse processo, ao analisar como os economistas clássicos interpretam, enquanto efetivação de um atributo da natureza humana, a produção de uma sociedade na qual o trabalho é trocado por mercadorias, tornando-se, nessa sociedade, a troca de mercadorias a relação social universal e tornando-se o valor de troca a mediação universal entre os homens. Os economistas clássicos acreditavam que o interesse geral seria uma resultante do fato de cada indivíduo perseguir seu interesse particular. Marx criticava essa concepção, afirmando: nessa "guerra de todos contra todos", onde cada um perseguiria seu próprio e egoísta interesse particular, a resultante final seria não uma afirmação do interesse geral, mas sim uma "negação geral", pois as ações de cada indivíduo constituiriam um obstáculo à satisfação dos interesses de outros indivíduos. Assim, para Marx, a relação entre interesse particular e o todo da sociedade deveria ser vista sob outro ângulo: o de que o interesse particular já constitui, em si mesmo, algo determinado pela reprodução da sociedade:

"A redução de todos os produtos e de todas as atividades a valores de troca pressupõe tanto a dissolução de todas as rígidas relações de dependência pessoais (históricas) na produção, como a dependência recíproca geral dos produtores. Não somente a produção de cada indivíduo depende da produção de todos os outros, mas também a transformação de seu produto em meio de vida pessoal passa a depender do consumo de todos os demais. Os preços são coisas antigas, o mesmo que a troca; porém tanto a determinação progressiva de uns, através dos custos de produção como o domínio da outra sobre todas as relações de produ-



ção se desenvolvem plenamente pela primeira vez, e seguem desenvolvendo-se cada vez mais plenamente, somente na sociedade burguesa, na sociedade da livre concorrência. O que Adam Smith, à maneira tão própria do século XVIII, situa no período pré-histórico e faz preceder a história, é sobretudo o produto desta. Esta dependência recíproca se expressa na necessidade permanente da troca e no valor de troca como mediador generalizado. Os economistas expressam este fato do modo seguinte: cada um persegue seu interesse privado e somente seu interesse privado, e desse modo, sem sabe-lo, serve ao interesse privado de todos, ao interesse geral. O válido desta afirmação não está no fato de que cada um perseguindo seu interesse privado se alcança a totalidade dos interesses privados, isto é, o interesse geral. Desta frase abstrata se poderia melhor deduzir que cada um obstaculiza reciprocamente o interesse do outro, de tal modo que, em lugar de uma afirmação geral, resulta deste bellum omnium contra omnes (guerra de todos contra todos); isto sim uma negação geral. O ponto verdadeiro está sobretudo em que o próprio interesse privado é já um interesse socialmente determinado e pode ser alcançado somente no âmbito das condições que fixa a sociedade com os meios que ela oferece; está ligado, por conseguinte, à reprodução destas condições e destes meios. Trata-se dos interesses dos indivíduos particulares; porém seu conteúdo, assim como sua forma e os meios de sua realização, estão dados pelas condições sociais independentes de todos.” (MARX:1987 a:83-84)

Como fica evidente nessa citação, Marx já havia caracterizado no século passado – portanto, bem antes do tão propalado discurso da globalização –, que uma consequência intrínseca à lógica de expansão do capital é de tornar cada indivíduo dependente do conjunto da produção econômica pela mediação do valor de troca que se universaliza, derrubando todos os outros laços humanos que possam ser obstáculo ao domínio do capital. A reprodução do capital, isto é, a produção econômica, determina o conteúdo dos interesses individuais, sua forma e também os meios de sua realização. Por essa razão, não têm consistência as tentativas de justificar e defender a sociedade regida pelas leis do mercado através do argumento de essa sociedade organizar-se de maneira a atender aos interesses e às necessidades individuais. Esse argumento parte de uma análise unilateral, como se o momento do consumo, ou seja, o momento da satisfação da necessidade pessoal, fosse algo que estivesse fora da

esfera das determinações econômicas. Esse argumento não contempla o fato de que se, por um lado, precisa existir o consumo individual para que haja a produção, por outro, a produção determina os padrões culturais de satisfação até mesmo das necessidades individuais de origem biológica e cria necessidades inteiramente novas, sem qualquer origem biológica. Isso sem entrar aqui no caso, também analisado por Marx, da existência do consumo produtivo, ou melhor, do consumo necessário ao próprio processo de produção.

Na mesma linha de raciocínio, entendemos não ter consistência o ideário que afirma serem, em nossa sociedade, a produção e a difusão de bens culturais determinadas pela demanda, ou seja, pela “democrática satisfação das preferências individuais”. Repetimos o argumento apresentado por Marx: se, por um lado, não existe produção sem consumidor, por outro lado, as necessidades e as preferências do consumidor vão sendo historicamente determinadas pela produção.

Após analisar as formas pelas quais o consumo produz a produção, Marx focaliza, nos Grundrisse, as três formas pelas quais a produção produz o consumo:

“Pelo lado da produção a isto corresponde: 1) Que ela proporciona ao consumo seu material, seu objeto. Um consumo sem objeto não é um consumo; em consequência, neste aspecto a produção cria, produz o consumo. 2) Porém não é somente o objeto que é criado pela produção para o consumo. Ela dá também ao consumo seu caráter determinado, seu finish [acabamento]. Do mesmo modo que o consumo dava ao produto seu finish como produto, a produção dá seu finish ao consumo. Em suma, o objeto não é um objeto em geral, mas sim um objeto determinado, que deve ser consumido de uma maneira determinada. A fome é fome, porém a fome que se satisfaz com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome muito diferente da que devora carne crua com ajuda de unhas e dentes. Não é unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, que a produção produz não somente objetiva mas também subjetivamente. A produção cria, pois, o consumidor. 3) A produção não somente provê um material à necessidade, mas também uma necessidade ao material. Quando o consumo emerge de sua primeira forma imediata e de sua rudeza natural – e o fato de retardar-se nessa fase seria o resultado de uma produção que não superou a rudeza natural – é mediado como impulso para o objeto. O objeto da arte – da mesma maneira que qualquer outro produto – cria um povo sensível à arte, capaz do gozo estético.” (MARX, 1987a:12)

Essa análise feita por Marx, da dialética entre produção e consumo vai frontalmente contra a naturalização das necessidades humanas. A abordagem naturalizante dos economistas clássicos vê a produção social organizada para atender às necessidades naturais dos indivíduos. Nessa concepção, o ponto de partida que determina o social são as necessidades individuais, vistas como naturais, primárias, imediatas, não produzidas. Marx desfaz essa concepção naturalizante ao mostrar que entre as necessidades e o consumo existe a mediação da produção. Mediação essa que se torna determinante do consumo ao criar os objetos para o mesmo, as formas pelas quais esses objetos serão consumidos e a necessidade que impulsiona o indivíduo a consumir esses objetos. Essa análise de Marx é válida tanto no sentido do processo de humanização, isto é, de desenvolvimento do gênero humano (o surgimento, ao longo da história, de necessidades cada vez mais elevadas) como também no sentido específico do processo de alienação das necessidades na sociedade capitalista, onde a produção de mercadorias leva à produção de necessidades alienantes e consumistas nos indivíduos.

A referência de Marx à produção da arte, da obra de arte, como, ao mesmo tempo, a produção da sensibilidade estética, do “consumo” estético, mostra que a análise marxiana da dialética entre produção e consumo aplica-se tanto à produção material propriamente dita, como à produção intelectual, isto é, à produção não material. Assim, entendemos ser legítimo aplicar essa análise à educação em geral e também à educação escolar em particular. Já há algum tempo temos defendido a tese de que a educação escolar deve ser vista não de forma unilateral, não como um processo de satisfação das necessidades espontâneas dos indivíduos, mas sim como um processo que produza necessidades cada vez mais elevadas nos indivíduos, cada vez mais enriquecedoras. A educação enriquece o indivíduo fazendo com que ele se aproprie de determinados conhecimentos e fazendo com que essa apropriação, por sua vez, gere a necessidade de novos conhecimentos que ultrapassem, cada vez mais, o pragmatismo imediatista da vida cotidiana e aproximem o indivíduo das obras mais elevadas produzidas pelo pensamento humano.

A produção dessas necessidades não se realiza sem que o processo educativo conduza o indivíduo ao interior do universo de determinado conhecimento que se pretenda transmitir. O exemplo da obra de arte, dado por Marx, é bastante ilustrativo, com a ressalva de que não basta a existência da obra, é preciso que a sociedade, como ele disse, “crie um povo sensível à arte, capaz

do gozo estético”. A sociedade atual é pródiga em mecanismos que fazem o contrário, isto é, criam entre a maioria da população e os bens culturais elevados da humanidade uma barreira quase intransponível, constituída pela difusão maciça de lixo cultural e pela precariedade da educação escolar.

O lema do “aprender a aprender” não considera o processo descrito por Marx, onde a produção cria o consumidor. Numa sociedade onde a difusão dos bens culturais é mediatizada pelo valor de troca, isto é, pela lucratividade imediata, a afirmação de que os indivíduos que aprendam a aprender terão todo acesso ao conhecimento através dos múltiplos e modernos meios de transmissão de informações e de conhecimentos, não passa de uma afirmação reveladora de grande ingenuidade ou, o que é pior, de grande cinismo. Quanto mais a difusão do conhecimento for regida pelas leis de mercado, mais superficializado e imediatista vai se tornando o conhecimento oferecido aos indivíduos e mais superficiais e imediatistas vão se tornando as necessidades intelectuais desses indivíduos. Temos, assim, um círculo vicioso onde o objetivo do lucro imediato vai gerando produtos mais ampla e facilmente consumíveis e, por sua vez, as necessidades e as preferências dos indivíduos vão empobrecendo-se cada vez mais. Nesse contexto, defender o “aprender a aprender” é decretar a derrota do saber e contribuir decisivamente para o processo de esvaziamento dos indivíduos. Processo esse gerado pelo fato do valor de troca ser a mediação universal na sociedade capitalista.

**Newton Duarte** é doutor e Livre Docente em Educação pela UNICAMP e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP/Araraquara. Texto referente ao item 2 do capítulo 3 do livro: Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações pós-modernas e neoliberais da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados. 2000 — p. 128-157.

### Bibliografia

- MARX, K. 1978a. “Manuscritos econômico-filosóficos (Terceiro manuscrito)”. In: Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, p. 3-48 (Coleção Os Pensadores).
- 1978b. “Para a crítica da economia política”. In: Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, p. 135-257 (Coleção Os Pensadores).
- 1987a. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse — 1857-1858). 2ª ed. México: Siglo XXI, vol. 1.
- 1987c. “Crítica do direito do Estado de Hegel”. In: Escritos de juventud. México: Fondo de Cultura Económica, p. 319-438.
- KANT, I. 1994. Ideas para una Historia Universal en Clave Cosmopolita y otros escritos sobre filosofía de la historia. 2ª ed. Madri: Tecnos.

# Novos passos na luta emancipacionista

Jô Moraes



*Os impasses vividos pelo feminismo, hoje, são parte da crise que atingiu o movimento operário e progressista. A saída exige um amplo debate que não pode se dar apenas nos marcos das organizações e espaços das feministas*

**P**ouco mais de dois séculos separam os dias atuais do levante das trabalhadoras francesas no assalto à Bastilha buscando a “liberdade para o trabalho”. Há apenas uma centena e meia de anos, mulheres da fábrica Cotton, em Nova York, eram vítimas da crueldade do capital, na histórica greve pela redução da jornada de trabalho, consumidas no fogo que foram, junto com seus teares. Aos olhos da sociedade atual parece pura lenda as imagens das “bruxas” queimadas nas fogueiras da inquisição por sua ousadia de pensar e de saber.

Os tempos são outros e a metade mulher dos habitantes do mundo descobriu-se enquanto sujeito histórico. *“Milhares e milhares se fizeram visíveis, abandonaram o âmbito privado e saíram a pelear pelos seus”* (Edelman). Nessa passagem pelas ruas em sua luta cotidiana, a mulher elevou sua consciência, afirmou sua auto-estima e incorporou-se à ação política, alcançando significativos avanços.

Os últimos 90 anos presenciaram uma verdadeira reviravolta na situação das mulheres em diferentes campos da vida humana: acelerou-se sua integração ao mercado de trabalho; sua agenda de direitos foi reconhecida pelos organismos internacionais e por inúmeros governos; estudos sobre sua especificidade foram absorvidos pelo debate científico em incontáveis espaços acadêmicos.

Estas mudanças se deram num mundo em que a humanidade pôde presenciar um extraordinário desenvolvimento científico e tecnológico. Em igual período, avanços históricos ocorreram com as revoluções sociais e anticoloniais que levaram ao poder as novas experiências de sociedades socialistas, pautadas no ideário do fim da exploração nas relações humanas.

Contraditoriamente, nunca ficaram tão claras a existência e a continuidade da opressão de gênero. O progresso material da sociedade não foi acompanhado, em igual intensidade, pelo avanço social e espiritual, particularmente no que se refere à vida das mulheres. As chagas da opressão saltam aos olhos na lentidão da igualdade no trabalho, nas cicatrizes da violência, na distância dos níveis de poder.

Numa etapa histórica em que muitas foram as vitórias, seguidas de incontáveis derrotas na luta da humanidade pela sua emancipação e, igualmente, na luta específica das mulheres, novas inquietações são postas para tornar claros os caminhos a percorrer.

### Condicionantes

Há um ambiente contraditório que cerca a nova caminhada. A situação mundial é marcada pela unipolaridade sob hegemonia americana, pela exacerbação do militarismo,

pelo desrespeito aos organismos internacionais e seus contratos de convivência pactuados, pela exclusão de milhões de homens e mulheres dos bens da terra, pela financeirização das relações econômicas. Agrava essa situação a interrupção das experiências socialistas européias e a conseqüente crise do paradigma das sociedades do trabalho, pressuposto fundamental da luta emancipadora de homens e mulheres.

A hegemonia conservadora no mundo e a crise do paradigma emancipatório criam limites objetivos e subjetivos para a caminhada. A experiência histórica indica que os avanços alcançados pelas mulheres sempre se deram em um ambiente democrático e de progresso. Os socialistas e seu movimento operário foram os que maior visibilidade deram à luta pelo reconhecimento dos direitos das trabalhadoras, no início do século passado.

Apesar desses limites há sinais positivos nesse processo. As particularidades do modelo de dominação capitalista-imperialista atual, com a exacerbação da barbárie social, provocam, ao mesmo tempo, o crescimento do inconformismo humano através do surgimento de um número crescente de manifestações, organizações e movimentos cuja característica central é sua diversidade temática, multiplicidade de sujeitos e seu atual estágio de articulação globalizada.

O movimento feminista assume uma nova dinâmica, fruto das alterações dessas últimas décadas. Diversifica-se, torna-se mais plural, descentraliza-se, redefine conceitos, reelabora estratégias, eleva a sua articulação supra-nacional. Ao mesmo tempo, fragmenta-se, enfraquece a sua organização autônoma, não consegue assumir um caráter de massa.

Essa nova dinâmica, com seus aspectos positivos e negativos introduz componentes pouco conhecidos que precisam ser mais bem observados. De um lado, a força da articulação internacional dá maior visibilidade às discriminações e aos preconceitos que pesam sobre as mulheres, contribuindo para a construção de uma agenda mundial comum. O reconhecimento das instâncias governamentais eleva o combate à discriminação de gênero a um patamar de tarefa de toda a humanidade. A multiplicidade de abordagens temáticas e de estruturas organizativas amplia os espaços da agenda feminista.

De outro lado, a agenda de caráter universal, algumas vezes leva a um distanciamento do movimento real, do cotidiano das mulheres brasileiras submetidas à lógica de uma sociedade de extrema desigualdade. Carece de articulação e força o enfrentamento de problemas relativos à precarização da mão-de-obra feminina, à necessidade da maternidade compartilhada, à dimensão da maternidade juvenil, às doenças específicas e a qualidade de vida da mulher, à exigência de um novo padrão de família que iniba a violência doméstica.

O predomínio da ação institucional retira a radicalidade na luta, própria de todos os movimentos emancipatórios. A multiplicidade temática contribui para o aprofundamento do debate, mas a fragmentação leva o feminismo a perder a dimensão de “universalidade material da espécie” (Valcárcel) e, conseqüentemente, a força de pressão que representa essa dimensão.

Nessa conjuntura contraditória, o continente latino-americano também sofre mudanças políticas como conseqüência da resistência de sua gente frente à exacerbação neoliberal. Vários governos que tinham compromisso com essa agenda foram substituídos. No Brasil, a virada política construída pela sociedade brasileira na última eleição levou ao governo central um conjunto de forças que tem à frente aquelas identificadas com a luta dos explorados pelo progresso.

Embora de caráter heterogêneo, o novo governo criou um ambiente favorável ao combate às teses neoliberais, implantadas no país nesses últimos dez anos, apesar da permanência, ainda, da política macro-econômica anterior. (As mulheres sabem o quanto lhes custou o empobrecimento da sociedade – onde são a maioria – e a redução dos serviços do Estado – o tal “estado mínimo” – que lhes legou a ausência de creches, a piora nos serviços de saúde e a responsabilidade privada da atenção aos idosos...).

Nas condições históricas da sociedade brasileira essa alteração política se deu assumindo um caráter contraditório. Por isso, a luta entre a *continuidade* e a *mudança* que se incorporou à dinâmica não só do governo, mas também da sociedade, só poderá ter uma equação que sirva ao progresso se for contaminada pela pressão dos/das “de baixo”, empurrados que serão pelas dificuldades que os/as cercam. Cabe ao movimento feminista incorporar-se a esse esforço para aproveitar os espaços institucionais abertos nessa nova fase, buscando o compromisso do novo governo para garantir que as conquistas legais se tornem realidade, elevar o debate de sua agenda própria, articular-se com outros setores do movimento popular, reforçando sua organização e sua autonomia.

### As mulheres existem

Chegou-se a uma fase em que “*as lutas e conquistas de direitos políticos e sociais, experimentadas ao longo da primeira metade do século XX permitiram o estatuto jurídico da cidadania plena, a ampliação da presença das mulheres em espaços decisórios e a posterior consolidação do princípio da igualdade entre os sexos*”, ressaltados os países onde o fundamentalismo religioso se mescla com o Estado, segundo Clara Araújo.

A vida mostrou, no entanto, que há uma grande distân-

cia entre a conquista legal e a transformação dela em prática cotidiana. “*Hoje, mesmo amparadas por conquistas jurídicas e formais – concebidas desde a ilustração, numa democracia erigida sobre a igualdade legal – as mulheres vivem, no seu cotidiano, situações de desrespeito aos seus direitos e de imposições de limites ao exercício da cidadania plena*” (Jonas).

No Brasil, sob a pressão mobilizadora das mulheres, essas conquistas jurídicas se deram particularmente no direito ao voto, em 1932, na Constituição Federal de 1988, na Lei 9.100 de 1995, a chamada “lei de cotas”, que instituiu um percentual mínimo para os sexos nas chapas eleitorais e através do Novo Código Civil Brasileiro, de janeiro de 2003.

Na virada do século, as mulheres superaram numericamente os homens, representando 51,32% da população brasileira. Cresceu significativamente a escolaridade feminina, ultrapassando em 0,27 a taxa de alfabetização masculina. De 1991 a 2000 sua participação no mercado de trabalho foi de 32,5% a 40,4%. Nos últimos dez anos a defasagem salarial em relação aos rendimentos masculinos reduziu-se em 7,5 pontos percentuais.

Estes avanços, no entanto, foram acompanhados da permanência dos preconceitos e da discriminação. Mesmo representando 51,32% do eleitorado brasileiro, as mulheres são 8,7% dos cargos eletivos do Congresso Nacional. Para igualar seu salário ao dos homens, se continuar no ritmo atual, ainda levarão 30 anos. São reféns em sua própria casa – 63% das agressões físicas contra as mulheres acontecem nos espaços domésticos, segundo pesquisa do IBGE de fins dos anos 80.

Aquela que seria a grande bandeira das mulheres nos últimos dois séculos, a luta pela igualdade jurídica, demonstrou os limites de seu alcance recolocando o debate sobre a necessidade de uma estratégia mais abrangente na luta emancipadora da mulher para liberar suas energias transformadoras. Mais do que nunca está posta a questão: *onde queremos chegar?*

### Em busca do paradigma perdido

Como uma característica do período mais recente os movimentos vinculados à luta das mulheres por seus direitos alterou significativamente sua prática. Reduziram-se as atividades comuns articuladas, reduziram-se também as manifestações de rua e os encontros massivos. Empurrado por mudanças estruturais e pela ampliação dos espaços democráticos no continente, condicionado por certo esvaziamento de suas bandeiras históricas de igualdade jurídica, o feminismo redefine sua ação acentuando sua intervenção institucional.

Essa perda de radicalidade das bandeiras e das formas de

luta do movimento feminista tem diferentes explicações. O esgotamento da etapa em que o centro mobilizador era a igualdade formal, expressa em marcos legais, veio acompanhado da enorme dificuldade de levar essas conquistas para o cotidiano das mulheres. A luta para implementar os direitos conquistados se descentraliza, transformando-se numa verdadeira "guerra de guerrilhas", disputada em cada espaço da existência. Se, na etapa finda, o confronto se dava entre o conjunto dos movimentos e as instituições onde se votavam as leis, agora a luta se desloca para outros cenários: o das fábricas e empresas (com os departamentos de pessoal ou chefias); o dos lares, num confronto solitário na violência doméstica; junto aos governos locais para assegurar políticas públicas; junto às instâncias de representação e organização do poder político e dos movimentos sociais, sobretudo no movimento sindical, tradicional espaço masculino.

A própria vida vem apontando que a implementação das conquistas exige maior poder de pressão e o apoio de outras esferas de organização da sociedade. A opressão cotidiana que pesa sobre as mulheres não é uma mera expressão da cultura patriarcal. Ela está intimamente associada às diferentes formas de exploração da sociedade capitalista. A trabalhadora ganha menos do que o homem, como uma forma de o patrão se apropriar da situação de subalternidade da mulher para pressionar os salários para baixo. O trabalho doméstico não é remunerado como alternativa do capitalista para ampliar seus lucros através da apropriação do trabalho doméstico gratuito.

A luta para que a mulher ocupe os espaços de poder se situa numa arena em que os diferentes projetos para o país, em torno da continuidade ou não do modelo neoliberal anteriormente hegemônico, acirram seu confronto. Num clima, onde predomina no mundo a agenda conservadora não há preocupação com a democratização e aperfeiçoamento das instâncias de representação. São quase inexistentes as iniciativas dos partidos para irem além do cumprimento das cotas e tomarem medidas de formação, qualificação e apoio às filiadas para exercerem as novas funções que lhes impõe o "empoderamento". Compartilhar o poder entre os gêneros é um gesto de elevada consciência progressista que só é alcançado pelos que buscam um projeto de ruptura com a ordem neoliberal vigente.

Essa nova etapa da luta das mulheres exige um nível superior do debate sobre as razões da discriminação de gênero. A contribuição teórica dada, nesse período, pelos diferentes núcleos de estudo nas universidades foi de grande relevância. O importante agora é **aproximar a produção acadêmica da luta cotidiana** dos movimentos de mulheres, ajudando-os a pesquisar e tirar ensinamentos de sua própria

experiência. Retomar uma agenda que trate de forma mais universalizante as discriminações de gênero. Neste sentido, a conquista de **políticas públicas de gênero**, em especial as que garantem um apoio à trabalhadora, em todos os níveis de governo, é importante instrumento mobilizador. E é a materialização do necessário confronto com o modelo neoliberal de "estado mínimo", assumindo contornos de bandeira tática de sentido estratégico. Os **espaços de formação e qualificação para a cidadania** devem ser ampliados e diversificados como forma de sustentar e elevar a luta cotidiana. A **incorporação das entidades feministas a todos os fóruns unificadores da luta do povo brasileiro** é componente fundamental para lhes dar maior protagonismo político e social.

Os impasses vividos pelo feminismo, hoje, na busca de descobrir e retomar sua perspectiva emancipatória são parte da crise que atingiu o movimento operário e progressista após a interrupção das experiências socialistas do Leste europeu. A saída dessa crise exige um amplo debate que não pode se dar apenas nos marcos das organizações e espaços das feministas. É necessário **se incorporar à busca que o movimento socialista realiza para descobrir os caminhos da retomada dos ideais das sociedades do trabalho**. Para isso, a corrente do feminismo emancipacionista necessita continuar investigando a experiência da construção socialista na ótica do enfrentamento das discriminações de gênero e **intensificar a sua aproximação com as bandeiras e as mobilizações das mulheres trabalhadoras**.

A trajetória humana na busca de melhores dias tem sido, a partir das sociedades de classe, dura e sinuosa. Mas ela sempre encontra energias transformadoras naqueles e naquelas que, submetidos/as a qualquer tipo de opressão, ao tomarem consciência dela, rebelam-se para pôr um fim à situação. 🍀

**Jô Moraes** é do Comitê Central do PCdoB e deputada estadual PCdoB/MG.

### Referências

- ALVAREZ, Sonia. "Feminismos Latino-americanos". *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 6, n.2, 1998.
- VARGAS, Virgínia. *La Subversion de Los Feminismos Latinoamericanos. Memoria Del Seminario Internacional*. Uruguai: REPEN/DAWN, 1999.
- JONAS, Eline. "As Mulheres como Protagonistas de sua História". *Revista Presença da Mulher*, São Paulo, n. 43, 2002.
- ARAÚJO, Clara. "O Poder Político e as Novas Estratégias Feministas". *Revista Presença da Mulher*, São Paulo, n. 41, 2002.
- EDELMAN, Fanny. *Feminismo y Marxismo*. Ediciones CuadernosMarxistas, Buenos Aires, 2001.

# Futebol, racismo e identidade cultural

**O Negro no Futebol Brasileiro, Mário Filho, Editora Mauad, 2003**

A Editora Mauad acaba de lançar uma belíssima reedição da obra clássica de Mário Filho *O Negro no Futebol Brasileiro*, publicada originalmente em 1947. Trata-se, sem dúvida, do principal livro de referência sobre a gênese e formação do futebol de massas no Brasil. O rigor investigativo, a erudição e a riqueza de informações que marcam a pesquisa do cronista sobre o período formativo do nosso futebol, situam a sua obra no âmbito da historiografia e sociologia dos esportes, no mesmo plano dos grandes textos interpretativos da formação social brasileira, como *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, ou *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro.

Mário Filho – cujo nome, merecidamente, crismou o monumental estádio construído no bairro Maracanã, Rio de Janeiro, para a Copa do Mundo de 1950 – traça um interessantíssimo painel do desenvolvimento do futebol brasileiro nas primeiras décadas do Século XX, enfocando, principalmente, a sua prática e organização no Distrito Federal de então, mas abarcando, igualmente, a sua evolução em outras regiões do país, como São Paulo e Bahia. Para tal, o autor empreendeu ampla pesquisa em jornais da época e documentos oficiais de associações desportivas. Sua principal fonte, no entanto, foram as centenas de entrevistas realizadas com os principais atores diretamente envolvidos na prática e consolidação do novo esporte: jogadores, dirigentes, associados e torcedores. Esta opção metodológica situa *O Negro no Futebol Brasileiro* como obra precursora do recurso sistemático à História Oral como fonte da História Escrita, prática que só viria a se disseminar mais amplamente nas Ciências Sociais brasileiras décadas depois. Foi essa opção que permitiu a Mário Filho reconstituir uma tradição oral que, nas suas próprias palavras, era “muito mais rica, muito mais viva do que a escrita dos documentos oficiais, graves, circunspectos” ou dos jornais que “diziam quase nada”.

Qual é a história simultaneamente desvelada e construída pelos primeiros praticantes do futebol no Brasil, que nos é resgatada pela cativante narrativa de Mário Filho? É a de um esporte praticado quase que exclusivamente por clubes de engenheiros e técnicos ingleses e suas famílias no início do Século XX. Do fascínio pelo novo esporte por jovens da elite metropolitana que conviviam com os ingle-

ses e os seus clubes. Da organização de clubes para a prática do futebol nos bairros da elite social da Capital, que se tornaram, igualmente, importantes centros de convivência das “famílias de bem”. Da precaução dos organizadores dos primeiros campeonatos de futebol em não marcar jogos nos dias das regatas de remo para não ficarem sem público. Da rápida expansão do gosto pela assistência do futebol, fazendo com que fossem os organizadores das regatas de remo os que passassem a ter que remarcar suas disputas para não coincidir com os jogos do recém-chegado “esporte bretão”. Da gradual substituição de profissionais liberais e funcionários públicos por acadêmicos e candidatos a bacharel na base dos principais times de futebol (já que nos marcos da estrutura amadorística que regulava a competição desportiva de então, estes dispunham de mais tempo para treinar). Da virtual monopolização dos campeonatos pelos “grandes clubes” dos bairros de elite, relegando os poucos clubes participantes com sede na periferia ou nos subúrbios (e que contavam com a participação de alguns jogadores negros, mulatos ou de origem popular) à condição de simples sparrings, eternamente condenados à derrota nas competições.

A narrativa de Mário Filho conta, igualmente, como esta estrutura elitista que dominou futebol brasileiro nos seus primórdios veio a ser quebrada. Na Capital Federal, os marcos desta ruptura foram os triunfos do Vasco da Gama no campeonato de 1923, do São Cristóvão no de 1926, e do Bangu no de 1933. Todos eram clubes de origem popular, com sedes no que então se consideravam “bairros periféricos” da cidade, e contavam com numerosos jogadores negros, mulatos e de origem humilde. Destes clubes, como é sabido, apenas o Vasco conseguiu se consolidar na elite do futebol brasileiro (o próprio conceito de “elite” passando a ser referido não mais à condição social dos atletas ou associados do clube, mas ao seu desempenho esportivo em seguidas competições). Mas o destaque dado à ascensão do Vasco em 1923 na narrativa de Mário Filho deve-se ao fato desta ter operado uma “verdadeira revolução” no futebol brasileiro. A aguda sensibilidade social do cronista, reforçada pelos depoimentos colhidos nas entrevistas, captou o significado mais profundo e duradouro desta revolução:

“Os clubes finos, de sociedade, como se dizia, estavam diante de um fato consumado. Não se ganhava campeonato só com times de brancos. Um time de brancos, mulatos

e pretos era o campeão da cidade. Contra esse time, os times de brancos não tinham podido fazer nada. Desaparecera a vantagem de ser de boa família, de ser estudante, de ser branco. O rapaz de boa família, o estudante, o branco, tinha de competir, em igualdade de condições, com o pé-rapado, quase analfabeto, o mulato e o preto, para ver quem jogava melhor.”

No futebol, assim como na vida social e na História em geral, todo processo de ruptura se depara com a reação das forças dominantes que se sentem ameaçadas. No caso da ascensão do Vasco em 1923, esta reação se deu em duas frentes. A primeira, ainda com o campeonato em andamento, se processou na própria assistência dos jogos. A escalada vitoriosa de um clube de origem popular trouxe uma afluência de novo tipo às nobres arquibancadas dos clubes tradicionais. O próprio Mário Filho relata como havia se tornado costume entre “famílias de bem”, após assistir missa na Igreja da Matriz da Glória no Largo do Machado, se dirigir, ainda trajando as suas melhores roupas de Domingo, para o estádio do Fluminense nas Laranjeiras, para acompanhar a performance dos seus filhos e amigos nos jogos de futebol. Com a ascensão do Vasco, essa seleta assistência passava a ter de disputar lugar nas arquibancadas com imigrantes portugueses, suas famílias, colegas e empregados. Para a elite da época, tratava-se de inaceitável subversão da hierarquia social. Guardadas as devidas proporções históricas, era como se, nos dias de hoje, uma turba de farofeiros invadisse as bancadas do Jockey Club atrapalhando o desfile de gala da Alta Sociedade em pleno Grande Prêmio Brasil. A primeira reação elitista a essa “invasão” tomou a forma de um curioso e deslocado antilusitanismo, que se espalhou rapidamente entre os adeptos dos “clubes grandes” de então (Fluminense, Flamengo, Botafogo e América). Tratava-se de uma espécie de reedição farsesca do jacobinismo antilusitano do início da República no Brasil. Mas o alvo do antilusitanismo republicano era a monarquia, ao passo que a sua nova versão futebolística se voltava contra o imigrante, por parte de uma elite formada historicamente em convívio íntimo com a corte imperial. Por isso, as diatribes lançadas contra “o português” mal disfarçavam a sua real carga de preconceito social.

A segunda reação foi de natureza institucional, e muito mais séria. Os quatro clubes tradicionais acima citados se retiraram da Liga Metropolitana que organizara o Campeonato vencido pelo Vasco e fundaram a Associação Metropolitana de Esportes Atléticos (AMEA). Sob a presidência do patrono do Fluminense, Arnaldo Guinle – que

o próprio Mário Filho caracterizou como “uma espécie de Príncipe de Gales do esporte brasileiro” –, a AMEA adotou controles rígidos sobre a origem social dos atletas dos clubes filiados, incluindo a investigação minuciosa dos seus meios de sobrevivência e a aplicação de questionários extensos para aferir o seu grau de escolarização. O objetivo, segundo o autor, era expurgar os atletas negros, mulatos e de origem humilde que haviam subvertido o monopólio elitista do futebol que imperara até então. O Vasco não aceitou essas condições e permaneceu na Liga Metropolitana, gerando a disputa de dois campeonatos de futebol paralelos na Capital Federal.

Alguns autores críticos da obra de Mário Filho sustentam que a ausência de referências explícitas à questão racial nos documentos da AMEA não permitiria caracterizar os seus desígnios como “racistas”. A verdadeira polarização se daria entre a defesa de formatos amadores ou semiprofissionais para o esporte. Ocorre, no entanto, que a polêmica em torno do amadorismo está diretamente ligada à questão da origem social dos praticantes do futebol. Já vimos como as estruturas do amadorismo privilegiavam os estudantes e candidatos a bacharel na prática do esporte (e dada a composição étnica da nossa estratificação social, este era um universo quase que exclusivamente branco nas primeiras décadas do Século XX). O ponto forte da interpretação de Mário Filho, respaldada nos depoimentos dos principais participantes no processo que resultou na cisão do futebol carioca, reside, precisamente, no destaque dado ao entrelaçamento material e simbólico dos preconceitos raciais e sociais. Só assim podemos compreender a profundidade do enigmático comentário, citado no livro, do jogador negro Robson que atuava no Fluminense no início dos anos '50: “Eu já fui preto e sei o que é isso.”

O caminho da superação das barreiras sociais e raciais para a prática do futebol aberto pela ascensão do Vasco em 1923 e seguido pelo São Cristóvão em 1926 e o Bangu em 1933 foi coroado pela implantação generalizada do profissionalismo na década de '30. Este regime abriu definitivamente as portas dos grandes clubes brasileiros para jogadores profissionais negros, mulatos e de origem humilde (embora alguns, como o Fluminense, continuassem a fazer questão de evitar o convívio dos atletas profissionais – definidos como empregados do clube – com o seu quadro social). Na seqüência da sua adoção do profissionalismo, a contratação dos maiores ídolos negros do futebol brasileiro – Leônidas da Silva, Domingos da Guia e Fausto dos Santos – pelo Flamengo em 1936 foi decisiva para a conquista de uma grande legião de adeptos para



o clube em todo o país, superando as barreiras sociais e raciais que haviam marcado a sua história inicial.

Para além das paixões clubísticas, a democratização da prática do futebol, materializada na ascensão de jogadores negros e mestiços, permitiu que esse esporte viesse a ocupar posição central na construção da identidade nacional. Na ausência de um maior envolvimento brasileiro em guerras – matéria prima para a construção de fronteiras de identidade na formação dos estados nacionais unificados na Europa – o futebol forneceu um simulacro de conflito bélico para o qual era possível canalizar emoções e construir sentidos de pertencimento nacional. Essa realidade foi captada pelo técnico Ondino Vieira que sentenciou em plena Segunda Guerra Mundial: “O campeonato é uma guerra.” Do Estado Novo de Getúlio ao regime militar, passando pela República Democrática instalada em 1945, todos os regimes que governaram o Brasil durante

o seu ciclo nacional-desenvolvimentista exploraram a chave do futebol para ajudar a construir e consolidar a nossa identidade nacional. Em oposição ao racismo aberto das velhas oligarquias, o novo discurso oficial passou a valorizar a mestiçagem, associando-a aos sucessos de uma “escola brasileira” de futebol que expressaria a nossa singular maneira de ser no mundo (marcada pela criatividade, flexibilidade, informalidade e sensibilidade plástica). *O Negro no Futebol Brasileiro* é, simultaneamente, parte integrante dessa construção e investigação rigorosa das transformações históricas que a tornaram possível. Em tempos marcados pela busca de novos caminhos para o desenvolvimento do país, o relançamento da obra clássica de Mário Filho sobre a gênese e consolidação de um dos pilares da nossa identidade nacional não poderia ser mais oportuno.

Luis Fernandes

## Princípios

**Assine a revista que há mais de duas décadas defende o Brasil e o socialismo**

- |                          |   |            |
|--------------------------|---|------------|
| <input type="checkbox"/> | Assinatura bienal (8 edições) a partir do nº _____                            | R\$ 55,00  |
| <input type="checkbox"/> | Assinatura anual (4 edições) a partir do nº _____                             | R\$ 30,00  |
| <input type="checkbox"/> | Assinatura especial (9 edições: 5 passadas e 4 próximas) a partir do nº _____ | R\$ 45,00  |
| <input type="checkbox"/> | Assinatura de apoio (12 edições + livro + camiseta) a partir do nº _____      | R\$ 108,00 |

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

Fone \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_ e-mail \_\_\_\_\_

**Forma de pagamento:**

Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Ltda. Valor R\$ \_\_\_\_\_

Depósito em conta. Banco Itaú, agência 0251, c/c 48.678-3 (enviar comprovante)

Cartão Credicard ou Visa n.º \_\_\_\_\_ código de segurança \_\_\_\_\_

validade \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_ assinatura do cliente

## Materialismo histórico

"A elaboração e a construção da História enquanto ciência, só são possíveis quando embasadas por uma teoria prévia. Sem essa condição não há conhecimento científico histórico possível. As ciências são fruto do fazer histórico e seu limite é o homem, situado historicamente. Nos dias atuais, a discussão no campo historiográfico reflete o que acontece em todo o campo das ciências sociais, como afirma Ciro Flamarion Cardoso: 'As afirmações correntes hoje em dia da impossibilidade de novas teorias globais e novas teorias holísticas do social, no que vem sendo chamado de fim da história'.

A tese do 'fim da História' fornece elementos para os que defendem a impossibilidade de escrever a história. Os teóricos da linguística fazem a crítica, afirmando que o texto do historiador está pré-formatado de circunstâncias que escapam ao seu controle, pois tem limitações como o discurso, elemento complicador da objetividade. Seria, portanto, impossível fazer uma 'história objetiva', pois a influência do historiador é presente e acaba aproximando-se da ficção. Ficaríamos no plano do discurso e os documentos seriam apenas vestígios que garantiriam o acesso ao real.

Os ataques às teorias globais, o apreço pelo relativismo, pela dispersão, repercute na produção historiográfica, que muitas vezes cai no metodologismo, gerando um problema de desqualificação teórica, pois surgem pesquisas sofisticadas, mas com conceitos limitados tão somente a elas, provocando uma história localista, sem articulações com o geral, interessando muito mais ao historiador do que à sociedade.

Nas ciências humanas a ideologia e a política exercem influência não apenas no uso que se faz do saber produzido, mas também durante o processo de produção do conhecimento. O cientista é parte do objeto que ele estuda, pois está analisando um ou vários aspectos de uma sociedade, em nosso caso, do passado, e suas conclusões afetam a vida política, interferem no pensamento de sua época.

É preciso uma estrutura analítica para a pesquisa histórica, baseada no elemento observável e objetivo dos assuntos humanos, independente de nosso juízo de valor. Eis, portanto, a necessidade de uma teoria abrangente, que permita uma análise da história coerente e articulada que acreditamos ser a concepção materialista da história.

A existência de teorias conflitantes na História não elimina seu caráter científico, mostrando, na verdade, a força da ideologia presente na mesma. Assim sendo, devemos nos posicionar claramente e denunciar aqueles que atrás de pesquisas sofisticadas tentam ocultar o caráter reacionário de suas idéias.

O Materialismo Histórico permite fazer a junção entre a teoria e o empírico. Muitos no meio acadêmico afirmam que esta concepção está superada ou sempre foi equivocada".

Darlan de Oliveira Reis Junior  
Crato/ Ceará

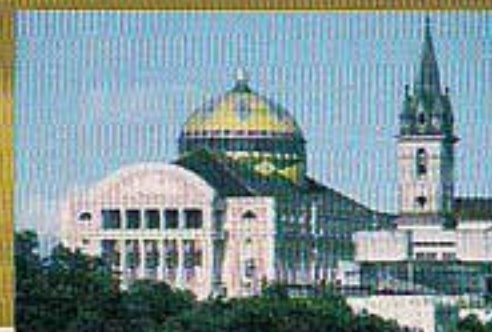
**Fundador e Diretor:** João Amazonas (1912-2002)  
**Editores:** Adalberto Monteiro, José Carlos Ruy e Pedro de Oliveira  
**Comissão Editorial:** Adalberto Monteiro, Augusto César Buonicore, Edvar Luiz Bonotto, José Carlos Ruy, Pedro de Oliveira e Aloisio Sérgio Barroso  
**Conselho Editorial:** Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Bernardo Joffily, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Haroldo Lima, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Loreta Valadares, Luciano Martorano, Luis Fernandes, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Nereide Saviani, Olival Freire Jr., Olívia Rangei, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Rogério Lustosa (1943-1992), Silvio Costa, Umberto Martins e Walter Sorrentino  
**Secretário de Redação:** Edvar Luiz Bonotto - correio eletrônico: revista.principios@terra.com.br  
**Jornalista Responsável:** Pedro de Oliveira  
**Projeto Gráfico:** Flávio Nigro  
**Diretor de Produção e Comercial:** Divo Guisoni  
**Administração:** Zandra de Fátima Baptista  
**Departamento de Circulação:** Claudia de Medeiros  
**Editoração Eletrônica:** Márcia Rodola Oliveira  
**PRINCÍPIOS é uma publicação da Editora Anita Garibaldi R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010 - São Paulo - SP**  
**Tel.: (011) 289-1331 e 3266-4312 - anita.garibaldi@uol.com.br**

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

**PONTOS DE VENDA: SÃO PAULO:** R. Condessa de Joaquim, 272 - fone 3107-3093; **FNAC:** Praça dos Omegas, 34 - fone 3815-1099; **Banca GV:** Av. Nove de Julho, 2029 - fone 284-3726; **Banca do Estadão:** Viaduto Nove de Julho, 185 - fone 231-3458; **EDUSP:** fone 3818-4008; **Emporium Cultural Vergueiro:** Rua Vergueiro, 1877 - fone 5571-8671; **Banca Ana Rosa:** Av. Cons. Rodrigues Alves, 20 - fone 5571-4304; **Banca Paulista:** Av. Paulista, 1948 - fone 288-8241; **Banca Paraíso:** Rua Rafael de Barros, 86 - fone 3889-8416; **Banca Central:** Pça. Pres. Castelo Branco, 44 - fone 4057-2043; **Banca Silvio Romero:** Pça. Silvio Romero, 18 - fone 6941-6908; **Banca Liberdade:** Pça. da Liberdade, 84 - fone 3104-9408; **CPV:** Rua São Domingos, 224 - fone 3104-7995; **Banca Pedro Soares:** R. Pedro Soares de Andrade, 669-S, Miguel Paulista. **ACRE:** Rua Rio Grande do Sul, 65 - fone 244-1406. **MACEIÓ:** Rua Saldanha da Gama, 148A - fone 326-4441. **MANAUS:** Rua Luís Antony, 762 - fone 622-1682. **MACAPÁ:** Rua Jovino Dinoar, 2510 - fone: 241-4450. **BAHIA:** Rua do Saletó, 330 - fone 328-6828. **FORTALEZA:** Av. Universidade, 3199 - fone 281-9217. **BRASILIA:** SDS Conj. Baracá, bl F, salas 501/503 - fone: 224-0491. **VITÓRIA:** Rua Prof. Baltazar, 152 - fone 3222-8162. **GOIÂNIA:** Rua 232, 50 - fone 224-6372; **Banca do SESC:** Av. Universitária, esq c/rua 260; **Banca Universitária I:** Av. Universitária, 1140; **Banca Universitária II:** Pça. Universitária, Qd 62 - fone 261-4335; **Banca do Dy:** Rua 09, 574 - fone 225-7920; **L e R Revistaria Hoje:** Goiânia Shopping, Av. T-10-Setor Bueno. **SÃO LUIS/MA:** Rua da Viração, 118 - fone 221-4556. **MINAS GERAIS:** Rua Bias Fortes, 1097 - fone 3291-6766. **CAMPO GRANDE:** Rua Artur Jorge, 1256, bl D/Ap. 02 - fone 721-1390. **CUIABÁ:** Rua Luis Carlos Pinheiros, 323 - fone 321-2833. **BELÉM:** Av. Gentil Bittencourt, 2484 fone 269-3430. **JOÃO PESSOA:** Rua Desembargador José Peregrino, 322 - fone 221-8325. **RECIFE:** Rua Bispo Cardoso Ayres, 101 - fone 3231-2038; **Livromagazine:** Av. Conde da Boa Vista, 688 - fone 231-0036; **Livraria Modelo** (Shopping Center Recife): fonex 465-5919; **Shopping Tacaruna:** fonex 421-6480 e Shopping Guararapes: fonex 468-4426; **Livraria Imperatriz:** Shopping Tacaruna - fone 421-6667 e Shopping Guararapes - fone 464-2424; **Livraria Sintese:** R. do Riachuelo, 202 - fone 221-4044; **Livraria Potylivros:** Av. Conde da Boa Vista, 1413 - fone 423-1100; **Livraria Sodiler:** Aeroporto dos Guararapes - fone 326-0883; **Bazar 494:** R. da Hora, 456 - fone 241-9842; **Livraria 1001 Livros:** R. do Príncipe, 410 - fone 221-2270; **Banca Globo I:** Av. Guararapes - fonex 224-0317; **Banca Destaque:** Av. Conde da Boa Vista, 814 - fone 222-0799; **Box Viva Ler:** Shopping Boa Vista, quilosque 132; **Senhor Martins:** Pátio de São Pedro, 25 - fone 424-1366. **TERESINA:** Rua Eliseu Martins, 1673 - fone 221-2635. **CURITIBA:** Av. Vicente Machado, 18/Conj. 503 - fone 232-5785. **RIO DE JANEIRO:** Rua Rodrigo Silva, 06 - fone 2533-7303. **NATAL:** Rua Vaz Godin, 86 - fone 211-8412; **Cigarreira Tio Patinhas:** Av. Rio Branco, 682A - fone 222-0760; **Cigarreira o Revistão:** Rodoviária - fone 231-2765; **Cigarreira Calçadão:** Centro; **Cooperativa Cultural da UFRN:** Centro de Convivência - Campus Universitário. **PORTO VELHO:** Rua 15/220 Conj. Parque Buritis - fone 981-6545. **BOA VISTA:** Av. Mario Homem de Melo, 1081 - fone 224-2107. **PORTO ALEGRE:** Rua Cristóvão Colombo, 950 - fone 3228-2154. **FLORIANÓPOLIS:** Pça Oliveira, 18 Sobreloja 3 - fone: 3025-4227. **ARACAJU:** Rua Simão Dias, 642 - fone 211-2218; **Banca São Francisco:** Pça. Olimpio Campos; **Banca Ponte do Imperador:** Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; **Livraria Escanz:** Shopping Jardins Ij. 81/83; **Livraria Universitária:** Didática I (UFS); **Livraria Minuano:** Didática II (UFS). **GURUPI/TO:** Rua Alicante, 376 - fone 712-2479.

# Amazonas.

## A natureza em estado puro.



O Amazonas tem 98% de seu território com floresta original, e a mais variada flora e fauna do planeta. Um paraíso da biodiversidade. Aqui também a vida é um espetáculo de ritmo, cores e alegria, em eventos como o Festival Folclórico de Parintins, o Festival de Cirandas de Manacapuru, a Festa do Guaraná de Maués e o Festival de Ópera de Manaus. Um lugar único no mundo. Pronto para você visitar e viver momentos inesquecíveis.

  
**AmazonasTur**  
 Empresa Estadual de Turismo  
[www.amazonastur.com](http://www.amazonastur.com)

**Informações:**  
**92 233-1928**

  
 GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

# LÊNIN

No dia 21 de janeiro de 1924, às seis horas e cinquenta minutos, parou de bater o coração de Vladimir Ilitch Lênin, "o mais terrenal dos homens que viveram sobre a terra".  
*Princípios* homenageia sua memória e seu precioso legado teórico e revolucionário, na passagem dos 80 anos de sua morte.

(...)

*Aqui, noutro extremo do corredor,  
Passou Lênin esgueirado,  
Sem ser notado.*

*Iam ao combate conduzidos por Lênin,  
Mesmo sem conhecê-lo - só pelos retratos!  
Iam gritando, tropeçando, lutando,  
Com insultos mais afiados do que navalhas,  
Assim iam os soldados.*

(..)

*Eu sabia  
Que tudo seria descoberto e compreendido,  
Estava certo de que com aquele olhar  
Se pescaria a raiz do grito camponês  
E a vontade dos operários da Putilov.  
Em seu cérebro prodigioso  
Se moviam centenas de governos.  
Nele se concentravam  
Mais de 150 milhões de anelos.  
Ele, naquela noite,  
Pôs o mundo na balança  
E de madrugada disse:  
- A todos, a todos, a todos!  
Aos que estão fartos do sangue das trincheiras!  
A todos os escravos!  
A todos os escravizados!  
Todo poder aos soviets!  
A terra para os camponeses!  
A paz para os povos!  
Pão aos famintos!*

(...)

*Por que não começam?  
Por que a presidência está quase vazia?  
Por que estão os olhos mais vermelhos que os palcos?  
Por que Kalinin mal se mantém em pé?  
Aconteceu alguma desgraça?  
Qual? Não pode ser!  
Aconteceu com ele?  
Será possível?  
O teto parecia baixar como asas de corvo!  
As luzes do grande teatro se puseram a tremer.  
Ficamos quase às escuras.  
Soou a desnecessária campanha da presidência.  
Kalinin, dominando-se, se pôs de pé.  
As lágrimas não as podia impedir.  
Brilhavam-lhe na barba fina,  
Nos bigodes, nas faces.  
Os pensamentos se baralhavam.  
O sangue latejava nas têmporas, nas veias.  
- "Ontem, às seis horas e cinquenta minutos,  
Faleceu o camarada Lênin".*

Vladimir Ilitch Lênin (1924),  
de Maiakóvski,  
Tradução: E. Carrera Guerra



ISSN 1415-7888  
72  
9 771415 788005